

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

DANIELLE GOMES DE BARROS SOUZA

**A REPERCUSSÃO DAS DIRETRIZES PEDAGÓGICAS DO SINASE NOS
PROJETOS ARQUITETÔNICOS DE UNIDADES SOCIOEDUCATIVAS DE
INTERNAÇÃO**

Maceió
2011

DANIELLE GOMES DE BARROS SOUZA

**A REPERCUSSÃO DAS DIRETRIZES PEDAGÓGICAS DO SINASE NOS
PROJETOS ARQUITETÔNICOS DE UNIDADES SOCIOEDUCATIVAS DE
INTERNAÇÃO**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas como requisito final para a obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

**Orientador: Prof^o. Dr. Augusto Aragão de
Albuquerque**

**Co-orientadora: Prof^a Dr^a Suzann Flávia
Cordeiro de Lima**

Maceió
2011

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale

- S729a Souza, Danielle Gomes de Barros.
A repercussão das diretrizes pedagógicas do SINASE nos projetos arquitetônicos de unidades socioeducativas de internação / Danielle Gomes de Barros Souza. – 2011.
187 f. : il.
- Orientador: Augusto Aragão de Albuquerque
Co-Orientadora: Suzann Flávia Cordeiro de Lima
Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo : Dinâmicas do Espaço Habitado) – Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2011.
- Bibliografia: f. 157-165.
Apêndices: f. 166-187.
1. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. 2. Unidades sócio-educativas – Projeto arquitetônico. 3. Adolescente – Conflito. 4. Estatuto da Criança e do Adolescente. 5. Arquitetura socioeducativa. I. Título

CDU: 72: 343.224.1

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

Danielle Gomes de Barros Souza

**A REPERCUSSÃO DAS DIRETRIZES PEDAGÓGICAS DO
SINASE NOS PROJETOS ARQUITETÔNICOS DE UNIDADES
SOCIOEDUCATIVAS DE INTERNAÇÃO**

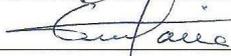
Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU/UFAL, área de concentração em Dinâmicas do Espaço Habitado, como requisito final para a obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Aprovada em 31/03 /2011

BANCA EXAMINADORA



Profº Dr. Wilson Edson Jorge
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – USP



Profº Dr. Geraldo Majela Gaudêncio Faria
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - UFAL



Profº Dr. Leonardo Salazar Bittencourt
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – UFAL



Profº Dr. Augusto Aragão de Albuquerque
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - UFAL



Profº Drª Suzann Flávia Cordeiro de Lima
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - UFAL

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me dar forças para seguir em frente em mais uma conquista e por ter colocado em minha vida pessoas tão especiais que contribuíram para a concretização desse sonho.

Aos meus pais, Jaqueline e Neilton, pelo amor e apoio, sem os quais não teria conseguido chegar tão longe;

Aos meus irmãos, David e Nêssa, pela ajuda, compreensão e carinho;

Ao meu companheiro, Marcelo, pelo amor e paciência, entendendo as minhas angústias e me dando forças para seguir em frente;

Aos meus avós Zeres (*in memoriam*), Neilton e Oswaldo (*in memoriam*) pelos ensinamentos e incentivo, e à minha avó Lucinha, pelo carinho, dedicação e fé;

Aos amigos e familiares pelo incentivo e por compreender as minhas ausências, muitas vezes justificada pela pesquisa;

Aos meus orientadores, Augusto e Suzann, pela dedicação e pelos seus valiosos ensinamentos que foram essenciais para o desenvolvimento do trabalho;

Aos professores do mestrado pela contribuição na minha formação;

Aos professores da banca avaliadora que enriqueceram o trabalho com as observações durante o processo de elaboração da pesquisa;

Ao governo dos estados A, B e C, em nome dos profissionais envolvidos com o atendimento socioeducativo, pela receptividade e por acreditar na pesquisa fornecendo informações preciosas e permitindo a visita e o levantamento fotográfico das unidades socioeducativas estudadas;

À FAPEAL pelo apoio dado para a realização da pesquisa;

E a todos os que contribuíram de alguma forma para a concretização desse sonho.

RESUMO

A diferenciação da forma de aprisionamento do jovem em conflito com a lei de uma pessoa adulta tem seus primeiros indícios com as casas de correção na Europa no século XVI. Desde então, tais espaços são modificados, adaptados e construídos ao longo dos séculos, sendo identificadas determinadas fases e isso se reflete no Brasil. Com a Constituição Federal de 1988 toda criança e adolescente passa a ser considerado sujeito de direito em qualquer situação, inclusive na privação de liberdade. Tal ponto é ratificado em 1990, com o Estatuto da Criança e do Adolescente, onde são adotadas as medidas socioeducativas para os jovens que cometem ato infracional, que tem cunho jurídico, mas principalmente ético e pedagógico. Apesar da mudança de paradigma, o Estatuto parece não se refletir na configuração dos espaços destinados aos jovens privados de liberdade, onde a estrutura física contribui para a situação desumana e degradante com que são tratados. É só com o documento Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, que se estabelecem parâmetros arquitetônicos para a construção de unidades socioeducativas de internação. A partir daí parece existir uma mudança na configuração espacial dessas unidades, provavelmente pela exigência de seguir as orientações e parâmetros do documento para construção de unidades cujo financiamento é de origem federal. Diante dessa nova configuração e da exigência do documento para a construção de unidades socioeducativas, o objetivo desta dissertação é identificar a repercussão das diretrizes pedagógicas do SINASE nos projetos arquitetônicos de unidades socioeducativas de internação. Para tanto foi adotado como metodologia o estudo de casos múltiplos baseado na lógica da replicação, sendo escolhidas três unidades no Brasil e utilizados elementos da teoria da Sintaxe Espacial para a sua análise. O objetivo da utilização da Sintaxe foi trabalhar com a relação de segregação e integração dos espaços, considerando os espaços mais integrados os com maior potencial socioeducativo. Foram adotados como critérios o arranjo dos espaços e as barreiras e permeabilidades existentes em cada projeto, sendo possível constatar que as diretrizes do documento possibilitam a construção tanto de projetos mais socioeducativos como projetos que visam mais a disciplina como forma de controle. Conclui-se então que o documento do SINASE representa um grande avanço, mas é preciso que o projetista tenha conhecimento do real papel a ser desempenhado por uma unidade socioeducativa, para que possa inclusive questionar o programa estabelecido e as diretrizes contidas no documento que, em determinados pontos, são contraditórias e se contrapõem com a própria proposta socioeducativa.

Palavras-chave: SINASE. Unidades socioeducativas. Adolescente em conflito com a lei. Arquitetura socioeducativa.

ABSTRACT

The differentiation of the form of imprisonment of a youth from an adult has his first clues on the houses of correction in Europe in the sixteenth century, since then, such spaces are modified, adapted and built over the centuries, certain phases are identified and this is reflected in Brazil. With the 1988 Federal Constitution, all children and adolescents is regarded of law in any situation, including the deprivation of liberty. This point is ratified in 1990, in the Statute of Children and Adolescents, and passed to adopt socio-educational measures for youth people who committed offenses, which has legal, but mainly ethical and educational. Despite the paradigm shift, the statute seems not reflect the configuration of spaces for adolescents deprived of freedom, where the physical structure continues to contribute to inhuman and degrading situation that these are treated. It is only with the “Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE”, that architectural parameters are established for the construction of socio-educational buildings and it seems to change the configuration of these spaces. Possibly because the guidelines and parameters of the document are be considered for construction that is financed with federal funds. Faced with this new configuration and the requirement of the document, the objective of this search is to identify the impact of the pedagogical guidelines of SINASE’s document in the architectural of socio-educational buildings. For this, methodology has been adopted as a multiple case study based on logical replication. Three buildings were chosen and elements of Space Syntax theory have been used, aiming to work with the relation of segregation and integration of spaces by considering spaces more integrated with the greatest socio-educational potential. The criteria of the arrangement of spaces and barriers and permeabilities of spaces were adopted in each project. It was noted that the document's guidelines allow for the construction of socio-educational projects, or projects that prioritize the discipline like control. We conclude that the SINASE’s document represents a major advance, but it is necessary that the architect is aware of the real function of these spaces, so you can even discuss the program and established guidelines document, which are, sometimes, contradictory and are opposed to the socio-educational proposed.

Key-words: SINASE. Socio-educational buildings. Youth people who commit offenses.
Socio-educational architecture.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Mapa das barreiras reais ao movimento de pedestres sobre o chão, numa superquadra em Brasília. Fonte: Holanda, 2003. P.28

Figura 02: Mapa axial das principais vias do Distrito Federal, os traços mais espessos são as linhas mais integradas ao sistema. Fonte: Holanda, 2003. P.29

Figura 03: Mapa do Brasil com localização dos estados escolhidos. Fonte: Acervo pessoal. Ano: 2011. P. 35

Figura 04: Gráfico mostra a internação de adolescentes segundo os delitos praticados. Fonte: SILVA, GUERESI, 2003 – IPEA. P. 45

Figura 05: Planta baixa da casa de correção de San Michele, celas voltadas para parte central para maior vigilância. Fonte: Johnston, 2000. P. 55

Figura 06: Pátio central e corredores de vigilância da casa de correção de San Michele. Fonte: Johnston, 2000. P.55

Figura 07: Disciplina na hora de dormir em Mettray. Fonte: Foucault, 2007. P. 56

Figura08: Prisão de Mettray. Fonte: <http://massthink.files.wordpress.com/2008/06/mettray.jpg>. Acessado em Junho de 2010. P. 57

Figura 09: Colônia Correccional de Dois Rios em Ilha Grande. Fonte: <http://coloniadoisrios-ilhagrande.blogspot.com/2010/03/presidio-ilha-grande-antes-e-depois.html>. Acessado em janeiro de 2011 P. 60

Figura 10: Rebelião FEBEM Rio de Janeiro. Fonte: http://angeloitalo.blogspot.com/2010_01_01_archive.html. Acessado em maio de 2010. P. 62

Figura 11: Rebelião Febem Tatuapé, ano de 2006. Fonte: http://www1.folha.uol.com.br/folha/galeria/album/p_20060405-febem-02. Acessado em maio de 2010. P. 66

Figura 12: Celas e grades da FEBEM revelam características do sistema prisional em unidades socioeducativas. Fonte: http://oglobo.globo.com/blogs/arquivos_upload/2010/01/203_1219-febem-1.jpg. Acessado em junho de 2010. P. 67

Figura 13: Vista aérea Unidade de Internação Feminina a esquerda e Unidade de Internação Masculina de Alagoas ao fundo. Fonte: Intendência Geral do Sistema Penitenciário – IGESP. Ano:2007. P. 68

Figura 14: Unidade de Internação Masculina de Alagoas. Fonte: Superintendência de Proteção e Garantia da Medida Socioeducativa. Ano: 2008. P. 68

Figura 15: Gráfico com a variação das internações em unidades de atendimento socioeducativo, a partir dos dados do gráfico da SEDH (2009). Fonte: Acervo pessoal. Ano: 2011. P. 72

Figura 16: Gráfico com o início do funcionamento das unidades de internação no Brasil. Fonte: SEDH, 2009. P. 73

Figura 17: Funcionamento do SINASE e as relações mantidas no SGD. Fonte: SINASE, 2006. P. 74

Figura18: Composição do SINASE. Fonte: SINASE, 2006. P. 74

Figura 19: Visão a partir do acesso principal da unidade. Fonte: Acervo pessoal. Ano: 2010. P. 100

Figura 20: Portão de acesso ao atendimento inicial e especial. Fonte: Acervo pessoal. Ano: 2010. P. 100

Figura 21: Parte interna atendimento inicial e especial. Fonte: Acervo pessoal. Ano: 2010. P. 100

Figura 22: Planta baixa com identificação dos quatro setores: externo, convivência protetora, atividades socioeducativas e moradias, tracejado em azul. Fonte: Governo do Estado A com adaptações. Ano: 2010. P. 102

Figura 23: Moradias distribuídas como casas dentro da unidade. Fonte: Acervo pessoal. Ano: 2010. P. 103

Figura 24: Pátio interno e alojamentos individuais das moradias. Fonte: Acervo pessoal. Ano: 2010. P. 103

Figura 25: Refeitório com funcionários e adolescentes fazendo as refeições no mesmo espaço. Fonte: Acervo pessoal. Ano: 2010. P. 104

Figura 26: Planta baixa destacando espaços de privação e de convivência na unidade. Fonte: Governo do Estado A com adaptações. Ano: 2010. P. 105

Figura 27: Planta baixa com as barreiras existentes na unidade. Fonte: Governo do Estado A com adaptações. Ano: 2010. P. 107

Figura 28: Planta baixa com as barreiras existentes nas moradias. Fonte: Governo do Estado A com adaptações. Ano: 2010. P.108

Figura 29: Portas e janelas dos alojamentos individuais. Fonte: Acervo pessoal. Ano: 2010. P. 109

Figura 30: Alojamentos individuais com banheiro ao fundo. Fonte: Acervo pessoal. Ano: 2010. P. 109

Figura 31: Planta baixa com simulação da visibilidade do socioeducador para parte interna dos alojamentos individuais. Fonte: Governo do Estado A com adaptações. Ano: 2010. P. 110

Figura 32: Grades de ferro dos alojamentos do atendimento inicial e especial. Fonte: Arquivo pessoal. Ano: 2010. P. 110

Figura 33: Planta baixa com as barreiras e fluxos existentes nas moradias. Fonte: Governo do Estado A com adaptações. Ano: 2010. P. 112

Figura 34: Planta baixa com identificação do programa de necessidades da unidade. Fonte: Governo do Estado B com adaptações. Ano: 2010. P. 115

Figura 35: Pátio central com alojamentos ao redor. Fonte: Acervo pessoal. Ano: 2010. P. 116

Figura 36: Circulação de um bloco para outro delimitada por portas. Fonte: Acervo pessoal. Ano: 2010. P. 117

Figura 37: Corredor principal que dá acesso aos alojamentos. Fonte: Acervo pessoal. Ano: 2010. P. 118

Figura 38: Portas que dão acesso ao corredor. Fonte: Acervo pessoal. Ano: 2010. P. 118

Figura 39: Pátio que dá acesso as salas de aula. Fonte: Acervo pessoal. Ano: 2010. P. 119

Figura 40: Planta baixa com identificação dos espaços de convívio e privação. Fonte: Governo do estado B com adaptações. Ano: 2010. P. 120

Figura 41: Sala para oficinas pedagógicas. Fonte: Acervo pessoal. Ano: 2010. P. 121

Figura 42: Quadra de esportes. Fonte: Acervo pessoal. Ano: 2010. P. 121

Figura 43: Planta baixa com as barreiras totais e parciais da unidade. Fonte: Governo do Estado B com adaptações. Ano: 2010. P. 122

Figura 44: Visão da internação provisória para a permanente. Fonte: Acervo pessoal. Ano: 2010. P. 123

Figura 45 e 46: Portas e janelas da unidade. Fonte: Acervo pessoal. Ano: 2010. P. 123

Figura 47: Planta baixa com simulação da visibilidade do socioeducador para parte interna dos alojamentos individuais. Fonte: Governo do Estado B com adaptações. Ano: 2010. P. 124

Figura 48: Alojamento individual. Fonte: Acervo pessoal. Ano: 2010. P.125

Figura 49: Planta baixa com barreiras e fluxos existentes na unidade. Fonte: Governo do Estado B com adaptações. Ano: 2010. P. 126

Figura 50: Piscina Olímpica desativada. Fonte: Acervo pessoal. Ano: 2010. P. 128

Figura 51: Quadra de areia da convivência protetora com restos de construção que inviabilizam a sua utilização. Fonte: Acervo pessoal. Ano: 2010. P. 128

Figura 52: Acesso principal da unidade. Fonte: Acervo pessoal. Ano: 2010. P. 130

Figura 53: Pátio principal e acesso dos alojamentos ao fundo. Fonte: Acervo pessoal. Ano: 2010. P. 130

Figura 54: Alojamentos triplos. Fonte: Acervo pessoal. Ano: 2010. P. 130

Figura 55: Refeitório das moradias. Fonte: Acervo pessoal. Ano: 2010. P. 131

Figura 56: Planta baixa com programa de necessidades e setores existentes na unidade. Fonte: Governo do Estado C com adaptações. Ano: 2010. P. 132

Figura 57: Bloco de oficinas da unidade de internação. Fonte: Acervo pessoal. Ano: 2010. P. 133

Figura 58: Planta baixa com espaços de convívio e privação existentes na unidade. Fonte: Governo do Estado C com adaptações. Ano: 2010. P. 134

Figura 59: Vista aérea dos espaços destinados à administração, isolados por muros do restante da unidade. Fonte: Governo do Estado C. Ano: 2010. P. 134

Figura 60: Moradias isoladas por muros do restante da unidade. Fonte: Governo do Estado C. Ano: 2010. P. 136

Figura 61: Vista do muro de 2,50m e do muro de 5,0m de dentro das moradias. Fonte: Acervo pessoal. Ano: 2010. P. 136

Figura 62: Setor externo e ao fundo muros que o separam da convivência protetora. Fonte: Governo do Estado C. Ano: 2010. P. 136

Figura 63: Guaritas de observação. Fonte: Acervo pessoal. Ano: 2010. P. 137

Figura 64: Planta baixa com barreiras existentes na unidade. Fonte: Governo do Estado C com adaptações. Ano: 2010. P. 137

Figura 65 e 66: Portas e janelas gradeadas que dão acesso aos alojamentos. Fonte: Acervo pessoal. Ano: 2010. P. 139

Figura 67: Planta baixa das moradias com as barreiras e fluxos existentes. Fonte: Governo do Estado C com adaptações. Ano: 2010. P. 140

Figura 68: Alojamento com parede baixa que separa o banheiro ao fundo. Fonte: Acervo pessoal. Ano: 2010. P. 140

Figura 69: Vista do centro ecumênico a direita da figura. Fonte: Governo do Estado C. Ano: 2010. P. 142

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Diretrizes pedagógicas do SINASE e o seu rebatimento arquitetônico. Fonte: arquivo pessoal. Ano: 2010. P. 90

Tabela 02: Diretrizes pedagógicas do SINASE e critérios de análise dos projetos. Fonte: arquivo pessoal. Ano: 2010. P. 93

LISTA DE DIAGRAMAS

Diagrama 01: Contextualização das formas de concepção e representação do projeto. Fonte: Borges e Navieiro (2001) com adaptações para melhor visualização da figura. P. 22

Diagrama 02: Atores que tem relação direta com a unidade socioeducativa de internação – Usuários da Unidade de Internação. Fonte: Arquivo pessoal. Ano: 2010. P. 75

Diagrama 03: Fluxograma de funcionamento de uma unidade socioeducativa de internação. Fonte: Acervo pessoal. Ano: 2011. P. 97

Diagrama 04: Grafos Justificados da unidade A. Fonte: Arquivo Pessoal. Ano: 2010. P. 111

Diagrama 05: Grafos Justificados da unidade B. Fonte: Arquivo Pessoal. Ano: 2010. P. 127

Diagrama 06: Grafos Justificados da unidade C. Fonte: Arquivo Pessoal. Ano: 2010. P. 141

LISTA DE ABREVIATURAS

CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

SEDH- Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República

SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

FAPEAL – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 ARQUITETURA COMO PROCESSO DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO E A SINTAXE ESPACIAL	18
1.1 Arquitetura como processo de produção do espaço	18
1.2 A Sintaxe Espacial	25
2 Metodologia	31
2.1 Revisão bibliográfica	32
2.2 Definição dos critérios de escolha dos projetos arquitetônicos	34
2.3 Definição dos critérios de análise dos projetos arquitetônicos	36
2.4 Caracterização dos projetos arquitetônicos	36
2.5 Análise dos projetos arquitetônicos	36
2.6 Entrevista semi-estruturada com arquitetos e/ou responsáveis pela gestão e direção do sistema socioeducativo	37
2.7 Visita às unidades analisadas	37
3 Conceitos fundamentais sobre o tema	38
3.1 O que é uma medida socioeducativa?	38
3.2 Quem é o adolescente ao qual se destina a medida socioeducativa?	42
3.3 Que espaço é esse – unidade socioeducativa de internação?	47
4 Dos espaços de internação para adolescentes em conflito com a lei: mudanças ocorridas até o ECA e a sua repercussão na arquitetura	53
4.1 Os primeiros registros dos espaços de internação para adolescentes	53
4.2 O panorama dos espaços de internação no Brasil	58
4.3 O Estatuto e a sua repercussão nos espaços de internação	63
5 O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE	70
5.1 O que é o SINASE?	70
5.2 Das diretrizes pedagógicas do SINASE	76
5.3 Arquitetura socioeducativa	79
6 Critérios de Análise	82
6.1 Critérios de análise dos projetos arquitetônicos	82
6.2 Critérios de análise dos projetos a partir das diretrizes pedagógicas	86
7 A repercussão do SINASE nos projetos arquitetônicos: uma análise dos projetos a partir dos elementos da Sintaxe Espacial	95
7.1 Fluxograma geral de uma unidade socioeducativa de internação	96

7.2 Projeto Unidade A.....	99
7.3 Projeto Unidade B	113
7.4 Projeto Unidade C	129
7.5 Síntese das análises	143
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	150
REFERÊNCIAS	157
APÊNDICE – ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS	166

INTRODUÇÃO

Este trabalho se iniciou a partir de questionamentos sobre a configuração espacial das instituições destinadas à internação de adolescentes em conflito com a lei, unidades socioeducativas de internação, cuja nova configuração parece se diferenciar das demais instituições prisionais existentes no país.

De acordo com o estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (lei 8.069/90), adolescente é o indivíduo de doze a dezoito anos. O jovem se diferencia de um adulto por ser considerado ser humano ainda em desenvolvimento e em fase de transição entre a infância e a vida adulta, mas é também sujeito sócio-histórico, que influencia e é influenciado pelo meio em que vive.

Quando o jovem comete um ato infracional – conduta descrita como crime no Código Penal Brasileiro – está sujeito à aplicação de medidas socioeducativas, que se apresentam como uma manifestação do Estado ao ato infracional cometido.

Apesar de ser uma sanção à prática do ato infracional, a medida socioeducativa é, acima de tudo, pautada em princípios éticos e pedagógicos, que consideram o jovem como sujeito de direitos em qualquer situação. A privação de liberdade em unidade socioeducativa de internação é uma dessas medidas, mas só deve ocorrer em último caso, quando o ato infracional for grave¹ e, mesmo assim, deve priorizar as estratégias educativas.

A legislação que hoje trata da internação desses jovens foi sendo modificada e evoluindo ao longo dos anos até se chegar às atuais medidas socioeducativas. A mudança de paradigma foi instituída no país com a Constituição Federal de 1988 e regulamentada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, lei 8.069/90.

Desde então se almeja um novo modelo baseado na educação como forma de inserir o jovem na sociedade e se começa a dar os primeiros passos para a humanização dos espaços voltados para o atendimento dos adolescentes em conflito com a lei.

¹ Art. 122. A medida socioeducativa de internação só poderá ser aplicada quando:
I – tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa;
II – por reiteração no cometimento de outras infrações graves;
III – por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta. (lei 8.069/90)

Mas, há indícios de que as mudanças na legislação não alteraram de forma significativa a configuração espacial dessas unidades que, durante muito tempo, continuaram perpetuando a tipologia arquitetônica das instituições prisionais, sem qualquer preocupação na diferenciação do tratamento e de um espaço capaz de contribuir para a reinserção social desses jovens.

Em meio a várias discussões e objetivando elaborar parâmetros e diretrizes para a adoção de medidas socioeducativas, em 2006, o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE – foi aprovado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA – e se apresenta como o primeiro documento que, em seu rol, traz parâmetros arquitetônicos aliados a parâmetros de gestão pedagógica para a construção de edificações destinadas aos adolescentes em conflito com a lei.

De acordo com os dados da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, SEDH (2009), 15% das unidades existentes no Brasil foram construídas no período de 2007 a 2009, ou seja, após a aprovação do documento do SINASE. Junto a isso, a aprovação de projetos arquitetônicos cujo recurso é de origem federal exige o cumprimento das diretrizes contidas no documento, que já eram consideradas desde 2004, quando existiam apenas orientações para construção de unidades, estas basearam a elaboração do documento.

Hoje, o SINASE é um projeto de lei da câmara (PLC 134/2009), que aguarda aprovação do Senado Federal, mas, mesmo assim, nas novas edificações destinadas à internação de adolescentes, o que se percebe é uma mudança na concepção projetual, onde boa parte das unidades pós-SINASE não apresentam as configurações espaciais antigas que assemelhavam a edificação a um presídio.

O SINASE é um projeto de lei, mas pode-se dizer que o documento já se configura como uma política pública baseada em medidas socioeducativas para o tratamento de jovens em conflito com a lei, sendo de grande importância a análise da sua repercussão do ponto de vista arquitetônico.

A arquitetura diferenciada dessas novas unidades fez indagar a respeito da contribuição do espaço arquitetônico no processo de recuperação do indivíduo internado, quais os acontecimentos que levaram a essa nova configuração espacial e como a política socioeducativa repercute nos projetos arquitetônicos das unidades.

Assim, o presente trabalho tem como objeto de estudo projetos arquitetônicos de unidades socioeducativas de internação e o documento base que direciona a construção desses espaços, o documento do SINASE.

Diante da importância do projeto arquitetônico, como uma das etapas do processo de produção do espaço (HOLANDA, 2002), e do documento do SINASE, como condicionante importante na ação projetual, este trabalho tem como objetivo geral identificar como as diretrizes pedagógicas do SINASE repercutem no projeto arquitetônico de unidades socioeducativas de internação.

Consideram-se aqui as diretrizes pedagógicas, pois os parâmetros arquitetônicos contidos no documento ainda são reduzidos e, de forma geral, se restringem às áreas mínimas necessárias para cada espaço. Já as diretrizes pedagógicas são mais amplas e, boa parte delas, tem rebatimento arquitetônico, o que deveria ser levado em consideração na elaboração dos projetos.

O estudo apresenta sua relevância na compreensão da nova política que orienta a construção dessas edificações que, para boa parte da sociedade, se apresenta como um espaço desconhecido e sem qualquer interesse, cuja função única é o confinamento de vidas humanas.

Na primeira etapa do trabalho, buscou-se traçar um panorama dos espaços que abrigaram os adolescentes em conflito com a lei ao longo dos anos até o surgimento do documento do SINASE, em 2006, de modo a entender a sua relação com a arquitetura atual dessas edificações.

A segunda etapa consiste no estudo de caso de três projetos arquitetônicos tendo como parâmetro de análise as diretrizes pedagógicas do SINASE. Os projetos foram analisados utilizando como ferramenta elementos da teoria da Sintaxe Espacial, que estuda a configuração espacial e considera a relação de segregação e integração dos espaços.

O trabalho foi organizado em capítulos. No primeiro são apresentadas as referências teóricas do campo da arquitetura que balizaram a pesquisa, considerando a importância do processo de produção do espaço na arquitetura – utilizando Holanda (2002); Borges; Navieiro

(2001); Heidrich (2002) e Silva (2006) como referência – e da teoria da Sintaxe Espacial tendo como base teórica Hillier; Vaughan(2007) e Holanda (2002).

O segundo capítulo consiste na apresentação da metodologia do trabalho, um estudo de casos múltiplos baseado na “lógica da replicação”, onde são utilizados mais de um estudo de casos dentro de uma mesma pesquisa, sendo a avaliação “replicada caso a caso”. (VASCONCELOS, 2009). Os casos podem ser selecionados de modo que se prevêm resultados semelhantes (replicação literal) e para isso são selecionados poucos casos, de dois a três. (YIN, 2001)

No terceiro capítulo são apresentados conceitos fundamentais para entender o tema, tais como os de medida socioeducativa (VOLPI, 2002; SEDH, 2006; LIBERATI, 2003); de adolescente (BOCK, 2004; OZELLA, 2002), de instituição total (GOFFMAN, 2008) e das relações de poder que permeiam um espaço de encarceramento (FOUCAULT, 2007; CORDEIRO, 2009).

A partir daí é traçado o panorama dos espaços de internação ao longo dos anos. Esta etapa foi subdividida em dois capítulos: o quarto, que considera o surgimento dos espaços de internação até o Estatuto da Criança e do Adolescente, e o quinto, que enfoca o documento do SINASE.

Tal divisão foi feita com o objetivo de enfatizar o documento base analisado nesta pesquisa, o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, considerando os parâmetros arquitetônicos e as diretrizes pedagógicas que devem direcionar a ação socioeducativa e o projeto arquitetônico de cada unidade.

O capítulo 6 se apresenta como a transição entre a parte da revisão de literatura e a que dá início ao estudo de casos dos projetos arquitetônicos. Nesse capítulo são apresentados os critérios de análise dos projetos arquitetônicos a partir da Sintaxe Espacial e das diretrizes pedagógicas do SINASE.

O sétimo capítulo consiste na análise dos três projetos arquitetônicos. Tal análise foi subsidiada pelas entrevistas realizadas com os profissionais envolvidos com o processo socioeducativo de cada unidade, pelas visitas *in loco* e pelas fotografias feitas nas unidades visitadas.

Por último, são apresentadas as considerações finais do trabalho, apontando a necessidade de mais estudos que considerem o espaço arquitetônico de unidades socioeducativas, e apresentando uma agenda para pesquisas futuras sobre o tema.

Com o objetivo de identificar como as diretrizes pedagógicas do SINASE repercutem no projeto arquitetônico de unidades socioeducativas de internação, pretende-se com esse trabalho destacar a importância da arquitetura como um dos instrumentos para ação socioeducativa, considerando inclusive a necessidade de revisão de determinadas questões do próprio SINASE.

1 ARQUITETURA COMO PROCESSO DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO E A SINTAXE ESPACIAL

A pesquisa se desenvolve com o intuito de identificar a repercussão do documento do SINASE no projeto arquitetônico de unidades socioeducativas de internação. Antes do estudo do panorama dessas instituições e da análise dos projetos em si, foram consideradas questões necessárias para o embasamento dessa temática.

A primeira questão diz respeito ao conceito de arquitetura considerando-a também como o processo de produção do espaço (HOLANDA, 2002), onde o projeto arquitetônico se apresenta como a representação gráfica das discussões ocorridas durante o processo de produção, sendo assim instrumento de transmissão de valores, ideologias e visões de mundo.

Considerando-a dessa forma, a representação gráfica pode ser avaliada a partir de critérios, sendo proposta como ferramenta para a análise dos projetos das unidades elementos da teoria da Sintaxe Espacial, de Bill Hillier (HILLIER, VAUGHAN, 2007), que será considerada no segundo ponto dessa fundamentação.

1.1 Arquitetura como processo de produção do espaço

O espaço é elemento fundamental da arquitetura, de acordo com Coelho Netto (2002) a arquitetura é a arte de organizar e de criar os espaços. Como elemento da arquitetura, o espaço – arquitetônico – consiste não na edificação isolada, mas ela “encaixada” no contexto social e permeada de movimento, que reflete a vida e ganha sentido quando se considera o indivíduo que o integra.

Assim, o espaço arquitetônico é a edificação (objeto) e os indivíduos que dão a ela vida e movimento. A importância do espaço arquitetônico está no fato de, desde o processo de criação, ele ser constituído de valores e ideologias que refletem o pensamento de uma sociedade específica na qual aquela edificação foi pensada ou construída, sendo utilizada para representar formas de agir e de pensar e, muitas vezes, como instrumento de dominação e expressão do poder:

A arquitetura muda ao longo da história, porque expectativas sociais também se modificam e são constitutivas de sociedades específicas. Não conseguiremos nunca entender as expectativas, senão a partir de valores sociais que as informam. Esses valores traduzem-se em *valores arquitetônicos*, sempre relativos a um determinado

tempo e a um determinado lugar, e a partir deles os espaços são avaliados. (HOLANDA, 2002, p. 78/79)

Os elementos arquitetônicos e a edificação em si transmitem valores que podem contribuir no modo como os indivíduos percebem determinado ambiente. A forma do edifício, a luz, a cor, o mobiliário, a presença ou ausência da natureza são elementos que podem influenciar na percepção individual dependendo de como forem utilizados, do tempo e lugar onde estão inseridos. De acordo com Castelnou (2003, p. 149):

As sensações de uma galeria que se torna estreita, de uma rampa que fica mais suave, de um salão que se amplia a cada passo, paredes curvas e pisos inclinados, transparências e brilhos; tudo contribui para mudanças na percepção humana do espaço arquitetônico. E, conseqüentemente, isto atinge as maneiras de se comportar dentro dos lugares, sejam eles habitacionais ou voltados à vida coletiva e social.

Mas a arquitetura não se limita ao espaço arquitetônico propriamente dito (espaço construído), envolve também o processo de produção desse espaço e, tal como considera Holanda (2002):

É usada para designar tanto um produto (um edifício, uma cidade) como o processo de sua produção, uma prática, como a entendemos aqui, que envolve não apenas arquitetos, mas também uma gama muito variada de pessoas, profissionais ou não. (HOLANDA, 2002, p.73)

O processo de produção envolve uma série de atores e é nele que estão os valores que irão compor os espaços construídos e as relações ali estabelecidas. De acordo com Holanda (2002, p.74), o processo de produção do espaço implica em processos de trabalho e relações de produção, tal como descrito abaixo:

- Processos de trabalho: “que envolvem matérias-primas, instrumentos e tecnologia relacionada aos sistemas construtivos, elementos de materialização e a organização *técnica* da força de trabalho”;
- Relações de produção: “que envolvem papéis distintos de produtores diretos e indiretos, trabalho intelectual e trabalho braçal, e métodos de concepção, comunicação e controle do processo de produção, incluindo aspectos legais e econômicos relacionados à produção do espaço arquitetônico”.

São nas relações de produção, que envolvem os métodos de concepção do espaço, que entra o projeto arquitetônico. Esse último é a representação gráfica do que, provavelmente,

será construído, e as linhas e formas ali delineadas dizem muito do que se pensa sobre como deve ser e funcionar determinada atividade ou complexo de atividades.

O projeto arquitetônico é um meio, um instrumento, para a realização de um fim, que é o espaço construído. De acordo com Silva (2006, p.36), o projeto “pode ser considerado como *representação possível* de um ente ainda imaginário que, quando materializado, e se o for, poderá ser ou não uma forma apropriada de correção do problema constatado.”

Assim o projeto nem sempre é a solução do problema o qual se propunha solucionar, bem como a “sua existência não é inevitável”, tanto é que se construíam (e ainda se constroem) edifícios sem a necessidade de um projeto arquitetônico (SILVA, 2006, p.28).

Mas, diante do número de atores envolvidos no processo de produção e construção do espaço, faz-se necessário um instrumento para ser seguido que descreva, previamente, as alternativas utilizadas para a resolução dos problemas propostos, apesar da eficácia da alternativa só poder ser comprovada com o uso do espaço.

Zevi (2002) acredita que, vistas isoladamente, as formas de representação do espaço – plantas, fachadas, seções, maquetes, fotografias, etc. – não são suficientes para a representação completa do espaço arquitetônico e realmente não o são. Tais representações apresentam uma forma prévia de como foi pensado o espaço, mas o mesmo só será espaço quando estiver inserido em um contexto social, quando existir vida e movimento.

Entendemos aqui que as formas de representação do espaço, apesar de não o representarem completamente, são importantes, pois fazem parte do processo de produção e, muitas vezes, imprimem e resumem previamente o que os atores envolvidos no processo – arquiteto, cliente, legislador, membros do governo, sociedade, etc. – pensam sobre como deve ser aquele espaço.

A colocação de uma porta no projeto pode indicar, por exemplo, o caráter de fechamento e de isolamento de um determinado ambiente em relação aos demais. A relação do edifício com áreas externas, bem como a presença de áreas verdes e abertas no seu interior, podem indicar a intenção de criar espaços mais integrados com a natureza, por exemplo.

Tal como narra Silva (2006, p. 44), “um dos propósitos do projeto é justamente fornecer uma descrição da forma a ser edificada, de modo que possibilite não apenas a própria

materialização da idéia, mas também, e num estágio prévio, que permita a avaliação da qualidade da proposta concebida pelo projetista”. Ao avaliar a qualidade da proposta a ser concebida já é possível avaliar a opção pela utilização de algum elemento arquitetônico, o que ajuda a compreender os valores que estão imbuídos no projeto.

O projeto arquitetônico normalmente é dividido em etapas que partem do estudo preliminar e passam pelo anteprojeto até chegar ao projeto executivo. O estudo preliminar é o estágio inicial e contém as primeiras idéias do que será o projeto, tais como o partido a ser adotado e a disposição preliminar dos espaços.

O anteprojeto é mais avançado e apresenta o partido já definido, os espaços, as suas respectivas áreas, a concepção da estrutura, etc. Já o projeto executivo é o projeto com todos os detalhes, especificações e informações, pronto para ser executado pelo construtor.

Alguns autores consideram a existência de outras etapas, tais como projeto legal. Mas, as três descritas acima, tal como considera Silva (2006), são a base do processo projetual, onde os itens básicos de cada etapa variam conforme as exigências do projeto, do cliente, da construtora, da legislação etc.

Mas, até chegar à descrição completa do edifício, o caminho não é tão linear como aparentam as etapas do projeto acima expostas. As interferências em cada uma dessas etapas são complexas e envolvem uma série de atores interessados na construção de determinado espaço.

Assim, o projeto arquitetônico, em suas diversas etapas, antes de ser executado é constantemente “alimentado”, não só pela visão do arquiteto, mas também pela visão da sociedade, do cliente, bem como dos aspectos legais, econômicos e sociais envolvidos.

A progressão do projeto tem, de acordo com Borges e Navieiro (2001), um caráter cíclico, pois em cada uma das etapas é possível retornar quando se identificam divergências e incompatibilidades.

O projeto é avaliado e modificado até o momento em que se transforma em projeto executivo e é executado. Durante a execução, não mais o projeto, mas agora o espaço é modificado de acordo com os interesses das partes envolvidas e do próprio usuário. Borges e

Navieiro (2001) sintetizam as fases de concepção e representação do projeto no diagrama 01, abaixo:

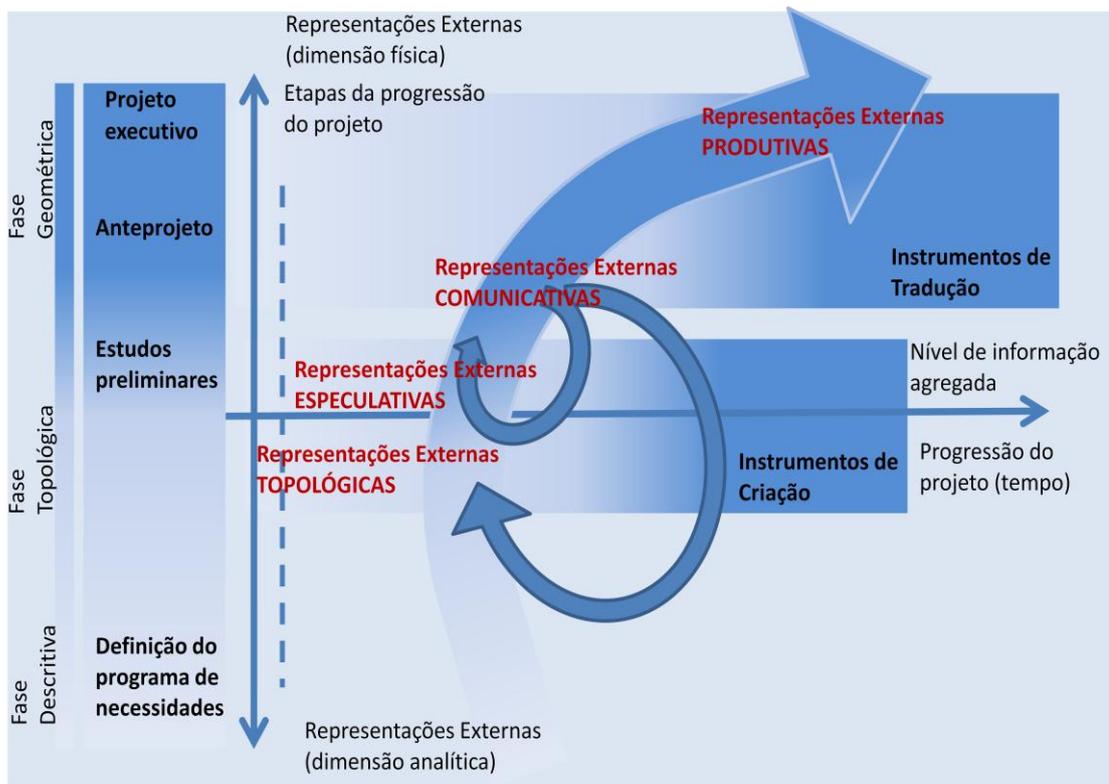


Diagrama 01: Contextualização das formas de concepção e representação do projeto. Fonte: Borges e Navieiro (2001) com adaptações para melhor visualização da figura.

A direção horizontal diz respeito à progressão do projeto no tempo e decorre das informações adquiridas no andamento do mesmo considerando as informações iniciais já obtidas. Tais informações são decorrentes não só da visão do arquiteto sobre aquele espaço, mas também da presença de outros atores que influenciam nas escolhas do projetista.

As representações externas são o modo como o projetista representa suas idéias a partir das informações agregadas na progressão do projeto, bem como dos conhecimentos já adquiridos em experiências anteriores. A *representação topológica* se refere ao processo de criação e estruturação do problema e pode ser feita por meio de diagramas, por exemplo. Na *representação especulativa* são incorporadas características geométricas para a solução do problema, se identifica assim com a fase do estudo preliminar.

A *representação comunicativa* se apresenta como uma consolidação das soluções adotadas para o problema proposto traduzida para as partes interessadas no projeto. Já a *representação produtiva* é a descrição completa do edifício, considerando os padrões e

normas técnicas necessárias para a sua execução, se configurando assim como o projeto executivo.

As duas primeiras fases representam a etapa de concepção do projeto, onde as primeiras idéias são concebidas para que, a partir daí, a proposta possa ser transformada na linguagem do desenho e assim entendida. Com o desenho podem ser modificados, acrescentados ou retirados elementos do projeto, o que pode levar inclusive a um novo processo de criação.

De acordo com Borges e Navieiro (2001) a representação comunicativa e a produtiva, anteprojeto e projeto executivo, são as fases da tradução das soluções obtidas nas etapas anteriores.

É na fase de tradução que o arquiteto se comunica com o cliente mostrando a representação gráfica da edificação a ser construída diante de todas as informações agregadas no processo de criação. Essa fase de tradução é o modo de representação do projeto por meio da linguagem da arquitetura.

O arquiteto transmite as suas idéias por meio da representação gráfica (desenhos, maquetes, etc.), onde a partir dela serão justificadas as suas escolhas, o partido adotado, como deverá funcionar aquele espaço, etc. Quando o arquiteto apresenta a proposta, em qualquer uma das fases, podem ser acrescentadas novas informações agregadas que podem gerar inclusive a concepção de um novo projeto que leve em conta as novas informações. O projetista escolherá a forma arquitetônica ou o elemento que considera que melhor representa aquela idéia.

As incertezas do arquiteto na escolha de determinadas estratégias em detrimento de outras, revelam a sua visão como indivíduo, o seu conhecimento prévio sobre o espaço, o estigma que o mesmo carrega, enfim, uma série de critérios que irão interferir decisivamente nas suas escolhas. Tal como considera Heidrich (2002 p.5):

Estes critérios derivam de um repertório conceitual do projetista, de seu conhecimento tecnológico, de suas posturas de natureza filosófica, ideológica e de suas inclinações e preferências no plano das possibilidades estéticas da arquitetura. Os critérios utilizados poderão também ser influenciados pelo conhecimento empírico, que completa o conhecimento teórico e lhe confere a indispensável consistência. Na prática, tais critérios não estão necessariamente expressos de modo organizado, nem tem imediata transposição para o discurso verbal, mas certamente estarão sempre presentes, mesmo que não o perceba o projetista.

Os critérios que influenciam na concepção do projeto arquitetônico muitas vezes nem são verbalizados, mas estão presentes no projeto nos espaços priorizados, nas estratégias adotadas, na escolha de determinada cor ou material, etc.

Contudo, a visão do arquiteto não é a única a interferir no processo de produção do espaço. As legislações existentes, a concepção que o cliente tem sobre como deve ser aquele espaço, a visão da sociedade e suas ideologias, com certeza serão consideradas na ação projetual.

O arquiteto se comporta como um mediador dos valores dos atores envolvidos, bem como dos seus próprios, em cada uma das etapas do projeto arquitetônico. Dessa forma, a representação gráfica do espaço a ser construído nos mostra quais as alternativas priorizadas no processo de produção.

Considera-se aqui que o projeto arquitetônico é muito mais que uma representação gráfica do que será o espaço, é uma síntese da visão de todos os atores que participaram do processo de elaboração do projeto.

Assim, será considerada aqui a arquitetura como sendo o processo de sua produção. Tal processo também “é constituinte da sociedade, no sentido de que ele implica um meio pelo qual os agentes sociais se relacionam entre si.” (HOLANDA, 2002, p. 73)

Uma legislação, uma norma ou um documento, se apresentam como informações agregadas na ação projetual e assim como um dos condicionantes que interferem no processo de produção do espaço arquitetônico.

Na própria norma já estão formalizados uma série de valores sociais, políticos e econômicos. Mas, mesmo assim, a norma ou o documento, apesar de não poderem ser subvertidos, podem ser interpretados de várias maneiras durante a ação projetual, tanto pelo projetista, como pelo cliente e pela sociedade. Por ser genérica, há uma diversidade de projetos arquitetônicos de um mesmo espaço, mas que nem sempre refletem os valores contidos nas diretrizes gerais daquele documento.

Antes do espaço arquitetônico e das relações que o animam e dão movimento, há o projeto que representa graficamente as funções a que aquele espaço se destina. Por isso é importante a análise dos elementos arquitetônicos presentes no projeto.

1.2 A Sintaxe Espacial

A Sintaxe Espacial se apresenta como um conjunto de teorias e técnicas que insere uma nova dimensão para a análise das cidades e dos edifícios: a configuração espacial. As pesquisas procuram estudar a lógica do espaço arquitetônico e a sua relação com a “lógica espacial das sociedades” (HOLANDA, 2002).

Com a análise sintática, é possível verificar a representação geométrica a partir de critérios e com isso mensurar as suas potencialidades de transmitir idéias sociais (HILLIER, VAUGHAN, 2007). Os mapas das cidades ou as plantas baixas dos edifícios são exemplos dessas representações geométricas.

A Sintaxe Espacial foi originada na *University College of London* na década de 1970 por meio das pesquisas de Bill Hillier e sua equipe. Desde então, as idéias da Sintaxe foram desenvolvidas em várias partes do mundo, inclusive no Brasil.

De acordo com Holanda (2002, p. 92), que utiliza a Sintaxe Espacial para estudar os espaços da cidade de Brasília, a teoria:

Objetiva o estabelecimento de relações entre a estrutura espacial de cidades e de edifícios, a dimensão espacial das estruturas sociais, e variáveis sociais mais amplas, procurando revelar tanto a lógica do espaço arquitetônico em qualquer escala como a lógica espacial das sociedades.

É importante ressaltar que o espaço não é o único fator que interfere nas relações sociais. A Sintaxe destaca o espaço com um dos fatores que tem relevância significativa, não sendo este o único, tal como considera Silva (2009, p.155):

A sintaxe não explica toda a realidade urbana, mas revela atributo específico que auxilia na percepção da cidade. Cabe-nos, portanto, valorizar aquilo que é sua distinção: o âmbito relacional, sem, contudo, acreditarmos que por meio dela teremos a compreensão plena das configurações urbanísticas ou edilícias.

A segregação espacial é um termo comum nas pesquisas sobre Sintaxe, pois parte-se da premissa de que a organização dos espaços é estabelecida por meio das barreiras e permeabilidades que estão presentes em todas as partes e são de todos os tipos (HILLIER apud HOLANDA, 2002).

Quando consideramos o histórico dos espaços de privação de liberdade, a ser abordado no capítulo 4 e 5, a permeabilidade dos espaços parece ser sempre controlada e as barreiras

são muito mais visíveis e marcantes, comparadas com os demais espaços da cidade. Isso ocorre tanto na área interna dos espaços de privação, através das portas, grades e paredes, como através dos muros altos que os separam do restante da cidade ou até quando consideramos que muitas unidades, ao longo da história, se situaram em ilhas onde a água era uma das barreiras que isolava os internos.

Para a Sintaxe Espacial os graus de integração e de segregação dos espaços podem expressar padrões culturais e sociais que determinam o *layout*, o modo de organização, o mobiliário e a decoração dos espaços.

Um espaço mais segregado é assim fruto de padrões culturais pré-estabelecidos, que consideram a função que deve ser desempenhada naquele local. Na maioria das casas, por exemplo, os dormitórios são separados por uma porta ou divisória, que funciona como uma barreira que segrega um ambiente de maior intimidade dos demais ambientes da casa, impondo certo limite na permeabilidade entre os espaços.

Uma unidade de internação que é isolada por altos muros do restante da cidade, expressa um padrão cultural e social, uma visão de mundo que foi construída por muitos séculos, onde o destino dos que não se enquadravam aos padrões sociais era o isolamento. Os espaços assim transmitem informações, podendo ser utilizados como instrumentos de dominação e poder (CORTÉS, 2008).

Tal como narram Hillier e Vaughan (2007), o espaço pode ser utilizado de duas maneiras: *conservativa*, para manter e reproduzir as estruturas sociais já existentes, que geralmente funcionam como espaços que segregam, ou de maneira *generativa*, de modo a potencializar novas relações sociais no espaço e a criar espaços mais integrados.

Acreditamos que a transição de um espaço conservativo para um espaço generativo não se dá de forma tão rápida, principalmente quando o assunto é a segregação de um indivíduo ou grupo devido ao cometimento de um ato infracional. Isso requer um longo processo que envolve, na maioria das vezes, interesses dos que estão no poder e querem manter a estrutura social que lhes é mais conveniente.

O documento do SINASE se apresenta como uma mudança de paradigma, onde a política se baseia na educação como instrumento para reinserção social do jovem. Mas, tudo

isso ainda ocorre dentro de muros de cinco metros de altura. Provavelmente, porque nem a sociedade e nem o legislador que formulou a norma (e também é membro da sociedade), estão preparados para “conviver” com o processo de recuperação de um indivíduo que infringiu a lei. Apesar da mudança de paradigma, o meio urbano ainda não é considerado, fato que pode ser observado na ausência de tais espaços nos planos diretores das cidades e dos municípios.

Os graus de integração e de segregação dos espaços, bem como outras categorias da Sintaxe Espacial são quantificáveis, outras são tratadas a partir de uma abordagem qualitativa. “Em alguns casos, isso pode se dar em virtude do nível de desenvolvimento da própria metodologia, em outros casos em razão da própria categoria” (HOLANDA, 2002, p. 96), onde a potencialidade de cada categoria adotada depende da base de dados do objeto de estudo.

Apresentaremos aqui determinadas categorias da Sintaxe Espacial consideradas por Holanda (2002). Para a análise dos projetos arquitetônicos será adotada uma abordagem mais qualitativa, não sendo utilizados tantos dados numéricos, tal como será apresentado nos critérios de análise no capítulo 6.

A partir da teoria da Sintaxe Espacial de Hillier, Holanda (2002) considera em suas análises três níveis analíticos: os padrões espaciais, a vida espacial e a vida social.

Os *padrões espaciais* são “padrões de relações compostos por barreiras e permeabilidades” que definem a organização dos espaços (HOLANDA, 2002, p. 96). A *vida espacial* diz respeito aos padrões de encontros sociais que ocorrem no espaço. Já a *vida social* são questões sociais mais gerais, mas que interferem nos padrões espaciais e na vida espacial. É o “conjunto de atributos socioeconômicos gerais que pode estar relacionado à questão da lógica social dos padrões espaciais e da vida espacial” (HOLANDA, 2002, p. 114). A vida espacial e a vida social consideram o movimento dos indivíduos no espaço, já os padrões espaciais definem como tais espaços são organizados.

Devido ao recorte dado, a análise que se pretende aqui não envolve o estudo do edifício pós-ocupação, mas o projeto arquitetônico. Dessa forma não será considerado para a análise o nível vida social e vida espacial, mas apenas o nível dos padrões espaciais, pois estes têm relação mais direta com a configuração dos edifícios e assim com o processo de produção do espaço arquitetônico. As relações do indivíduo com o espaço podem ser objetos de uma pesquisa futura.

Os padrões espaciais, de acordo com o autor, partem dos mapas de assentamentos, considerados aqui como os mapas dos edifícios. O primeiro é o *mapa de barreiras* (figura 01) que são desenhos que evidenciam as diversas barreiras que limitam o movimento de pedestres sobre o chão, sendo consideradas aqui apenas as barreiras físicas. O autor considera as barreiras como “qualquer tipo de obstáculo que restrinja o movimento” e o mapa deve conter tanto as barreiras como os espaços abertos que sobraram delas. (HOLANDA, 2002, p. 97)

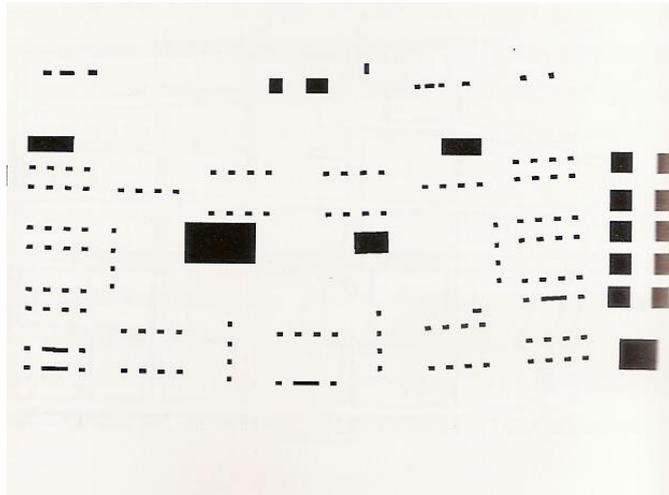


Figura 01: Mapa das barreiras reais ao movimento de pedestres sobre o chão, numa superquadra em Brasília.
Fonte: Holanda, 2003.

No caso das unidades de internação de adolescentes, o mapa de barreiras será feito considerando todas as barreiras físicas presentes no edifício, inclusive a que o separa do restante da cidade.

Outro mapa é o *mapa de convexidade* que mostra os espaços convexos do edifício ou da cidade. A convexidade diz respeito às transições invisíveis entre dois lugares nos espaços abertos, onde “nenhuma linha pode ser traçada entre dois pontos que passe por fora do espaço” (HOLANDA, 2002, p.97) essas linhas decompõem os espaços abertos em outras unidades por meio de fronteiras invisíveis.

No mapa da convexidade são desenhadas as barreiras e os limites dos espaços convexos, bem como a transição desses para quaisquer espaços fechados cujo acesso seja controlado por qualquer elemento.

Por serem isoladas por muros, nas unidades de internação não existem espaços totalmente abertos, os que têm maior grau de abertura são isolados, no mínimo, pelos muros

externos da edificação. Os pátios, as praças, os espaços de circulação não são então espaços totalmente abertos, o que deve ser considerado na escolha das categorias de análise.

Já o *mapa axial* (figura 02) tem sido utilizado em pesquisas cujo interesse é o movimento e a circulação das pessoas nas cidades e nos edifícios (LAY; REIS, 2005). O mapa axial é obtido por meio do traçado do menor número possível de linhas retas que passam pelos espaços convexos. (HOLANDA, 2002)

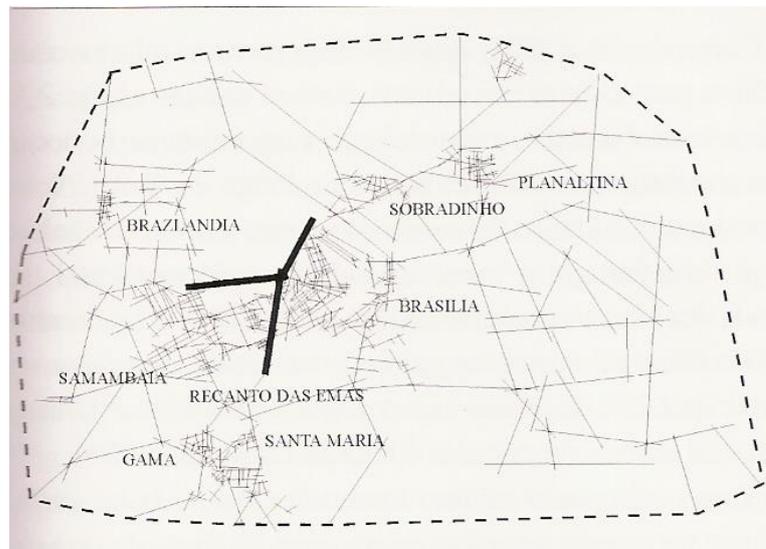


Figura 02: Mapa axial das principais vias do Distrito Federal, os traços mais espessos são as linhas mais integradas ao sistema. Fonte: Holanda, 2003.

Além dos mapas descritos acima, o estudo da integração e da segregação dos espaços pode ser realizado também por meio dos grafos justificados que é um instrumento de representação das barreiras e permeabilidades do espaço, onde:

[...] espaços são representados por círculos e a relação de permeabilidade entre os espaços por linhas. Um grafo justificado é construído a partir de um determinado espaço do sistema – sua “raiz”. Ele é “justificado” em relação a esta raiz.[...] (HOLANDA, 2003, p. 139)

A partir de tais mapas e grafos, Holanda estabelece categorias de análise, que definem os critérios pelos quais os espaços serão analisados, estas questões serão abordadas no capítulo 6, quando forem estabelecidos os critérios de análise dos projetos arquitetônicos.

Considerando a arquitetura como processo de produção do espaço e, sendo assim, o projeto arquitetônico como instrumento de transmissão de valores, a análise do projeto arquitetônico é imprescindível para entender como as unidades socioeducativas de internação estão sendo pensadas a partir da existência do SINASE. A Sintaxe Espacial foi escolhida como base para a definição dos critérios de análise dos projetos, onde serão consideradas as especificidades do objeto de estudo.

2 METODOLOGIA

Com a exigência de cumprir o que está descrito no documento do SINASE, como critério para liberação de verba federal e construção de novas unidades socioeducativas, as novas edificações parecem ganhar uma configuração diferenciada e uma estrutura física que não mais a assemelha a um presídio.

O objetivo geral do trabalho é identificar como as diretrizes pedagógicas do SINASE são repercutidas no projeto arquitetônico de unidades socioeducativas de internação.

A metodologia escolhida para desenvolvimento deste trabalho foi o estudo de casos múltiplos baseado na lógica da replicação (YIN, 2001; VASCONCELOS, 2009). Este consiste na seleção de determinados casos que apresentem características semelhantes para que os critérios adotados para a análise de um caso possam ser replicados para os demais.

De acordo com Vasconcelos (2009, p. 194) tal abordagem busca “revelar relações ou explicações convincentes sobre as características do fenômeno em estudo, e devem ser sustentadas por uma construção teórica rica e rigorosa.” Com o cruzamento dos casos, diminui-se o risco de influências das especificidades de cada caso quando comparado com um estudo de casos simples, por exemplo.

Para Yin (2001) num estudo de casos múltiplos baseado na lógica da replicação, os casos podem ser selecionados de modo que se prevêem resultados semelhantes (replicação literal) e para isso são selecionados poucos casos, de dois a três. A partir da lógica da replicação literal foram estabelecidos os critérios para a escolha, bem como os critérios de análise dos projetos arquitetônicos, de modo a escolher casos semelhantes e ser possível a replicação dos critérios caso a caso.

É importante destacar que na análise dos projetos buscou-se privilegiar as intenções projetuais em detrimento da acidentalidade das modificações pós-ocupação influenciada, muitas vezes, pela administração e por outros condicionantes. Mas, apesar disso, a visita às unidades e as fotografias retiradas *in loco* subsidiaram a análise dos projetos, destacando a importância da tridimensionalidade e do espaço construído para a análise dos projetos.

Para esta pesquisa, optou-se pelo estudo do **anteprojeto** ou **projeto executivo** – representados principalmente pela planta baixa – que apresentam a descrição da edificação a ser construída e a síntese das informações agregadas nas etapas anteriores.

A elaboração do projeto passa por determinadas etapas que são, por sua vez, influenciadas por uma série de condicionantes (cliente, sociedade, legislações, etc.) que exercem influência direta ou indireta na ação projetual.

Diante da complexidade dos condicionantes envolvidos na elaboração do projeto arquitetônico, foi escolhido um deles para a análise: o **SINASE**, documento que direciona a elaboração do projeto para unidades socioeducativas de internação.

Assim o projeto arquitetônico, representado pelo anteprojeto ou projeto executivo, é o objeto de estudo desta pesquisa, e nele foi identificada a repercussão das diretrizes pedagógicas do documento do SINASE. Para tanto foram selecionadas determinadas unidades socioeducativas existentes no Brasil para que fossem realizados os estudos.

Além da fundamentação teórica já apresentada, para o desenvolvimento da metodologia foram realizados os seguintes procedimentos metodológicos:

2.1 Revisão bibliográfica

Para a revisão foram consultados livros, artigos, dissertações e teses, o Estatuto da Criança e do Adolescente (lei 8.069/90) e o projeto de lei Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, bem como *sites* governamentais, tais como o do Ministério da Justiça e da Secretaria de Direitos Humanos, bem como outros *sites* de organizações não governamentais (ONGs) que desenvolvem pesquisas relacionadas aos adolescentes privados de liberdade.

Foram levantados dados referentes às mudanças políticas e legais ocorridas e a sua influência nesses espaços de modo que fosse possível traçar um panorama dos espaços que abrigaram os adolescentes ao longo dos anos, para que em seguida tais dados fossem relacionados com os edifícios atuais.

Além dessas informações, a revisão permitiu esclarecer determinados conceitos sobre os espaços de aprisionamento e sobre o adolescente em conflito com a lei. Para uma melhor compreensão, a revisão bibliográfica foi dividida em três eixos:

2.1.1 Arquitetura como processo de produção do espaço e a Sintaxe Espacial

Esse eixo foi apresentado no capítulo 1 e consiste na apresentação dos referenciais teóricos da arquitetura que balizaram o desenvolvimento do trabalho. Foi destacada a importância da arquitetura como processo de produção do espaço – tal como consideram Holanda, 2002; Borges; Naveiro, 2001; Heidrich, 2002 – e, conseqüentemente, do projeto arquitetônico como uma das etapas desse processo, bem como da Sintaxe Espacial (HILLIER, VAUGHAN, 2007) como teoria que analisa a configuração espacial.

2.1.2 Conceitos fundamentais sobre o tema

Considerando que nas antigas prisões os jovens eram aprisionados no mesmo lugar que os adultos, fez-se necessário abordar determinados conceitos que se referem ao sistema prisional, tais como os de instituição total (GOFMANN, 2008) e das relações de poder que permeiam o espaço da prisão (FOUCAULT, 2007). O objetivo foi identificar a presença de tais conceituações nos espaços destinados à internação de adolescentes em conflito com a lei. Para a compreensão da temática foi imprescindível também esclarecer outros conceitos, tais como o de medida socioeducativa (VOLPI, 2002; SEDH, 2006; LIBERATI, 2003) e de adolescente em conflito com a lei, que serão apresentados no capítulo 3.

2.1.3 Panorama dos espaços que abrigaram os adolescentes em conflito com a lei

A investigação traz o histórico do encarceramento, considerando-o a partir dos primeiros indícios de diferenciação do jovem de um adulto, dando ênfase às mudanças ocorridas nos espaços de internação. A abordagem permitiu traçar um panorama desses espaços e assim relacioná-los com a arquitetura atual desses edifícios.

O panorama foi feito até o surgimento do documento do SINASE, objeto de estudo dessa pesquisa. Tal documento foi analisado em um capítulo a parte de modo a enfatizá-lo, pois foi a partir dele que o projeto arquitetônico foi avaliado.

A arquitetura das unidades socioeducativas atuais foi analisada a luz de todo esse referencial teórico, o que permitiu uma melhor compreensão da mesma, bem como do documento que direciona a sua construção.

2.2 Definição dos critérios de escolha dos projetos arquitetônicos

Para a realização do estudo de casos foram estabelecidos critérios para a escolha das unidades socioeducativas, objetos do estudo.

O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece a existência de dois tipos de internação: a que consiste no regime de semiliberdade, que pode ser determinada desde o início ou como forma de transição para o meio aberto, onde o jovem pode realizar atividades externas independente de autorização judicial (art. 120, lei 8.069/90), e a internação propriamente dita que se constitui como medida socioeducativa de privação de liberdade. Esta última pode ser dividida em internação permanente, que dura por um período máximo de três anos, e internação provisória, por um período de até 45 dias, até que o juiz decida se o jovem vai para internação permanente ou cumprirá outra medida socioeducativa.

Muitas unidades socioeducativas apresentam duas unidades dentro de um mesmo terreno: a provisória e a permanente, sendo estas separadas apenas por muros, de modo que, muitas vezes, as atividades são realizadas em espaços comuns para as duas unidades. Assim a análise de uma unidade com essa configuração foi feita considerando-a como um todo integrado.

Assim, adotou-se como *primeiro* critério que as unidades sejam de internação, ou seja, de **privação de liberdade**, pois nelas os jovens permanecem por mais tempo, podendo estabelecer um número maior de relações com o espaço e com os demais.

O *segundo* critério é que essas unidades tenham sido construídas com **verba federal**, pois nestas há a exigência da adoção do SINASE, ou das orientações que precederam a elaboração do documento, como requisito para a elaboração do projeto arquitetônico e construção do edifício.

O *terceiro* critério considera que as unidades devem estar situadas em **regiões federativas diferentes**, de modo a ter maior diversidade de casos. E o último critério, o *quarto*, diz respeito à **disponibilidade de consulta** dos projetos arquitetônicos, visitas às

edificações e acesso aos arquitetos responsáveis pela elaboração dos projetos ou às equipes técnicas que tenham participado dos processos de elaboração dos mesmos, para confrontar com as informações obtidas na análise dos projetos.

A partir desses critérios foram escolhidas três unidades para estudo:



- a) **unidade A** – situada na região Sudeste;
- b) **unidade B** – situada na região Centro-Oeste;
- c) **unidade C** – situada na região Nordeste.

Figura 03: Mapa do Brasil com localização dos estados escolhidos. Fonte: Acervo pessoal. Ano: 2011

Os nomes dos estados, bem como a localização específica das unidades, não serão revelados nesse trabalho por questões de segurança. Dessa forma, quando nos referirmos aos respectivos estados, eles serão identificados com a letra utilizada para identificar as unidades. Por exemplo, o estado A, é onde está situada a unidade A.

É importante ressaltar que a escolha não se deu pelo número de adolescentes cumprindo a medida, mas pelos quatro critérios já estabelecidos, de modo que as diferenças das unidades quanto à localização e ao número de adolescentes internos foi importante apenas para termos maior diversidade nos casos escolhidos.

O que se pretende aqui é realizar um estudo de casos múltiplos, de modo a ter uma visão mais ampla da repercussão da legislação no projeto arquitetônico de unidades socioeducativas de internação no país.

2.3 Definição dos critérios de análise dos projetos arquitetônicos

Os critérios de análise foram estabelecidos a partir do projeto arquitetônico das unidades, considerando a planta baixa do anteprojeto ou projeto executivo. Com isso, foram estabelecidos critérios gerais para serem replicados caso a caso.

Parte-se da consideração do edifício como um todo, considerando a relação das partes entre si e das partes com o todo. Buscou-se, a partir daí, analisar a configuração espacial utilizando elementos da teoria da Sintaxe Espacial e considerando a distribuição dos ambientes no terreno, a sua conexão, a profundidade e os fluxos existentes.

Não foram considerados aspectos da volumetria do edifício, nem as variações de uso ocorridas após a ocupação do espaço, pois a análise é do processo de produção do espaço, representado pelo projeto arquitetônico.

Foram estabelecidos também outros critérios tendo como parâmetro as diretrizes pedagógicas do SINASE que tem rebatimento na arquitetura. Estes foram cruzados com os demais critérios e serão apresentados no capítulo 6.

É importante ressaltar que apesar da replicação dos critérios caso a caso, as especificidades de cada unidade foram consideradas e destacadas, tendo em vista a diferenciação de um projeto para outro para além do programa de necessidades básico e das diretrizes contidas no documento do SINASE.

2.4 Caracterização dos projetos arquitetônicos

Esta etapa consiste na apresentação de cada projeto arquitetônico, descrevendo as características mais relevantes, tais como localização, ano de construção, quantidade de adolescentes que atende, avaliando os pontos positivos e negativos de cada caso a partir da proposta socioeducativa.

2.5 Análise dos projetos arquitetônicos

A partir da caracterização do projeto foi feita a análise do mesmo a luz dos critérios estabelecidos. Foi feita também uma análise comparativa entre eles de modo a confrontar as características de cada um e a repercussão do SINASE nos mesmos.

2.6 Entrevista semi-estruturada com arquitetos e/ou responsáveis pela gestão e direção do sistema socioeducativo

A realização das entrevistas teve como objetivo confrontar a visão dos arquitetos e responsáveis pela gestão e direção do sistema socioeducativo com os dados obtidos na análise dos projetos arquitetônicos. É importante ressaltar que esta etapa foi um instrumento de verificação da validade das análises feitas nos projetos subsidiando inclusive a análise dos projetos (ver apêndice A).

A entrevista foi estruturada a partir dos critérios utilizados para análise do projeto. Mas, outras questões foram consideradas no andamento das entrevistas de acordo com a fala do entrevistado, de modo a levantar outros assuntos de interesse para a pesquisa.

2.7 Visitas às unidades analisadas

O objetivo das visitas foi conhecer as edificações cujos projetos arquitetônicos foram objetos de estudo. A visita teve cunho exploratório para subsidiar a leitura dos projetos.

Durante as visitas foi realizado um levantamento fotográfico com o intuito de subsidiar e ilustrar a análise dos projetos arquitetônicos. É importante destacar que a visita, assim como as entrevistas, tem caráter complementar em relação à análise dos projetos.

Foram encontradas dificuldades, principalmente, no que diz respeito à entrevista semi-estruturada com os arquitetos. A entrevista só foi feita com o arquiteto da unidade B. Nas outras duas unidades não foi possível realizá-las, pois os arquitetos responsáveis pelo projeto não tinham mais ligação com o sistema socioeducativo, o que dificultou o contato.

Nesses dois estados foram entrevistados os gestores e diretores do sistema socioeducativo que participaram do processo de produção do projeto, das reuniões e das definições dos espaços necessários para cada unidade, o que também foi relevante para a análise. Apesar das dificuldades encontradas, foi a partir de tal metodologia que foi possível analisar os projetos e se chegar às considerações finais desse trabalho.

3 CONCEITOS FUNDAMENTAIS SOBRE O TEMA

Como o objetivo central da pesquisa é identificar como as diretrizes pedagógicas do SINASE são repercutidas no projeto arquitetônico de unidades socioeducativas de internação, o documento se apresenta como peça fundamental no processo de produção desse espaço.

Para a compreensão do que é o documento e do que será apresentado nos capítulos seguintes, a estrutura do trabalho pressupõe que se desenvolvam conceitos fundamentais sobre o tema:

3.1 O que é uma medida socioeducativa?

A adoção das medidas socioeducativas foi instituída com o Estatuto da Criança e do Adolescente, ECA, lei 8.069/90², que concede direitos à população infanto-juvenil, mas também estabelece medidas quanto à prática de ato infracional – ato descrito como crime ou contravenção penal no Código Penal Brasileiro.

Tal como considera a Secretaria Especial de Direitos Humanos – SEDH (2006, p.31), o Estatuto é no Brasil “a tradução dos avanços internacionais no campo da promoção e defesa dos direitos humanos da população infanto-juvenil”.

No Estatuto “considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e **adolescente** aquela entre doze e dezoito anos de idade” (Lei 8.069/90, art. 2º, grifo nosso).

No caso das crianças que praticam ato infracional são adotadas medidas de proteção. Já quando se trata de adolescentes são adotadas as chamadas medidas socioeducativas.

O termo medida, na terminologia jurídica, exprime “uma ordem, a prevenção ou a disposição levadas a efeito para que se cumpram certas exigências legais, ou para prevenir qualquer fato, que possa atentar contra direito alheio, impedindo seu evento, ou para conservar um direito” (SILVA, 2002, p. 526).

² O Estatuto da Criança e do Adolescente será aprofundado no Capítulo 4.

No caso das socioeducativas, o termo medida é uma ordem para que se cumpram exigências legais, o Estatuto da Criança e do Adolescente. Sendo assim, é fundamental a compreensão do contexto para que se distinga o sentido jurídico do termo daquele arquitetônico, onde medida está relacionada à dimensão e ao tamanho.

A base de uma medida socioeducativa “possui dimensão jurídico-sancionatória e uma dimensão substancial ético-pedagógica” (SINASE, 2006, p.51). Em termos jurídico-sancionatórios, uma medida socioeducativa:

É a manifestação do Estado, em resposta ao ato infracional, praticado por menores de 18 anos, de natureza jurídica impositiva, sancionatória e retributiva, cuja aplicação objetiva inibir a reincidência, desenvolvida com finalidade pedagógico-educativa. (LIBERATI, 2003, p.3)

A medida socioeducativa, apesar de ter caráter sancionatório, tem principalmente o cunho social e pedagógico. De acordo com Kapp (2010, p.9), a pedagogia “encontra sua existência como estudo teórico da educação, ou seja, como um conjunto de princípios e métodos para a educação e instrução que tendem a um objetivo prático: o saber.”

Ao considerar a educação como base para a aplicação da medida socioeducativa, adota-se um novo modo de tratamento dos jovens em conflito com a lei. O jovem é considerado ser em fase de desenvolvimento que passa por grandes mudanças biológicas e sociais que correspondem à passagem da infância para a vida adulta. Por estar em fase de transição e de construção da identidade, a educação se apresenta como um instrumento para descontinuar a prática do ato infracional.

Em contraposição às legislações anteriores, no ECA as medidas socioeducativas são apenas direcionadas aos adolescentes que cometem um ato infracional – não aos abandonados e órfãos– e “têm finalidades especificamente pedagógicas e levam em consideração a vulnerabilidade do público ao qual se destina” (VERONESE, LIMA, 2009, p.29).

Uma medida socioeducativa é pautada em princípios éticos e de direitos humanos e tem sua base na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Tal como considera Antonio Carlos Gomes da Costa na introdução ao documento da SEDH (2006), a base ético-pedagógica da medida socioeducativa:

Pode ser traduzida na crença inabalável de que o adolescente autor de ato infracional é uma pessoa humana, tem valor, é sujeito de direitos, é prioridade absoluta para o

Brasil e é capaz de aprender a ser e a conviver de acordo com os valores e princípios da nossa sociedade. (SEDH, 2006, p.12)

Apesar de contrariar a lei vigente no país, o jovem que pratica um ato infracional é, acima de tudo, sujeito de direitos e deveres. Assim como qualquer outro jovem, a ação a ele dirigida deve se basear em princípios sociais e pedagógicos, pois ao adotá-los está se apostando que tal ação é capaz de contribuir no desenvolvimento pessoal e social do mesmo.

Parte-se do pressuposto de que todos os métodos e técnicas utilizadas para uma ação socioeducativa funcionam para qualquer grupo de jovens, esteja ele ou não em conflito com a lei. De acordo com o documento da SEDH, nas ações socioeducativas o “ferramental teórico-prático” descrito abaixo pode ser trabalhado com qualquer jovem:

- a **pedagogia da presença** gera o exercício de uma influência construtiva, criativa e solidária do educador sobre a vida do educando, proporcionando a este a possibilidade de construção da sua própria identidade: autocompreensão e auto-aceitação;
- a **relação de ajuda** é a operacionalização da presença educativa, utilizada com educandos que se encontram em situações de dificuldade que se refletem em sua conduta, em que o educador, com base na sua experiência, procura ajudá-los, procura orientá-los para que eles encontrem o melhor caminho para superar seus impasses;
- a **resiliência** é ferramenta educativa que desenvolve no educando sua capacidade de usar as situações adversas em favor do seu próprio crescimento. O educando se torna mais capaz de enfrentar e superar desafios, crescendo, mediante a adversidade;
- a **educação para valores** propicia ao educando condições para vivenciar, identificar e incorporar valores positivos em sua vida. Na realidade, é uma ferramenta que permite a ele assumir uma atitude básica diante da vida, traduzida numa fonte de atos;
- o **protagonismo juvenil** amplia e qualifica os mecanismos de participação do educando na ação social e educativa. O educando é percebido como fonte de iniciativa (ação), liberdade (opção) e compromisso (responsabilidade), atuando como parte da solução e não apenas do problema;
- a **cultura da trabalhabilidade** permite ao educando a incorporação de um novo paradigma de compreensão, sentimento e ação sobre o novo mundo do trabalho, marcado pela abertura das fronteiras econômicas, pela globalização e pelas novas tecnologias, com a perspectiva de nele ingressar, permanecer e ascender;
- **os códigos da modernidade** representam um conjunto de competências e habilidades mínimas não apenas para que o educando ingresse no mundo do trabalho, mas para que ele possa viver e conviver numa sociedade moderna. (SEDH, 2006, p.44)

A ação social e pedagógica é então a base de qualquer trabalho com jovens. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei 9.394/96, em seu artigo 20: “a educação é direito de todos e dever da família e do Estado e terá como base os princípios de liberdade e os ideais de solidariedade humana, e, como fim, a formação plena do educando, a sua preparação para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho.”

Ao defender a aplicação das medidas socioeducativas, Volpi considera que a adoção de uma proposta pedagógica é um caminho para a construção de um futuro melhor para o jovem:

O caminho pedagógico da produção de instituições capazes de oferecer um projeto de vida aos adolescentes em conflito com a lei tem se mostrado excepcionalmente eficiente na produção de alternativas metodológicas, nas quais um tratamento humanitário, educativo e de promoção das potencialidades dos adolescentes gera cidadãos capazes de contribuir com a construção de uma sociedade melhor. (VOLPI, 2002, p. 59)

O Estatuto, em seu artigo 112, define as medidas socioeducativas destinadas aos adolescentes que cometem ato infracional:

Art. 112. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

- I- advertência;
- II- obrigação de reparar o dano;
- III- prestação de serviço à comunidade;
- IV- liberdade assistida;
- V- inserção em regime de semiliberdade;
- VI- internação em estabelecimento educacional;**
- VII- qualquer uma das previstas no art. 101 do I ao VI. (ECA, art. 112, grifo nosso)

Dentre as medidas acima descritas, a internação em estabelecimento educacional – aqui denominado unidade socioeducativa de internação – é a mais severa, pois é a única onde o adolescente é privado, por completo, da sua liberdade de ir e vir.

Por isso, de acordo com o artigo 122, a medida de internação só deve ser aplicada nos casos de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa, reiteração no cometimento de outras infrações graves ou por descumprimento de medida anteriormente imposta.

A medida de internação que “era considerada remédio para todos os “casos”: destinava-se à criança abandonada, que precisava de um lar, e ao adolescente infrator, sendo ele perigoso ou não” (LIBERATI, 2003, p.49), passa a ser utilizada apenas nos casos mais graves onde não é possível aplicar nenhuma das outras medidas acima elencadas. O ECA divide as medidas em: não privativas de liberdade e privativas de liberdade, essa última ocorre apenas quando o adolescente comete um ato infracional considerado grave.

Nesse caso ou o jovem vai para a unidade de internação permanente ou é internado provisoriamente por um período máximo de 45 dias, até que o juiz decida se ele vai cumprir medida em unidade socioeducativa de internação ou se cumprirá outra medida que consta no artigo 112.

Caso seja decidido pela internação, o adolescente é encaminhado a uma unidade ficando nesta por um período máximo de três anos, onde a cada seis meses é feita uma avaliação pela equipe técnica para saber se o adolescente está ou não em condições de ser liberado.

Se o jovem completa 18 anos e ainda não terminou o cumprimento da medida, ele continua cumprindo-a, mas, ao completar 21 anos é liberado compulsoriamente (Art. 121, §5º, ECA).

A medida socioeducativa de internação deve ser cumprida em estabelecimento exclusivo para adolescentes e estar eivada de estratégias sociais e educativas de modo a contribuir na reinserção do jovem no convívio social:

O adolescente deve ser alvo de um conjunto de ações socioeducativas que contribua na sua formação, de modo que venha a ser um cidadão autônomo e solidário, capaz de se relacionar melhor consigo mesmo, com os outros e com tudo que integra a sua circunstância e sem reincidir na prática do ato infracional. (SINASE, 2006, p.51).

O espaço de cumprimento dessa medida é aqui denominado unidade socioeducativa de internação para adolescentes. Mas, antes de conceituá-lo, vamos fazer algumas considerações sobre o sujeito alvo de todas as ações socioeducativas: o adolescente em conflito com a lei.

3.2 Quem é o adolescente ao qual se destina a medida socioeducativa?

As ações do indivíduo constroem, modificam e transformam os espaços por meio das relações ali estabelecidas e o espaço contribui para a concretização destas. O espaço aqui considerado é uma unidade socioeducativa de internação cujo sujeito alvo da ação socioeducativa é o adolescente, o jovem que cometeu um ato infracional grave e que por isso está em conflito com a lei. Ele habita, mesmo que temporariamente, aquele espaço e a ele se dirige toda a ação socioeducativa empreendida pela equipe técnica.

Mas, antes mesmo de definir o perfil do adolescente que pratica um ato infracional é preciso entender que antes do conflito com a lei existe um sujeito:

O adolescente autor de ato infracional é antes de tudo adolescente – uma etapa peculiar do desenvolvimento humano que adquire configurações singulares em circunstâncias históricas e contextos econômicos, sociais e culturais diversos. Portanto, a abordagem para compreendê-lo considera as variáveis relativas às intensas mudanças físicas, biológicas, psicológicas; variáveis relativas a seus grupos de pertencimento, a seu meio social e a seu trânsito no mundo da cultura (TEIXEIRA, 2006, p.427)

O termo adolescente, por si só, é carregado de estigmas e pré-conceitos. Considera-se a adolescência uma fase de rebeldia, crises e transformações. Uma etapa difícil e problemática, onde o sujeito não é mais criança, mas ainda não é adulto, é uma fase de transição.

Cria-se uma identidade única para todo e qualquer adolescente, como um estereótipo desta fase. Constrói-se então a identidade de um grupo, considerando-os iguais, classificando-os socialmente por possuírem características semelhantes, ou seja, algo que se repete para todos, de acordo com critérios que a sociedade estabelece como sendo corretos, sem considerar as peculiaridades de cada indivíduo.

Mas, de acordo com Souza (2007), a adolescência não pode ser considerada apenas uma fase de transição do desenvolvimento humano, isso não é suficiente para entender a multiplicidade de relações sociais e culturais que permeiam as diversas formas de adolescência, principalmente quando consideramos o Brasil com sua imensa diversidade cultural e social.

Além de estar numa fase transitória, é preciso entender o jovem como membro da sociedade, indivíduo que passa por uma etapa do desenvolvimento que é muito importante para a formação da sua personalidade, onde o meio que habita e as relações que estabelece com sua família e amigos são fundamentais para a escolha dos caminhos que irá seguir pelo restante de sua vida.

Os autores adeptos da psicologia sócio-histórica para o adolescente (OZELLA, 2002; BOCK, 2004) consideram que só é possível compreender a adolescência quando a inserimos em uma totalidade.

A adolescência é produto do desenvolvimento da sociedade e, portanto, sua construção é reiterada e depende das relações sociais do jovem, da classe social que pertence, da sua cultura, da história de vida individual, do espaço habitado por cada um. Assim, considera-se aqui o adolescente como sujeito sócio-histórico (OZELLA, 2002; BOCK, 2004):

A adolescência é social e histórica. Pode existir hoje e não existir mais amanhã, em uma nova formação social; pode existir aqui e não existir ali; pode existir mais evidenciada em um determinado grupo social, em uma mesma sociedade (aquele grupo que fica mais afastado do trabalho), e não tão clara em outros grupos (os que se engajam no trabalho desde cedo e adquirem autonomia financeira mais cedo). Não há uma adolescência, como possibilidade de ser; há uma adolescência como significado social, mas suas possibilidades de expressão são muitas. (BOCK, 2004, p. 42)

Tal como considera Teixeira (2006), ao abordar o adolescente em conflito com a lei é preciso considerar que o jovem se constrói diante de inúmeros acontecimentos, sendo a prática do ato infracional um dos acontecimentos da sua vida. Apesar de estar em conflito com a lei, o jovem é um sujeito sócio-histórico cuja construção foi engendrada por vários acontecimentos sociais.

A adolescência é uma fase de transição e de desenvolvimento biológico e mental intenso, que se distingue claramente da fase adulta e da infância. Mas, o que se quer aqui é destacar que, além disso, cada jovem tem suas peculiaridades, assim como cada criança e cada adulto, onde é preciso considerar cada indivíduo como construído socialmente e sujeito a uma série de condicionantes que, nem sempre, se repetem.

3.2.1 Perfil do adolescente em conflito com a lei

Tal como demonstra pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), coordenado por Silva e Guerresi (2003), os estudos sobre os jovens associam o cometimento do ato infracional não à pobreza, mas a desigualdade social e a ausência de políticas públicas básicas para o atendimento.

Muitos autores demonstram que a desigualdade é incentivada pela mídia televisiva (ASSIS, 1999; ROSA, 2007; WORM, 2007) como instrumento que contribui para avultar a diferença entre ricos e pobres e enfatizar o consumo como meio de inserção social. Na falta de oportunidade e na tentativa de se incluir na sociedade de consumo (com roupas, calçados e celulares das melhores marcas), muitos jovens se vêem no mundo do crime e praticam atos infracionais.

Assis (1999), ao investigar jovens cumprindo medida em unidades de internação, constatou que boa parte deles utilizava o dinheiro obtido no ato infracional para comprar roupas, sapatos e objetos de desejo, tão enfatizados pela mídia como meio de inclusão social.

Outros ainda roubavam para ir às festas e se divertir com os amigos, mais uma forma de inclusão social.

Tais pesquisas corroboram com os dados do próprio IPEA (2003) que comprovam que mais de 40% dos delitos cometidos por adolescentes são contra o patrimônio: roubo, furto e latrocínio (matar para roubar), tal como mostra gráfico abaixo:

Brasil: internação de adolescentes segundo os principais delitos praticados, setembro-outubro de 2002

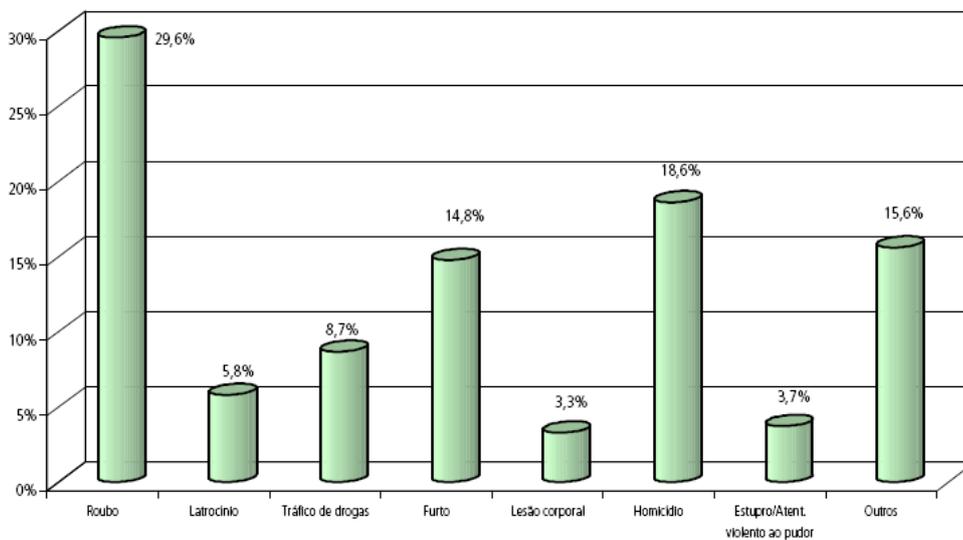


Figura 04: Gráfico mostra a internação de adolescentes segundo os delitos praticados. Fonte: SILVA, GUERESI, 2003 – IPEA.

A criminalidade entre os jovens está associada à aquisição de bens de consumo onde a infração se apresenta como uma forma de inserção, por meios ilícitos, na sociedade que o exclui. Tal como narra Rosa (2007, p. 103) “paradoxalmente, é pelo ato infracional que esses jovens buscam (e conseguem) se inserir na sociedade de consumo (...) cria-se um ideal de auto-imagem relacionada ao consumo e à aparência física”.

O que foi observado durante as visitas e entrevistas com gestores do sistema socioeducativo no Brasil foi uma grande incidência de adolescentes envolvidos com o tráfico de drogas, onde além da busca de dinheiro para aquisição de bens de consumo, a questão da luta pelo poder e da formação de gangues e grupos rivais foram bastante ressaltadas, o que merece um estudo mais aprofundado.

De acordo com dados da SEDH (2009) existiam no Brasil, em 2009, 16.940 adolescentes cumprindo medida socioeducativa em meio fechado, sendo 11.901 jovens

cumprindo medida socioeducativa de internação. Do total de jovens, 96% dos que cumprem medida em meio fechado, são do sexo masculino.

A maioria dos jovens é afro-descendente, que não freqüentava a escola quando praticou o crime, era usuário de drogas e a família vivia com uma renda mensal de até dois salários mínimos, ou seja, são jovens cujos atos são, muitas vezes, reflexo da situação social em que vivem:

São adolescentes do sexo masculino (90%); com idade entre 16 e 18 anos (76%); da raça negra (mais de 60%); não freqüentavam a escola (51%), não trabalhavam (49%) e viviam com a família (81%), quando praticaram o delito. Não concluíram o ensino fundamental (quase 90%); eram usuários de drogas (85,6%) (...) Os principais delitos praticados por esses adolescentes foram: roubo (29,5%); homicídio (18,6%); furto (14,8%); e tráfico de drogas (8,7%). (SEDH, 2009, p. 98)

Mas, de acordo com Worm (2007, p. 24) “não existem pré-determinados à delinquência.” Qualquer jovem pode praticar um ato infracional independente da classe social, da cor e da raça. Apesar de o perfil enfatizar a vulnerabilidade social em que se encontram, é preciso considerar a multiplicidade de fatores que levam o adolescente a cometer um delito. Não é um fator único, mas está relacionado com a história individual de cada jovem como sujeito sócio-histórico.

O fenômeno do cometimento do ato infracional se constitui assim como uma complexidade, onde a desigualdade não é a causa única do cometimento do ato infracional. Não existe um motivo que explique a prática de um crime, mas uma diversidade deles que estão associados às multiplicidades dos contextos sociais. (SOARES, 2006; TEIXEIRA, 2006)

O SINASE vem para regulamentar o que está descrito no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e, como tal, está pautado na Doutrina da Proteção Integral da Criança e do Adolescente³, considerando-os sujeitos de direito e que merecem proteção especial. (VERONESE, LIMA, 2009).

No ECA, o adolescente é visto ainda de forma bastante naturalista, sendo consideradas principalmente características físicas. No cometimento de um ato infracional, por exemplo, a separação no ambiente de internação se dá, sobretudo, pela idade e pelo porte físico do jovem.

³ De acordo com Liberati (2003, p.40) a Doutrina da Proteção Integral “preconiza que o direito da criança não deve e não pode ser exclusivo de uma “categoria” de menor, classificado como “carente”, “abandonado” ou “infrator”, mas deve dirigir-se a todas as crianças e a todos os adolescentes, sem distinção.”

Apesar das normas do ECA e das diretrizes do SINASE evidenciarem a visão naturalista do adolescente, para que a medida socioeducativa cumpra o seu papel, é preciso entender que por trás do estereótipo do adolescente há um sujeito que interfere nas relações sociais, mesmo que de forma negativa (infração). Dessa forma é necessário “educá-lo” para que ele retorne à sociedade e possa interferir “positivamente” na mesma, não mais contrariando a legislação vigente.

Assim, além das transformações biológicas e mentais dessa fase de transição o adolescente, mesmo em conflito com a lei, é sujeito sócio-histórico, pois é um ser dialético que se constrói constantemente através das relações que estabelece com os outros sujeitos e com o espaço que habita, sendo o ato infracional um dos acontecimentos que interferem na sua vida, seja de forma positiva ou negativa.

3.3 Que espaço é esse – unidade socioeducativa de internação?

O adolescente em conflito com a lei agora habita um espaço que difere de tudo o que ele tinha até então, um espaço fechado e que, mesmo baseado em princípios socioeducativos, restringe a sua liberdade de ir e vir, através dos muros que tentam isolá-lo do restante da cidade.

Mas, o espaço não pode ser entendido sem considerar as realidades existentes, pois as relações que os homens estabelecem expressam interesses de uma sociedade ou de um grupo social. Os espaços destinados à internação de adolescentes em conflito com a lei sofreram muitas modificações, transformações e foram concebidos de formas diferenciadas, fruto das novas relações sociais estabelecidas e dos valores defendidos em cada época, desde a sua criação.

Hoje, tais espaços tentam adotar princípios pedagógicos e ações socioeducativas que vêem a privação de liberdade não como sanção, mas como instrumento para educação do adolescente.

O adolescente passa a viver sob vigilância e sob um conjunto de regras da equipe dirigente. Uma unidade socioeducativa de internação encerra e isola os jovens do convívio social e é aqui definida como sendo uma *instituição total*, tal como conceitua Goffman (2008).

Uma instituição total é um local de moradia e trabalho onde os indivíduos são isolados fisicamente do restante da sociedade e “levam uma vida fechada e formalmente administrada”. De acordo com o autor, o manicômio, as prisões e os conventos são exemplos de instituições totais. (GOFFMAN, 2008, p.11).

Quando se trata de uma unidade socioeducativa de internação, os jovens são isolados do meio social pelo ato infracional cometido e, por este motivo, tiveram sua liberdade cerceada em um espaço isolado dos olhos do restante da sociedade, onde através do exercício do poder disciplinar (FOUCAULT, 2007) e dos princípios socioeducativos, busca-se transformar os internos.

De acordo com Foucault (2007) o objetivo desses espaços é controlar e organizar as atividades em série, de modo a permitir um controle específico tanto através do tempo como das atividades realizadas.

Todas as suas atividades são controladas e a vida “formalmente administrada” de que fala Goffman diz respeito à imposição de limites que permitem que a administração imponha certo controle. Tal fato não impede que este seja subvertido através de estratégias utilizadas na relação entre os jovens, entre esses e os funcionários ou na relação indivíduos e espaço, como aborda Cordeiro (2009) em seus estudos sobre indivíduos em cerceamento de liberdade.

Entende-se aqui que a vida formalmente administrada diz respeito a uma vida sujeita à disciplina, mas que não é capaz de impedir novas relações de poder que se constroem em diversas direções no interior da própria instituição, o que se confirma pelo fato de o jovem, mesmo com autonomia limitada, ser ainda um sujeito sócio-histórico.

Ele passa a criar formas de construir novas individualidades e se defender da modelação do sistema e, muitas vezes, utiliza dos próprios recursos da instituição para contrariar as normas do local, através da demarcação de novas fronteiras simbólicas, por exemplo. (BENELLI, 2003; CORDEIRO, 2009)

À obtenção de satisfações proibidas ou de algo permitido por meios proibidos, Goffman (2008) dá o nome de *ajustamentos secundários*. Esses dão ao interno certa autonomia, a partir do momento em que passa a controlar algum território através do estabelecimento de limites próprios, do modo como utiliza algum objeto fornecido pela

instituição, da maneira como ele se apropria e modifica o espaço construído (CORDEIRO, 2009).

Apesar da tentativa de “mortificar” o eu através da padronização e da disciplina que marca as instituições totais, considera-se aqui que há uma tentativa de modelar a individualidade, mas não uma mortificação do eu como considera Goffman (2008). Pois, como o próprio autor defende, o ser ainda é autônomo, mesmo que de forma limitada, tem certo controle do ambiente em que vive e busca afirmar a sua individualidade através dos ajustamentos secundários, não havendo assim a morte do eu.

No caso de uma unidade socioeducativa de internação, assim como de todo espaço de encarceramento, o caráter total da instituição é simbolizado por elementos arquitetônicos tais como, muros, grades e arames farpados, que funcionam como elementos fronteiros e parecem isolar a instituição do restante da sociedade.

O edifício, tal como as primeiras prisões, continua à margem da sociedade. Os muros tentam impedir qualquer interação com a comunidade e o entorno, criando uma fronteira que, segundo Monte-Mór (2003, p.265), “traz implícito um sentido de limite, como também de espaço de tensão e transformação (ou de nova formação), podendo assim marcar tanto o avanço de uma territorialidade sobre outra quanto demarcar diferenças e heterogeneidades”.

Nesse caso se trata de uma fronteira que marca diferenças e heterogeneidades: cidade real *versus* cidade marginal, criando um distanciamento entre a edificação, o seu entorno e a comunidade, o que torna ainda mais difícil a reinserção do jovem no meio social.

Além das fronteiras externas, o caráter total também fica evidente nas fronteiras internas que limitam o acesso a determinados espaços dentro da unidade, na tentativa de regular as atitudes individuais dos jovens. Mas, tais fronteiras não são capazes de impedir as relações estabelecidas no espaço e com ele. Apesar das limitações impostas, as relações de poder que constroem o espaço continuam a existir, além disso, surgem novas fronteiras simbólicas das relações sociais. (CORDEIRO, 2009)

3.3.1 Instituição total, relações de poder e o espaço público

Através das relações de poder – entre os encarcerados, e entre esses e os funcionários – os encarcerados se utilizam de estratégias para preservar a sua intimidade num ambiente que

preza pela padronização, bem como para se reinserir na esfera pública que os excluiu e segregou num ambiente fechado e, aparentemente, isolado do restante da cidade e da sociedade.

Para Arendt (1991), são três as atividades humanas fundamentais: o labor (*homo laborans*), força humana cuja intensidade não se esgota na sua realização e nunca produz outra coisa senão a vida. O trabalho (*homo faber*), que acrescenta novos objetos à vida do homem, ele termina quando produz um objeto que tem permanência e durabilidade no mundo. A terceira atividade é a ação e o discurso (*bios politikos*), a capacidade de tomar iniciativa e dar movimento as coisas, através das relações estabelecidas com os outros homens.

Ao considerar o ser humano privado de liberdade, com a imposição do poder disciplinar através da padronização e da domesticação, fica clara a tentativa da equipe dirigente de minimizar o *bios politikos* do homem, que podia circular livremente pela cidade e exercer plenamente a ação e o discurso, num *homo laborans* e, na melhor das hipóteses, num *homo faber*.

Homo laborans, no sentido de que as atividades a ele designadas consistem em atividades, muitas vezes servis, que exigem força humana e que não produzem qualquer coisa perene, durável. Quando se cumpre o que está prescrito no SINASE, ao jovem é concedida a possibilidade de ser, na melhor das hipóteses, um *homo faber*, de produzir algum instrumento nas oficinas de marcenaria, padaria, etc.

Tenta-se limitar a sua individualidade e a sociabilidade, a sua capacidade de exercer a ação, o discurso e quaisquer tipos de atividades que o transformem em homem público. Parece que se busca limitar os possíveis perigos deles decorrentes. Assim como aborda Arendt (1991, p.242), “são profundas as autênticas perplexidades inerentes à capacidade humana de ação, e como é forte a tentação de eliminar seus riscos e perigos, introduzindo-se na teia das relações humanas as categorias muito mais sólidas e confiáveis das atividades de fabricação.”

O poder disciplinar não consegue controlar totalmente os indivíduos. Esses sempre buscam meios de reafirmar ou de construir a sua individualidade, de se relacionar com a esfera pública da qual foram isolados, subvertendo as fronteiras visíveis e invisíveis, ou até se

utilizando de estratégias de relacionamentos internos e relações de poder como forma de se sobrepor aos demais e de “simular” uma esfera pública, já que a autonomia ainda é limitada.

As relações de poder estão num nível muito mais rotineiro e elementar, estão em micro espaços e nas relações sociais. O processo é bastante complexo, onde o poder se manifesta entre os indivíduos, nas formas como estes se apropriam do espaço e dos objetos, delimitando-os, escolhendo-os, modificando-os, onde o espaço regula as ações e é transformado, mudando inclusive as possibilidades de ação. (CORDEIRO, 2009)

Assim, o poder não é uma coisa, e nem uma única pessoa o detém; o poder é relacional, é dinâmico e pode ser exercido em todas as direções. Além do modelo explícito de poder disciplinar, exercido pelo aparelho de Estado em relação aos encarcerados, há “um modelo implícito de poder: uma disseminação de micro-poderes, uma rede de aparelhos dispersos, sem aparelho único, sem foco nem centro, e uma coordenação transversal de instituições e tecnologias” (FOUCAULT, 1979, p. 159)

Dessa forma, fica claro que as fronteiras físicas, por mais que funcionem como elementos simbólicos da segregação urbana, não funcionam de forma tão eficaz na eliminação da capacidade de ação e do discurso do indivíduo internado, pois, como bem mostra Arendt (1991, p.204), “as limitações legais nunca são defesas absolutamente seguras contra a ação vinda de dentro do próprio corpo político, da mesma forma que as fronteiras territoriais jamais são defesas inteiramente seguras contra a ação vinda de fora.”

Quando o jovem entra na unidade, as relações sociais são modificadas, pois o espaço é outro, mas elas não desaparecem. O jovem, apesar da autonomia limitada, ainda tem a capacidade do discurso e da ação, ele é sujeito sócio-histórico, se relaciona com o espaço em que vive e interfere decisivamente na sua construção.

Assim, o ser encarcerado não permite que o seu eu seja mortificado e busca sempre estratégias de ser reconhecido como ser social e parte integrante da sociedade, por mais que esta procure esconder a existência do indivíduo em conflito com a lei.

É fundamental compreender que a medida socioeducativa de internação é uma manifestação do Estado aos adolescentes que cometem ato infracional considerado grave,

mas, mesmo assim, deve estar eivada de estratégias educativas que tenham como objetivo a reinserção social do adolescente, aqui considerado como sujeito sócio-histórico.

Apesar dos princípios socioeducativos, o espaço destinado à aplicação das medidas socioeducativas de internação continua sendo definido como uma instituição total, pois, ao que parece, as unidades continuam fechadas, por muros e grades, e formalmente administradas, fato que não é capaz de impedir as relações de poder que se manifestam naquele espaço.

4 DOS ESPAÇOS DE INTERNAÇÃO PARA ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI: MUDANÇAS OCORRIDAS ATÉ O ECA E A SUA REPERCUSSÃO NA ARQUITETURA

Os espaços destinados a abrigar jovens que cometiam crimes em local separado dos adultos, parecem ter os seus primeiros registros com as casas de correção na Europa do século XVI (JOHNSTON, 2000).

No Brasil, até pouco tempo, crianças e adolescentes eram colocados no mesmo local que pessoas adultas que cometiam crimes e conviviam num ambiente de verdadeira promiscuidade (LIBERATI, 2003). Apesar das diferenças quanto às datas, as mudanças ocorridas nos espaços de encarceramento da Europa repercutem em nosso território, onde se podem destacar determinadas fases.

Neste capítulo será traçado o panorama dos espaços destinados ao abrigo de adolescentes em conflito com a lei até a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil – ECA, em 1990. Foram considerados aspectos sociais, jurídicos e políticos e o seu rebatimento na arquitetura, o que foi importante para entender a arquitetura dos edifícios atuais, bem como o que consta no documento do SINASE, que será abordado no capítulo seguinte.

4.1 Os primeiros registros dos espaços de internação para adolescentes

O surgimento dos espaços destinados aos jovens em conflito com a lei, em espaços diferenciados da pessoa adulta, data do século XVI com as casas de correção na Europa. Desde então, tais espaços são modificados, adaptados e construídos ao longo dos séculos, de modo que foram identificadas três fases distintas.

A primeira se refere às primeiras casas de correção, construções adaptadas e que abrigavam boa parte dos excluídos da época. A preocupação parece residir apenas na punição diferenciada dos jovens, posto que a detenção substitui a pena de morte.

A segunda fase diz respeito à construção das primeiras instituições com a finalidade de acolher os jovens excluídos. Há uma preocupação maior com o espaço, mas, assim como nas prisões de adultos, nele deveria ser possível vigiar e impor a disciplina. Esses espaços ainda abrigam diversos grupos: jovens abandonados, órfãos e delinquentes. A terceira e última fase

diz respeito à criação de instituições de acordo com as especificidades de cada grupo e coincide com as discussões sobre os direitos humanos que trazem mudanças significativas na forma de pensar sobre o espaço destinado aos adolescentes em conflito com a lei.

A **primeira fase** se dá com o surgimento das casas de correção que eram destinadas ao abrigo dos considerados excluídos da sociedade: mendigos, mulheres de comportamento imoral, crianças abandonadas e jovens que cometiam algum crime. Nessa época, as casas de correção, assim como as antigas prisões, se utilizavam de edificações já existentes, como antigos conventos, hospícios e hospitais. Os prédios eram adaptados para o novo uso, mas não existia um edifício construído com a finalidade de ser uma casa de correção.

De acordo com Johnston (2000) foi no final do século XVI, em 1589, quando a corte de Amsterdã foi contra uma sentença destinada a um garoto de dezesseis anos que tinha sido condenado à pena de morte por roubo, que se começou a pensar em uma nova forma de punição para os jovens, uma punição onde eles fossem persuadidos a deixar de fazer coisas erradas e, assim, mudar suas vidas.

Até então, as discussões sobre o aprisionamento dos jovens pareciam não considerar a importância do espaço na recuperação dos mesmos. Quando não estavam em prédios adaptados ao novo uso, os jovens, muitas vezes, ficavam em prisões de adultos, onde a diferenciação ocorria dentro dos ambientes de uma mesma edificação.

O que se tem até aqui são estruturas físicas adaptadas de antigos conventos e hospitais, onde a inquietação parece estar muito mais relacionada com a diferença de punição imposta do que com a diferenciação dos espaços destinados a abrigá-los.

Nos séculos XVIII e XIX, tem-se notícia da construção de novas edificações com o propósito de serem locais para o abrigo de jovens, fossem eles abandonados, delinquentes ou órfãos. Podemos distinguir a partir daqui uma **segunda fase**, onde os edifícios deixam de ser adaptados ao uso e passam a ser construídos com a finalidade a que se destinam.

A casa de correção de San Michele em Roma, no ano de 1705, parece ser a primeira edificação construída com o propósito de ser uma casa de correção. O edifício apresenta uma tipologia semelhante às prisões da época: uma planta baixa retangular com todas as celas voltadas para um pátio central, onde eram realizadas todas as atividades, trabalho, refeições e

missas. De acordo Johnston (2000), o arquiteto Carlo Fontana projetou o edifício para que, a partir dos corredores fosse possível monitorar todos os movimentos e conversas dos internos.

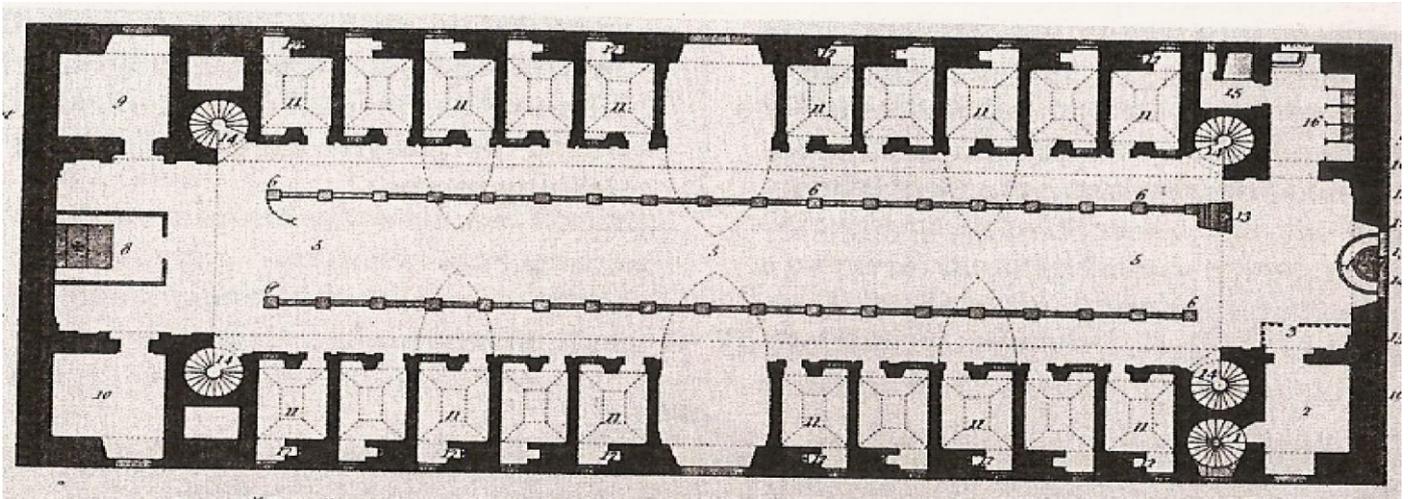


Figura 05: Planta baixa da casa de correção de San Michele, celas voltadas para parte central para maior vigilância. Fonte: Johnston, 2000.

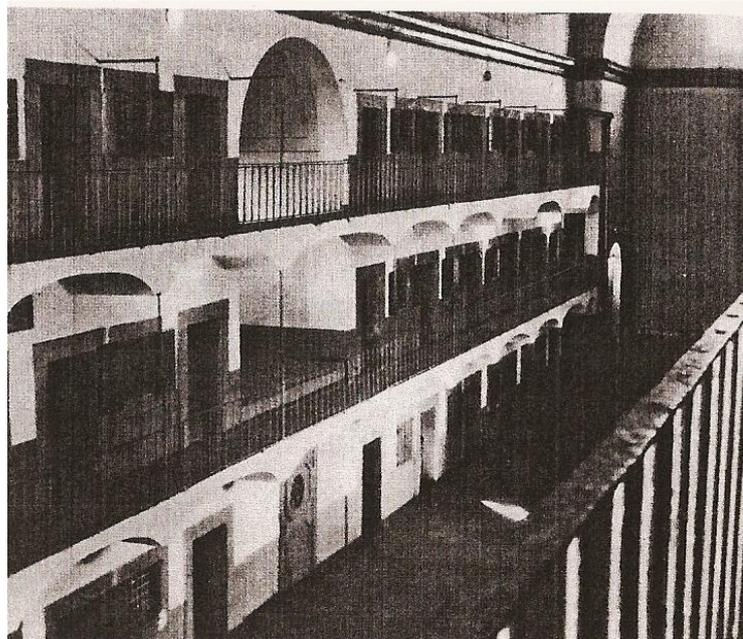


Figura 06: Pátio central e corredores de vigilância da casa de correção de San Michele. Fonte: Johnston, 2000.

Pode-se ver a semelhança desta edificação com uma prisão destinada a adultos, onde o controle como forma de disciplina já estava presente na ação projetual, tal como na idéia do panóptico de Bentham para as prisões, onde a arquitetura devia ser utilizada como instrumento de disciplina baseada numa vigilância generalizada para imposição do poder.

No século XIX, surgem as primeiras colônias destinadas ao aprisionamento de crianças e jovens. Tal como narra Foucault (2007), a colônia de Mettray, aberta em 1840 na

França, foi uma prisão destinada aos jovens delinquentes condenados, onde eram também detidos menores que tinham sido citados, mas em seguida absolvidos, e jovens enviados pelos pais a título de correção.

Mettray se destacava pela “forma disciplinar no estado mais intenso, o modelo em que concentram todas as tecnologias coercitivas do comportamento.” (FOUCAULT, 2007, p. 243). A figura 07 mostra a disciplina, representada pelo indivíduo que está no centro, que regula horário de dormir dos jovens.

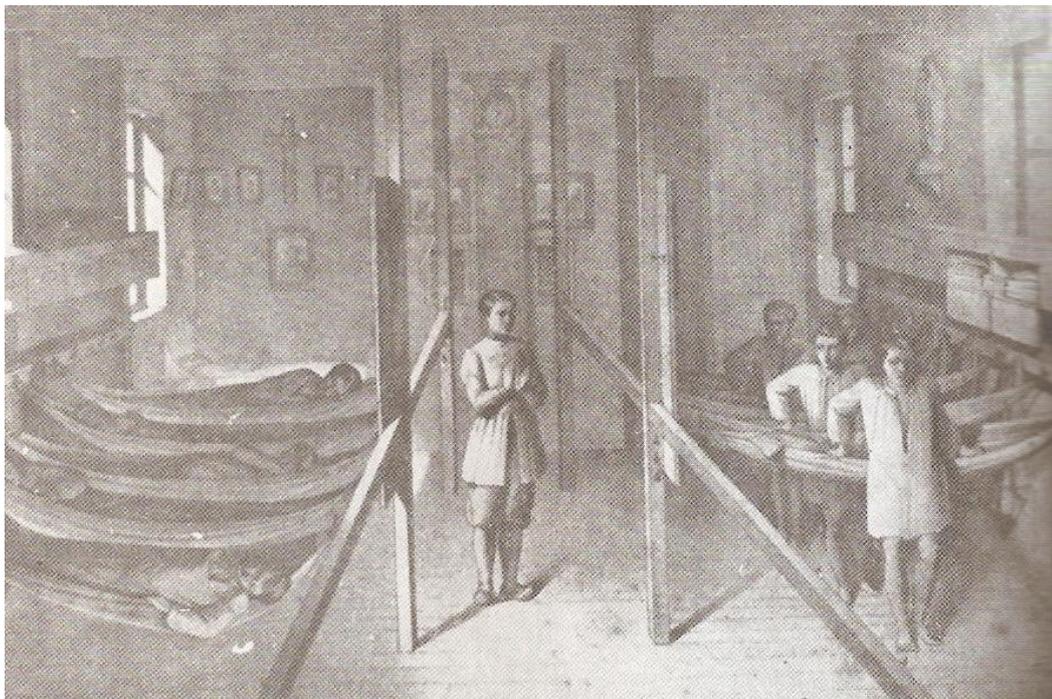


Figura 07: Disciplina na hora de dormir em Mettray. Fonte: Foucault, 2007.

Mettray era uma prisão do tipo colônia, destinada exclusivamente ao abrigo de menores. O que se percebe até aqui é que ainda não há separação total dos jovens quanto ao erro cometido, pois ocupavam a prisão não só os condenados por crime, mas também os enviados ao local por seus próprios pais a título de correção.



Figura 08: Prisão de Mettray. Fonte: <http://massthink.files.wordpress.com/2008/06/mettray.jpg>. Acessado em Junho de 2010

Em Mettray, a estrutura fechada foi substituída por casas que se distribuíam em torno de uma igreja central, tal como mostra figura 08. Mas, mesmo assim, era exemplo de disciplina e de comportamento.

A distribuição em casas lembra a estrutura física das atuais unidades socioeducativas de internação do Brasil, com a ressalva de que as unidades de hoje estão, a princípio, pautadas em diretrizes socioeducativas.

Quando começa a existir a separação quanto às especificidades de cada grupo identifica-se uma nova e **terceira fase**. Esta se inicia no final do século XIX, quando a prisão começa a se diluir e aí surgem novos “círculos carcerários”. São construídas novas instituições destinadas a usos cada vez mais específicos, que se utilizam dos mecanismos prisionais e dão continuidade às estratégias punitivas, tal como considera Foucault (2007, p.247).

Desde então, os espaços passam a ser pensados a partir da diferenciação dos presos e do tratamento a eles conferido. A distinção não ocorre apenas quanto ao local de abrigo. Pela primeira vez, os espaços passam a ser pensados de formas diferenciadas, de acordo com as especificidades de cada grupo, tais como: orfanatos, escolas para aprendizes e instituições

específicas para os jovens em conflito com a lei. É nessa mesma época que surge a justiça de menores.

Tal fato representa uma mudança significativa nos espaços destinados ao encarceramento, pois estes começam a ser construídos para grupos mais específicos e com características comuns, onde é possível identificar mais facilmente as necessidades de cada grupo e os projetos podem considerar tais peculiaridades.

A distinção do tratamento ganha força com o fim da Segunda Guerra Mundial. Em meio às atrocidades cometidas na guerra, começa-se a dar importância à garantia dos direitos humanos e à necessidade de renovação das leis existentes que culminam na Declaração Universal dos Direitos do Homem, em 1948.

A partir dela e baseados em uma nova visão humanista, vários tratados e convenções internacionais passam a considerar temas relacionados aos direitos humanos, dentre eles os que envolviam crianças e adolescentes. É então que, em 1959, a Assembleia Geral da ONU aprova a Declaração Universal dos Direitos da Criança, considerando que o tratamento à criança e ao adolescente deve ser distinto de uma pessoa adulta.

Os tratados e convenções⁴ que envolviam crianças e adolescentes ganharam força na década de 1980, inclusive os que consideravam a garantia de direitos dos jovens privados de liberdade.

As mudanças ocorridas na Europa têm rebatimento no Brasil, refletindo nas novas formas de pensar sobre esse espaço no país e nas diversas alterações em nossa legislação ao longo da história.

4.2 O panorama dos espaços de internação no Brasil

Assim como ocorreu na Europa, considerando as diferenças e especificidades locais, podemos identificar no Brasil algumas fases, que estão atreladas às mudanças sociais e políticas ocorridas em nosso território.

⁴ As Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça de Menores (Regras de Beijing - 1985), as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Proteção dos Jovens Privados de Liberdade (1990) e as Diretrizes das Nações Unidas para Prevenção da Delinquência Juvenil (Diretrizes de Riad - 1990), são alguns exemplos de normas internacionais voltadas para jovens privados de liberdade.

Foram identificadas quatro fases. A primeira ocorre durante o período imperial, onde instituições filantrópicas e escolas militares eram responsáveis por acolher os excluídos em geral. A segunda fase se inicia com o advento da República onde são construídas as primeiras edificações destinadas aos jovens em conflito com a lei, os reformatórios.

A terceira fase vai da era Vargas ao fim da ditadura militar, onde ocorrem várias mudanças na legislação, mas não há preocupação com a adequação do espaço físico das unidades. Na quarta fase dá-se início a uma mudança de paradigma que considera os direitos das crianças e adolescentes em qualquer situação. Tais direitos são protegidos pela Constituição de 1988 e regulamentados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990.

O primeiro indício da distinção de tratamento entre o jovem e uma pessoa adulta foi o Código Criminal do Império de 1830 que, segundo Liberati (2003), foi o primeiro a abordar a responsabilização de menores de 21 anos de idade, mas ainda não existia lugar adequado para abrigá-los, “os menores eram lançados em prisões de adultos em deplorável promiscuidade” (p. 28).

De acordo com Rizzini (2005), ao longo do século XIX, os jovens que eram criminosos, abandonados, ou que tinham atitude divergente da geral eram abrigados em instituições tais como as Companhias de Aprendizes Marinheiros e as Escolas de Aprendizes dos Arsenais de Guerra, bem como nas casas de detenção destinadas aos adultos, sem qualquer diferenciação.

Foi só no fim do Império que se tem notícia das primeiras instituições totais destinadas ao abrigo de jovens: as colônias para os abandonados, delinqüentes e órfãos (RIZZINI, 2005). Essas colônias tinham caráter filantrópico, baseados nos modelos europeus, para impedir a prática de delitos, e a primeira dessas colônias filantrópicas foi criada no Recife em 1873, a Colônia Agrícola Orfanológica e Industrial de Isabel, e logo as demais províncias criaram colônias parecidas. (MARCÍLIO, 2001)

Tem-se então a **primeira fase**, que ocorre durante o período imperial, onde não há espaços específicos para o abrigo dos jovens em conflito com a lei, mas entidades já existentes, tais como escolas militares e instituições filantrópicas, que recebem os excluídos de um modo geral.

Com o advento da República, a industrialização se intensifica, assim como a concentração urbana e, para a modernização dos centros urbanos, era preciso “limpar” a cidade: expulsar os pobres, os abandonados e os mendigos das ruas. A cidade precisava, então, de espaços para abrigar os excluídos que a poluíam, recuperando-os e produzindo uma geração mais sadia. Dentre eles estavam os menores, que se destacavam, pois representavam a “futura” geração. (COELHO, 2006).

O decreto de 11 de julho de 1893 autoriza a criação de instituições destinadas aos jovens delinqüentes e aos abandonados. Tais reformatórios “isolavam os “desviantes da ordem” para prevenir a “contaminação” e para ensinar os internos a necessidade de comportamentos e disciplinas.” (MARCÍLIO, 2001, p. 176)

As primeiras casas de correção surgem no Rio de Janeiro e em São Paulo, provavelmente devido ao desenvolvimento da indústria e aumento da concentração urbana. A Colônia Correccional de Dois Rios (1902) e a Escola de Menores Abandonados (1907) foram construídas no Rio de Janeiro para abrigar os jovens. Mas, mesmo assim, as prisões destinadas a adultos continuavam a receber menores e atuavam “como uma espécie de local de castigo” (RIZZINI, 2005, p. 15). Em São Paulo é criado o Instituto Disciplinar em 1902, que era dividido em alas, sendo uma delas exclusiva para receber jovens infratores. (RIZZINI, 2005).



Figura 09: Colônia Correccional de Dois Rios em Ilha Grande. Fonte: <http://coloniadoisrios-ilhagrande.blogspot.com/2010/03/presidio-ilha-grande-antes-e-depois.html>. Acessado em janeiro de 2011

Com a idéia de “limpar” o meio urbano, as casas de correção se situavam em ilhas e espaços bem distantes da cidade enfatizando o estigma da instituição, desde a sua criação, como local de isolamento dos desviados, dos excluídos da sociedade.

O período republicano marca, portanto, uma nova e **segunda fase**, onde a internação de crianças e adolescentes no Brasil passa a ocorrer nos reformatórios exclusivos para menores (RIZZINI, 2005). Ainda não havia distinção quanto ao tipo de jovem; a preocupação residia apenas em dar um destino aos excluídos, fora do meio urbano.

Os efeitos do desenvolvimento da indústria e da expansão demográfica, durante o período republicano, têm reflexos nos anos seguintes com o aumento significativo da população nas grandes cidades brasileiras e a necessidade de infra-estrutura e novas instituições para atender a demanda existente.

Durante a era Vargas (1930 -1945), o Estado passa a intervir na economia adotando a política do Estado do Bem Estar Social e, baseados na política assistencialista do Estado, são criados também vários estabelecimentos de assistência e proteção ao menor. (LIBERATI, 2003)

Na ditadura de Vargas (1937-1945) são instaurados reformatórios denominados SAM (Serviço de Assistência a Menores), mas tais espaços, como os anteriores, não contavam com diferenciação: jovens delinquentes, abandonados e vagabundos estavam na mesma instituição.

Nas décadas de 1950 e 1960, época do regime liberal populista, “as denúncias de uma ou outra autoridade e da imprensa demonstravam que os problemas estruturais dos estabelecimentos para delinquentes haviam permanecido” (RIZZINI, 2005, p.20). Essa época foi marcada por denúncias de torturas e maus tratos no SAM, o que levou ao grande número de revoltas e motins nas instituições do Rio de Janeiro, por exemplo.

Com o início da ditadura militar em 1964, o SAM é extinto e é criada a FUNABEM – Fundação de Amparo ao Bem Estar do Menor. Essa surge baseada na ideologia de segurança nacional contra a ameaça comunista que marca a ditadura e se reveste do propósito de reeducar os jovens e de por ordem na situação de maus tratos e torturas que se encontravam as instituições para menores.

Durante os 21 anos de ditadura, foram criados vários estabelecimentos no Brasil para abrigo desses adolescentes. No lugar do SAM, surgem, na década de 1970, as FEBEMs – Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor – mas, ao que parece, a mudança é apenas na nomenclatura, pois o espaço ainda é caracterizado pela repressão e assistencialismo. (GUTEMBERG apud TEIXEIRA, 2006)

De acordo com Oliveira (2008) não houve qualquer mudança na estrutura física das unidades, “tendo a FEBEM herdado as instalações do SAM, mantendo as características opressoras e de difícil visibilidade dos acontecimentos em seu interior”. As denúncias de falta de estrutura física, torturas, maus tratos e rebeliões (figura 10) continuaram e culminaram na CPI do Menor, em 1976, que revelou a falência do sistema repressivo de tratamento do menor.



Figura 10: Rebelião FEBEM Rio de Janeiro. Fonte: http://angeloitalo.blogspot.com/2010_01_01_archive.html. Acessado em maio de 2010

Dentre outras leis e decretos, em 1979, um novo Código de Menores é formulado. O jovem deixa de ser abandonado e delinqüente e passa a ser considerado “em situação irregular”. Segundo Mário Volpi (2008, c.p.)⁵, tanto a visão assistencialista anterior quanto a visão repressora do Código de Menores desconsideravam a existência de um sujeito, deixando de lado a responsabilidade pessoal do adolescente.

⁵Palestra ministrada no CONNASP (Congresso Nacional de Segurança Pública), Maceió-AL, no ano de 2008.

Assim, se identifica uma **terceira fase**: do período populista de Vargas, baseado no assistencialismo, até o fim da ditadura militar, em 1985. O que se percebe é que, cada governo, faz as mudanças legais quanto ao nome da instituição, a função a que se destina, mas a estrutura física continua a mesma e a situação desumana e degradante desses espaços também, o que dá a certeza da ineficácia das alterações legais.

Com o fim do regime militar, há uma mudança radical na sociedade brasileira, onde o jurista, na execução das leis, passa a se preocupar muito mais com questões de cidadania, o que é reflexo das discussões internacionais sobre direitos humanos que ocorriam na década de 1980.

Inspirados nos tratados e convenções internacionais, que discutiam também os direitos da criança e do adolescente, junto com a ineficácia das casas de correção e dos reformatórios, fica evidente a necessidade de reformular o sistema que não funcionava. Para tanto, foi necessário um amparo legal que culminou em determinados artigos da Constituição Federal Brasileira de 1988, tal como o artigo 227:

Art.227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.
(CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL)

A partir daí, fica claro que há uma diferenciação mais visível do tratamento destinado ao jovem, protegido agora pela Constituição Federal, que será regulamentada pela lei 8.069/90, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

Com a Constituição e o Estatuto, pode-se falar do início de uma **quarta fase** onde há uma mudança de paradigma: agora os direitos de qualquer jovem estão protegidos, esteja ele ou não em conflito com a lei.

4.3 O Estatuto e a sua repercussão nos espaços de internação

O Estatuto da Criança e do Adolescente surge com o objetivo de romper com a política assistencialista e repressora anterior e se baseia na doutrina da proteção integral,

defendida na Constituição Federal de 1988, adotando a medida socioeducativa⁶ para os adolescentes autores de ato infracional.

O Estatuto protege o adolescente, de modo que o cometimento de um ato infracional não faz cessar o seu direito “ao contrário, a medida socioeducativa é tratada como uma oportunidade de construção da cidadania, lá onde ela ameaça e é ameaçada. Trata-se de uma aposta vital nos mecanismos de controle de ressocialização, para além dos meros propósitos repressivos. (GONÇALVES, 2005, p. 50)

Com o surgimento do Estatuto, o código de Menores de 1979 é abolido, bem como as expressões: menor infrator, delinqüente, abandonado, menor em situação irregular. Essas são substituídas por Criança e Adolescente, dirigindo-se a todos, sem qualquer distinção. Os adolescentes autores de ato infracional são agora chamados adolescentes em conflito com a lei, tal como denomina Mário Volpi.

Com a adoção da medida socioeducativa, a mudança passa a ser não apenas na nomenclatura dada aos adolescentes e às unidades, mas adota-se uma nova política, que percebe que a velha política filantrópica, higienista, assistencialista ou repressora não são mais eficazes. A aposta é em um novo modelo baseado na educação como forma de inserir o jovem na sociedade.

Além disso, tal como versa o art. 121 do Estatuto, “a internação constitui medida privativa de liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento”. Assim, como narra Liberati (2003, p.116-117):

A medida de internação será necessária naqueles casos em que a natureza da infração e o tipo de condições psicológicas do adolescente fazem supor que, sem seu afastamento temporário do convívio social a que está habituado, ele não será atingido por nenhuma medida restauradora ou pedagógica, podendo apresentar inclusive, riscos para sua comunidade.[...]

O ECA estabelece, em seus artigos, questões que retratam preocupações com a necessidade de um espaço arquitetônico específico para o desempenho das atividades pedagógicas:

⁶ Ver Capítulo 3 - Conceitos Fundamentais. 3.1. O que é medida socioeducativa?

Art. 123 (...) Parágrafo único. Durante o período de internação, inclusive provisória, serão obrigatórias atividades pedagógicas.

Art. 124 (...)

VII – receber visitas, ao menos semanalmente; (...)

X – habitar alojamento em condições adequadas de higiene e salubridade;

XI – receber escolarização ou profissionalização;

XII – realizar atividades culturais, esportivas e de lazer; (...)

XV – manter a posse de seus objetos pessoais e dispor de local seguro para guardá-los (...) (Lei 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente)

Os artigos acima citados evidenciam que o Estatuto possui elementos que, mesmo de forma implícita, revelam, pela primeira vez, a necessidade de se pensar no espaço arquitetônico de uma unidade de internação.

Quando o estatuto descreve que a medida deve ser cumprida em entidade exclusiva para adolescentes, em local distinto do abrigo de adultos e obedecer a critérios de separação por idade, compleição física e gravidade do ato infracional, também está dispendo sobre elementos de ordem arquitetônica, pois é através do espaço físico que provavelmente ocorrerá essa separação.

Ao obrigar a prática de atividades pedagógicas, bem como profissionalização, escolarização, ambientes salubres e higiênicos, é preciso um espaço físico para realizá-las e aí se desenha preliminarmente a necessidade de um programa para a unidade.

O legislador se preocupa com os espaços necessários para o cumprimento de atividades pedagógicas, mas revela também a sua preocupação com as medidas de contenção e segurança. Tal como consta no art. 125, “É dever do Estado zelar pela integridade física e mental dos internos, cabendo-lhe adotar as medidas de contenção e segurança.” (Lei 8.069/90). Essa medida parece estar mais relacionada com a proteção da sociedade do que dos próprios internos.

Outro rebatimento arquitetônico presente na norma é a necessidade de local distinto para cumprimento de medida de internação, onde não é permitido colocar em um mesmo local, jovens e adultos, nem mesmo jovens que praticam ato infracional junto com jovens abandonados e órfãos, por exemplo.

O que revela mais uma vez a necessidade de se pensar o projeto arquitetônico levando em conta a criação de espaços que contribuam na efetivação das propostas pedagógicas e na aplicação das medidas socioeducativas.

Mas, mesmo com o ECA, a FEBEM continua a existir, “esses instrumentos internacionais e a legislação brasileira não conseguiram, mudar as políticas danosas da Febem em relação ao jovem em conflito com a lei” (MARCÍLIO, 2001, p. 180), a política repressiva continuava fazendo parte desses estabelecimentos (figura 11).



Figura 11: Rebelião Febem Tatuapé, ano de 2006. Fonte: http://www1.folha.uol.com.br/folha/galeria/album/p_20060405-febem-02. Acessado em maio de 2010.

Para atender a proposta socioeducativa sem cair na política repressiva e assistencial anterior, ficou claro que uma nova política aplicada numa estrutura física antiga não era eficaz. Seria preciso repensar o espaço arquitetônico de internação, para que o mesmo fosse reflexo da nova política, bem como qualificar os atores envolvidos no processo socioeducativo, para que soubessem a sua nova função: a de educar.

Tal fato pode ser constatado nos relatórios de avaliação feitos nos anos seguintes ao surgimento do Estatuto, que não relatavam melhorias, o que havia era a necessidade de reorganizar os programas. Em 1998, de acordo com Gonçalves (2005, p.54), foi feita uma pesquisa pelo Fórum Nacional de Organizações Governamentais de Atendimento à Criança e ao Adolescente (FONACRIAD) que constatou que:

Em muitos estados brasileiros os equipamentos e espaços físicos das unidades de atendimento eram ainda, tanto do ponto de vista pedagógico quanto do de segurança, absoluta e completamente inadequados aos preceitos do Estatuto. A arquitetura das unidades de internação não atendia às necessidades de atendimento integral ao

adolescente em regime socioeducativo, uma vez que não levava em conta as necessidades pedagógicas que salvaguardavam os direitos fundamentais dos adolescentes.

No mapeamento realizado em 2002, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA – sobre a situação do sistema de atendimento socioeducativo ao adolescente em conflito com a lei, constatou-se que, mesmo após 12 anos de implantação do ECA, 71% das unidades existentes no Brasil não apresentavam espaço físico adequado para a consecução das propostas pedagógicas:

Muitas unidades estão em prédios adaptados, alguns são antigas prisões. Dentre esses, muitos são reformados e outros sequer o são. Algumas reformas registram a busca de adaptação à proposta pedagógica, mas há as unidades que promovem reformas simplesmente para aumentar a segurança ou que não afetam os adolescentes diretamente. (IPEA, 2002, p.69)

As insuficiências vão desde a inexistência de espaço para o desempenho das atividades pedagógicas até a ênfase em questões de segurança em detrimento da política socioeducativa. De acordo com a pesquisa, muitas unidades ainda apresentavam características de unidades prisionais (figura 12).



Figura 12: Celas e grades da FEBEM revelam características do sistema prisional em unidades socioeducativas. Fonte: http://oglobo.globo.com/blogs/arquivos_upload/2010/01/203_1219-febem-1.jpg. Acessado em junho de 2010.

Apesar da maioria das unidades pós-estatuto se encontrarem em prédios adaptados e com características de instituições prisionais, uma unidade em Alagoas (figura 13 e 14) e outra em Minas Gerais foram reformadas e ampliadas para se enquadrar à referida lei. De acordo com a pesquisa do IPEA, tem-se notícia também de uma unidade no estado da Bahia, construída como uma vila, que respeita ao que está disposto no Estatuto:

Em local aprazível, com divisão por idade e porte físico, boas salas de aula, oficinas específicas para cada atividade, templo religioso e áreas verdes. (...) não existem alas de isolamento, pois a construção é nova e montada em novo paradigma, com um sistema de interação constante entre os adolescentes. (IPEA, 2002, p.69-72)



Figura 13: Vista aérea Unidade de Internação Feminina a esquerda e Unidade de Internação Masculina de Alagoas ao fundo. Fonte: Intendência Geral do Sistema Penitenciário – IGESP. Ano:2007



Figura 14: Unidade de Internação Masculina de Alagoas. Fonte: Superintendência de Proteção e Garantia da Medida Socioeducativa. Ano: 2008.

Outras unidades também conseguiram oferecer “educação escolar, profissionalização, dentro de uma proposta de atendimento pedagógico e psicoterapêutico, adequados a sua condição de pessoa em desenvolvimento”. Tais unidades se encontram no Rio Grande do Sul (dez unidades nas cidades-pólo) e em Roraima (Centro Sócio-Educativo Homero de Souza Cruz Filho) (VOLPI, 2008, p.160). Todas elas serviram de inspiração para a elaboração dos parâmetros arquitetônicos que virão a seguir.

Não se pode negar que o Estatuto representa um grande avanço no tratamento de crianças e adolescentes, principalmente dos privados de liberdade, mas transpor para o espaço arquitetônico o plano jurídico e político descrito no Estatuto não é tarefa fácil.

Era preciso que se adotassem diretrizes para a construção de novas estruturas físicas, bem como para o trabalho com os profissionais envolvidos na ação socioeducativa, caso contrário, o Estatuto se tornaria uma letra morta, tal como as legislações anteriores.

Ao longo da história o que se percebe é que as mudanças ocorridas na Europa se refletem nas formas de se pensar o espaço do adolescente no Brasil, onde os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos vão representar uma mudança de paradigma no tratamento dos jovens privados de liberdade nas leis brasileiras.

Mas, o que se nota até aqui é que as mudanças legais não consideram aspectos relacionados à estrutura física das instituições de atendimento dos jovens, de modo que o espaço arquitetônico, em sua maioria, continua a perpetuar as práticas repressivas, de rebeliões e torturas, em contraposição com a lei que fala de uma nova política baseada na socioeducação.

É a partir da análise das poucas unidades que tem sua estrutura física reformulada, através da interpretação que cada uma tem do Estatuto, que surge a necessidade da criação de parâmetros pedagógicos e arquitetônicos para a construção de novas unidades socioeducativas, tal como será visto no capítulo 5.

5 O SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO – SINASE

Neste capítulo será apresentado o documento do SINASE que traz estratégias de ação, do ponto de vista arquitetônico e pedagógico, para a construção de unidades socioeducativas de internação.

Tal documento será abordado considerando os atores envolvidos no processo socioeducativo, as diretrizes pedagógicas contidas no mesmo, bem como os parâmetros arquitetônicos, programa de necessidades e o surgimento do termo arquitetura socioeducativa.

5.1 O que é o SINASE?

Com o objetivo de elaborar parâmetros e diretrizes para a adoção de medidas socioeducativas, no ano 2002, iniciam-se as discussões coordenadas pela Secretaria Especial de Direitos Humanos – SEDH – e pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA. (SINASE, 2006)

No ano de 2004, a SEDH e o CONANDA, juntamente com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), estabeleceram estratégias de ação e compilaram os dados num documento intitulado Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE. O documento foi aprovado pelo CONANDA em julho de 2006, mas, desde 2004, vem sendo utilizado como parâmetro para construção de novas unidades.

O SINASE surge em meio a várias discussões entre membros do Sistema de Gestão de Direitos, juristas, pedagogos, psicólogos e assistentes sociais, e se apresenta como primeiro documento que, em seu rol, traz parâmetros arquitetônicos aliados com parâmetros de gestão pedagógica para a construção de edificações destinadas aos adolescentes em conflito com a lei, ressaltando assim a importância do espaço físico para a eficácia da ação socioeducativa.

Apesar disso, é importante destacar que os arquitetos e engenheiros não participaram das primeiras discussões sobre a proposta pedagógica. A arquitetura só foi incluída posteriormente, não houve uma interação multidisciplinar da equipe técnica com arquitetos e engenheiros. Tal fato pode ter resultado na contradição entre determinados pontos do documento e o programa de necessidades estabelecido, tal como será visto nas análises.

De acordo com entrevistado 7, o documento se apresenta como “um “cordão condutor” do sistema socioeducativo, pois cada Estado acabava adotando as suas próprias medidas, cada um fazia de uma forma. Com o SINASE, começa-se a ter uma espinha dorsal de como os Estados devem estar executando as medidas.”

O documento parte da premissa de “se constituir parâmetros mais objetivos e procedimentos mais justos que evitem ou limitem a discricionariedade” (SINASE, 2006, p.13), diminuindo assim a discrepância de interpretações do que está contido no Estatuto, que era evidente nas estruturas físicas e nas práticas adotadas no tratamento dos jovens, mesmo após a adoção da política socioeducativa. Sendo assim se apresenta como um documento que traz as diretrizes, mas também operacionaliza as práticas socioeducativas.

Em julho de 2007, o documento do SINASE foi apresentado como projeto de lei (PL 1.627/2007) e aprovado pela Câmara dos Deputados no projeto de lei da câmara (PLC) nº134/2009, hoje aguarda aprovação do Senado Federal. (VERONESE, LIMA, 2009)

De acordo com Levantamento Nacional do Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei (SEDH, 2009), o documento está em pauta para votação e aprovação, o que o tornará obrigatório na elaboração do projeto arquitetônico e nas ações socioeducativas desenvolvidas para o atendimento do jovem em conflito com a lei.

Tal como consta no mesmo levantamento (SEDH, 2009), o número total de adolescentes cumprindo medida socioeducativa de internação no Brasil, em 2009, foi de 16.940 jovens, sendo 11.901 em estabelecimento educacional de internação. Desses jovens, 96% eram do sexo masculino:

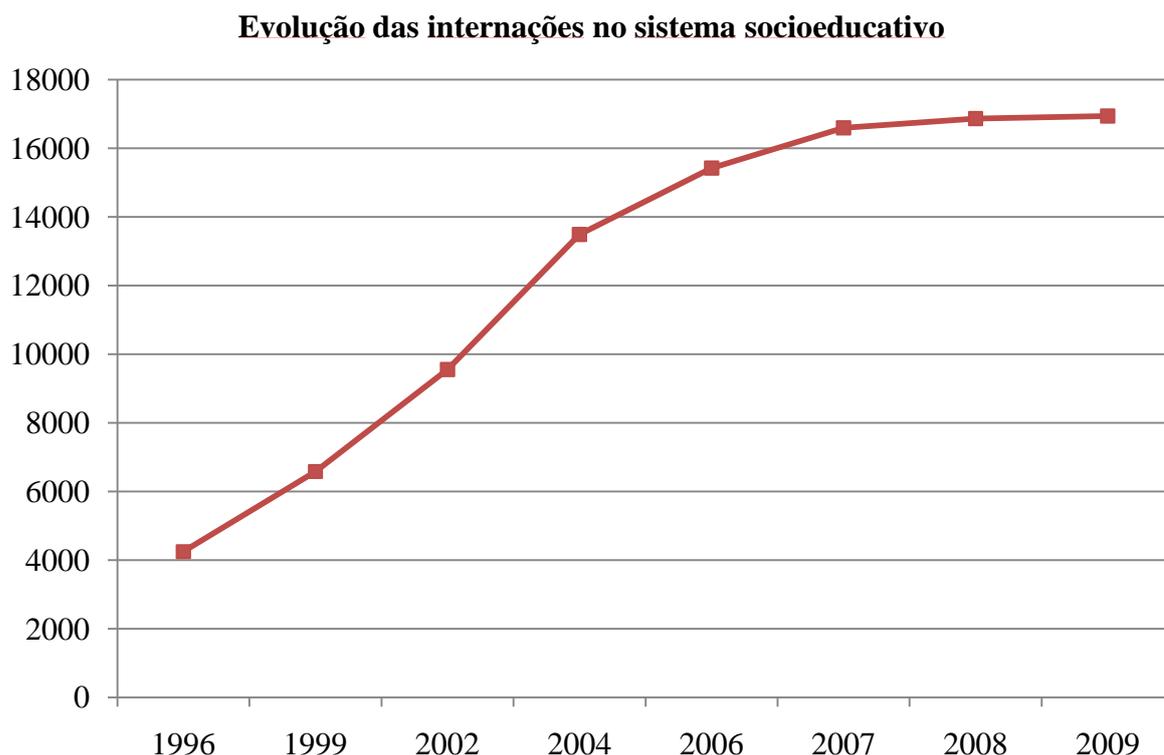


Figura 15: Gráfico com a variação das internações em unidades de atendimento socioeducativo, a partir dos dados do gráfico da SEDH (2009). Fonte: Acervo pessoal. Ano: 2011.

A figura 15 mostra uma redução do percentual de crescimento das internações de 2007 a 2009, fato que coincide com a construção de novas unidades de internação no Brasil e pode estar relacionado com a aprovação do projeto de lei do SINASE no ano de 2007.

De acordo com os dados da própria SEDH (2009), 15% das unidades existentes no Brasil foram concluídas de 2007 a 2009 (figura 16), ou seja, sua construção provavelmente se iniciou de 2004 a 2006, o que coincide com a compilação das orientações que dariam origem ao SINASE. A partir dessa época, as concepções pedagógicas passam a ser consideradas na proposta arquitetônica, reduzindo assim a formação dos grandes complexos arquitetônicos das antigas FEBEM.

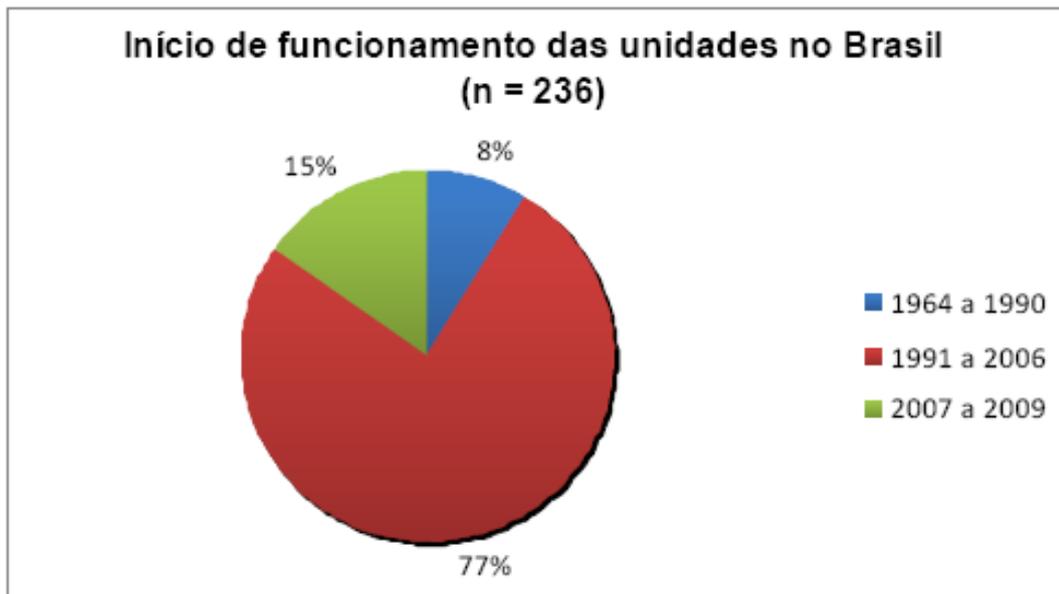


Figura 16: Gráfico com o início do funcionamento das unidades de internação no Brasil. Fonte: SEDH, 2009

O SINASE é um projeto de lei, mas pode-se dizer que o documento já se configura como uma política pública baseada em medidas socioeducativas para o tratamento de jovens em conflito com a lei, sendo de grande importância a análise da sua repercussão do ponto de vista arquitetônico.

É importante ressaltar que a coerência com o documento é exigida para a aprovação e liberação de financiamento federal para construção de unidades socioeducativas, fato que pode ter influenciado nos dados expostos na figura 15.

O documento está inserido no Sistema de Garantia de Direitos (SGD) e deve interagir com as demais políticas públicas de saúde, educação, segurança, assistência social que, por sua vez, devem ter programas voltados para o atendimento da criança e do adolescente, tal como pode ser visto na figura 17:

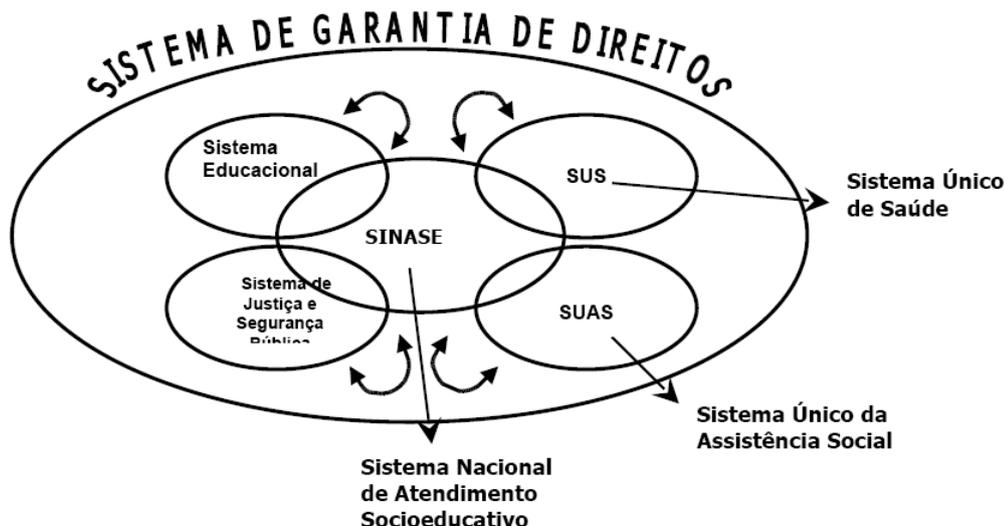


Figura 17: Funcionamento do SINASE e as relações mantidas no SGD. Fonte: SINASE, 2006.

Para a implantação de tais políticas, o SINASE envolve as três esferas do governo (União, Estados e Distrito Federal e Municípios) e os três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário). Cada um possui competências e atribuições, sendo algumas comuns e outras específicas. Estes órgãos representam o Estado, mas o desenvolvimento da ação socioeducativa deve envolver também a comunidade e a família do jovem.

Considerando as esferas do governo, o documento é composto de órgãos de deliberação, órgãos de gestão e execução, entidades de atendimento, órgãos de controle e financiamento (figura 18).

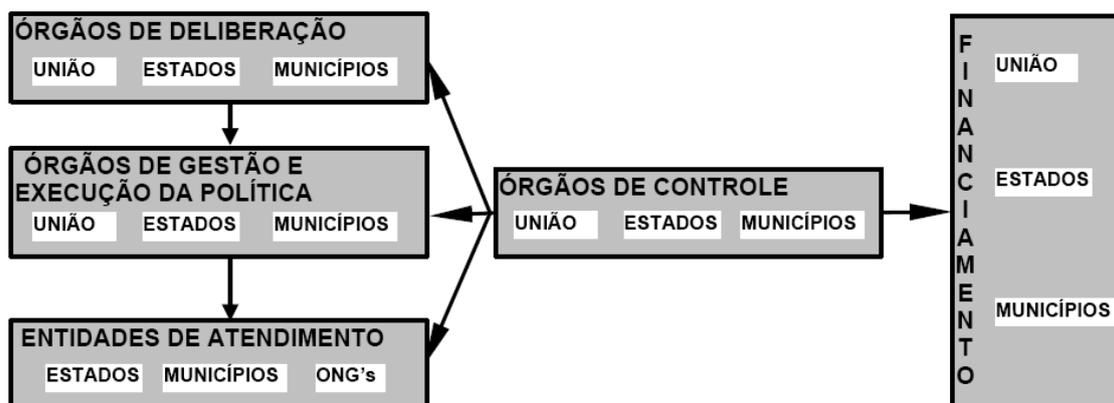


Figura18: Composição do SINASE. Fonte: SINASE, 2006

A obrigatoriedade do SINASE, por enquanto, só é imposta quando o projeto é financiado pela União. Para tanto, o órgão de controle responsável por inspecionar a execução

das políticas públicas, considerando aspectos pedagógicos, técnicos, administrativos e financeiros, é a SEDH. Ela avalia a viabilidade dos projetos pedagógicos e arquitetônicos das entidades de atendimento.

5.1.1. Atores envolvidos no processo socioeducativo

De acordo com o SINASE (2006), a gestão do programa socioeducativo é composta de diversos atores. Diante da complexidade, no diagrama 02 foram sintetizados os atores que, de acordo com o documento, se utilizam dos espaços existentes em uma unidade de internação, se constituindo assim como usuários da unidade:

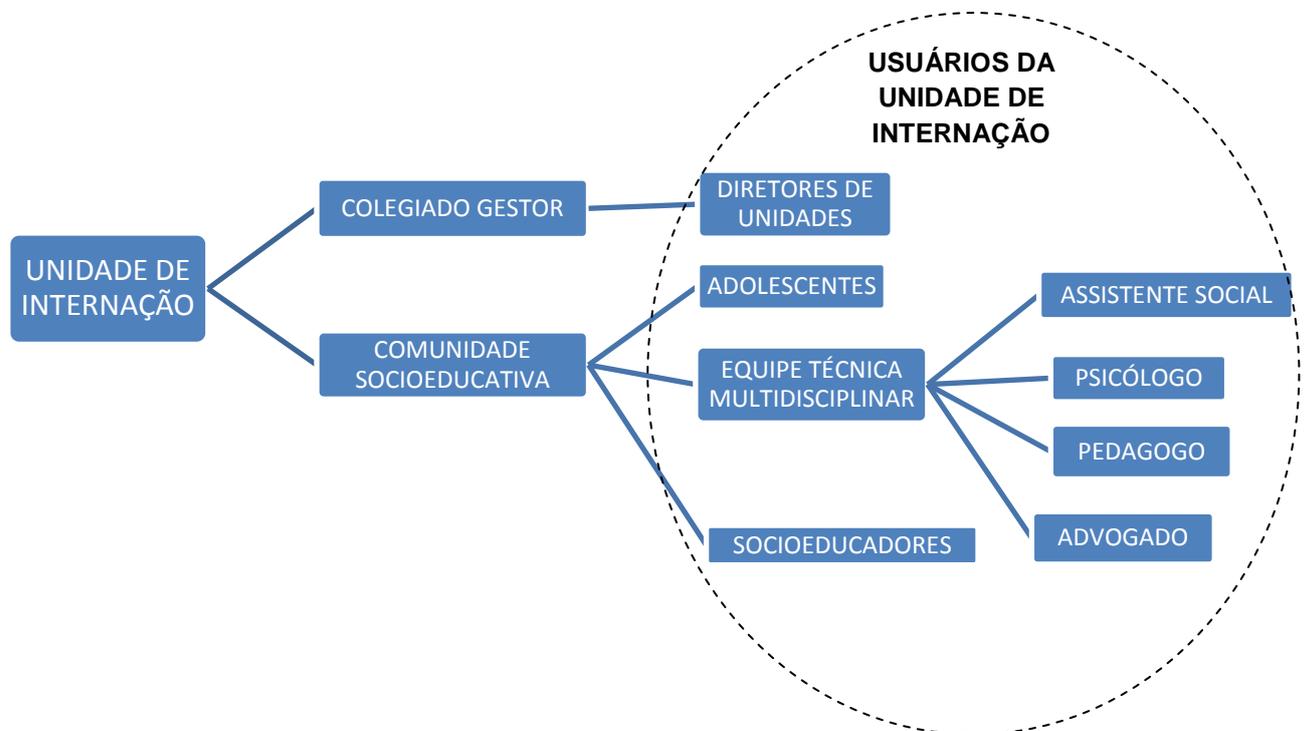


Diagrama 02: Atores que tem relação direta com a unidade socioeducativa de internação – Usuários da Unidade de Internação. Fonte: Arquivo pessoal. Ano: 2010

Podem-se dividir os funcionários de uma unidade socioeducativa de internação em quatro grupos: os diretores da unidade, os adolescentes, a equipe multidisciplinar e os socioeducadores. O projeto arquitetônico deve considerar a existência de todos eles.

Os *diretores da unidade* integram o colegiado gestor que é composto também pelo dirigente do sistema socioeducativo e pela equipe gerencial do sistema. O diretor é o único do

colegiado que é usuário da unidade, sendo responsável pela articulação da “gestão democrática, participativa e humanizadora do projeto pedagógico e do processo de reorientação e transformação da instituição.” (SINASE, 2006, P. 45)

A comunidade socioeducativa engloba os demais usuários, sendo composta por adolescentes e profissionais. O primeiro, alvo de toda a ação socioeducativa, e o segundo, responsável pela ação socioeducativa.

O *adolescente* é o ator ao qual a política social e educativa se dirige. Ele não é só usuário, mas habita, mesmo que temporariamente, a unidade. Todas as ações devem ser desenvolvidas considerando um fim maior que é a reinserção social do jovem. O espaço é o cenário onde as ações socioeducativas se desenrolam e, dessa forma, consideramos que deve facilitar a ação e refletir a função socioeducativa do edifício.

Os *socioeducadores* têm contato direto com o jovem e, junto com a *equipe técnica*, também ocupam um espaço dentro da unidade. A disposição, arrumação e localização dos espaços destinados ao uso de tais profissionais podem ter influência nas relações existentes no espaço a ser construído.

Para todos os atores acima citados existem espaços arquitetônicos correspondentes nas unidades socioeducativas de internação. Dessa forma, todos eles devem ser considerados na ação projetual. Os materiais construtivos, as cores, a localização dos ambientes, enfim, uma série de elementos arquitetônicos pode contribuir ou prejudicar na concretização da proposta pedagógica, e assim no cumprimento das diretrizes pedagógicas descritas no SINASE.

O que se percebe com o diagrama 02 é que o documento não considera a família e a comunidade como atores do sistema socioeducativo. Acredita-se aqui que tais atores devem ser considerados na elaboração do projeto arquitetônico, pois, mesmo que não estejam presentes diariamente na unidade, eles fazem parte do processo socioeducativo e contribuem na reinserção social do jovem.

5.2 Das diretrizes pedagógicas do SINASE

O SINASE determina que cada unidade deve ter uma proposta pedagógica. Esta define o papel da unidade e as atividades pedagógicas que devem ser desempenhadas ali. A proposta

deve ser norteada pelas diretrizes pedagógicas para o atendimento socioeducativo que, de acordo com o SINASE (2006, 52-56), são as seguintes:

- a) *Prevalência da ação socioeducativa sobre os aspectos meramente sancionatórios.* Nas ações socioeducativas e atividades a serem desenvolvidas na unidade, a socioeducação deve prevalecer em relação aos aspectos de segurança e controle;
- b) *Projeto pedagógico como ordenador de ação e gestão de atendimento socioeducativo.* O projeto pedagógico deve nortear o atendimento socioeducativo dentro da unidade, influenciando inclusive o projeto arquitetônico, pois o mesmo deve ser ordenado pelo projeto pedagógico;
- c) *Participação dos adolescentes na construção, no monitoramento e na avaliação das ações socioeducativas,* considerando-os como participantes do seu processo de desenvolvimento;
- d) *Respeito à singularidade do adolescente, presença educativa e exemplaridade como condições necessárias na ação socioeducativa.* Os itens dessa diretriz parecem ser contraditórios, pois o respeito à singularidade, inclui a privacidade e a intimidade e, para preservá-la, a equipe técnica não pode estar presente em todos os espaços da unidade. A exemplaridade deve ser dada pela equipe técnica e isso está relacionado com a presença educativa. Considera-se aqui que é preciso ponderar os aspectos desse item, pois todos eles são importantes para a ação socioeducativa.
- e) *Exigência e compreensão, enquanto elementos primordiais de reconhecimento e respeito ao adolescente durante o atendimento socioeducativo;*
- f) *Diretividade no processo socioeducativo.* A equipe técnica e os socioeducadores devem direcionar as ações dentro da unidade e o projeto arquitetônico pode favorecer isso;
- g) *Disciplina como meio para realização da ação socioeducativa.* O documento parece considerar a disciplina de duas formas: a primeira é o que podemos chamar de disciplina controle, que é utilizada como instrumento para a

manutenção da ordem, a segunda, a disciplina aprendido, que torna o ambiente socioeducativo um pólo irradiador de cultura e conhecimento, onde o jovem aprende os seus direitos e deveres e também a agir dentro do espaço, de acordo com o que foi aprendido. Entendemos aqui que a disciplina controle se contradiz com a disciplina aprendido e se contrapõe com as demais diretrizes expostas, pois o controle utilizado apenas para manutenção da ordem, e não como estratégia educativa, não se configura como uma ação socioeducativa. Assim, o fechamento dos espaços, o controle de acesso e o isolamento por si só, por exemplo, se apresentam como elementos que retratam a disciplina como instrumento de controle e não como aprendido, o que pode enfraquecer as demais diretrizes;

- h) *Dinâmica institucional garantindo a horizontalidade na socialização das informações e dos saberes com a equipe multiprofissional.* Ao invés da hierarquia deve prevalecer a horizontalidade das informações entre os profissionais e os jovens. Tal diretriz está relacionada com a diretividade no processo, pois a horizontalidade de informações permite o direcionamento da ação socioeducativa;
- i) *Organização espacial e funcional das Unidades de atendimento socioeducativo que garantam possibilidades de desenvolvimento pessoal e social para o adolescente.* O espaço físico deve estar subordinado ao projeto pedagógico de modo a viabilizar a sua implantação;
- j) *Diversidade étnico-racial, de gênero e de orientação sexual norteadora da prática pedagógica;*
- k) *Família e comunidade participando ativamente da experiência socioeducativa,* de modo a possibilitar o fortalecimento dos vínculos e a inclusão social dos adolescentes;
- l) *Formação continuada dos atores sociais,* através de capacitação e atualizações.

Das diretrizes acima citadas, a que possui relação direta com o espaço arquitetônico é o item *i*, que considera a organização espacial e funcional como instrumento para viabilização da proposta pedagógica.

Esta parece ser a primeira constatação, em um documento legal, que define, de forma clara, o espaço arquitetônico como um dos elementos capazes de contribuir na recuperação dos jovens em conflito com a lei. Muito mais do que isso, o documento registra a importância do espaço no processo pedagógico considerando até que a ausência do mesmo pode inviabilizar a proposta pedagógica da unidade. De acordo com entrevistado 1 “o espaço deve ser um espaço que educa, educa para aprender a conviver.”

Assim, fica implícito que as demais diretrizes também devem repercutir no espaço arquitetônico, considerando que todas elas devem ser a base para a elaboração da proposta pedagógica e que o espaço age como um dos meios para viabilizar a implantação da mesma.

Dessa forma, o projeto arquitetônico deve traduzir as diretrizes pedagógicas do SINASE, bem como os interesses dos demais atores envolvidos no processo. Através das estratégias e elementos arquitetônicos priorizados estão imbuídos signos e significados que definem aquela arquitetura como socioeducativa ou não.

5.3 Arquitetura Socioeducativa

O SINASE (2006, p.58) é o primeiro documento a falar do termo Arquitetura Socioeducativa, considerando-a como um dos instrumentos para a concretização da ação socioeducativa. De acordo com o projeto de lei, a estrutura física é uma das dimensões básicas do atendimento socioeducativo e:

Deve ser pedagogicamente adequada ao desenvolvimento da ação socioeducativa. Essa transmite mensagem às pessoas havendo uma relação simbiótica entre espaços e pessoas. Desta forma, o espaço físico se constitui num elemento promotor do desenvolvimento pessoal, relacional, afetivo e social do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa. (SINASE, 2006, p. 79)

É importante ressaltar que, apesar de considerar a arquitetura como um dos instrumentos da ação socioeducativa, arquitetos e engenheiros não participaram tão ativamente da elaboração do documento. O programa de necessidades e as áreas mínimas necessárias foram feitas posteriormente às discussões para a elaboração do documento e estão, inclusive, como um anexo do mesmo. Dentro do documento, têm-se apenas um capítulo com

os parâmetros arquitetônicos, que funciona como uma cartilha, um código de obras, com os elementos que devem ou não existir na unidade.

Cabe ressaltar que, antes mesmo da aprovação como lei, o programa de necessidades vem sendo criticado por arquitetos e gestores do sistema socioeducativo pela grande dimensão das áreas mínimas que inviabilizam a execução da proposta em determinados terrenos cedidos pelo governo.

Talvez a questão não seja a existência de terrenos para a construção de unidades, mas a inviabilidade do mesmo por questões impostas pelos próprios gestores do estado (que vêem sua candidatura ameaçada com a construção de uma unidade desse cunho), pelo medo de desvalorização da área disponível ou até pela própria população que desconhece a ação socioeducativa e entende esse espaço como uma penitenciária. (entrevistados 1, 3, 4, 5,7)

Outra questão levantada, de acordo com entrevistado 1 é:

a limitação muito rígida dos parâmetros arquitetônicos, isso limita muito a capacidade do Estado de fazer um investimento que seja adequado, em relação ao que é estabelecido nos parâmetros, tanto em relação a questão financeira, como também a questão da legitimidade social.

A limitação de que falou o entrevistado diz respeito às áreas mínimas necessárias estabelecidas no programa de necessidades do SINASE, o que não é suficiente para definir a arquitetura como socioeducativa. É preciso, antes do programa, conhecer quais as diretrizes pedagógicas e qual a função que deve ser desempenhada pela unidade para que isso seja considerado na elaboração do projeto arquitetônico.

Quanto aos parâmetros arquitetônicos, esses estão presentes de forma bastante sucinta no documento onde se destaca apenas o espaço de moradia do jovem (dormitório, espaço de convivência e sala para leituras) que deve ser distribuído por fases de atendimento para que o adolescente visualize nos espaços os avanços e retrocessos durante o processo.

De acordo com o documento o termo Unidade “é o espaço arquitetônico que unifica, concentra, integra o atendimento ao adolescente” (SINASE, 2006, p.59) para tanto cada unidade deve ter no máximo 40 adolescentes e ser distribuída em módulos. Mas, de acordo com as entrevistas e visitas realizadas, nenhuma das unidades atende ao máximo de 40 adolescentes. O aumento do número de vagas foi autorizado pela própria SEDH que, em

visita para a fiscalização das obras das unidades, percebeu que o espaço destinado era muito grande para essa quantidade de jovens, o que precisa ser revisto no SINASE.

Considerando a relação entre o número de vagas e o custo financeiro de uma unidade deste cunho, o entrevistado 1 consideram que os estados, com verbas próprias, sem auxílio do governo federal, não tem condições financeiras de construir unidades de internação do porte estabelecido pelo SINASE, bem como nem sempre tem disponibilidade de um terreno de 15.000 m², que é o mínimo que o documento estabelece.

Outra questão é a da legitimidade social, no que diz respeito a convencer o governo e a população da necessidade de implantação de uma instituição deste porte ao invés de um presídio para amontoar um número maior de pessoas. Considerando essa questão, o SINASE se apresenta como um instrumento balizador para convencer os gestores do Estado ou município da necessidade de implantação desta instituição.

Mas, o respeito ao programa de necessidades e aos parâmetros arquitetônicos contidos no documento não definem uma arquitetura como sendo socioeducativa ou não. É preciso que se considerem as diretrizes que envolvem a ação socioeducativa, bem como as bases éticas e jurídicas que a norteiam. De acordo com Oliveira (2008, p. 115):

Para se trabalhar com arquitetura socioeducativa, deve-se, além de possuir um olhar técnico atento às questões programáticas, estruturais e construtivas, ser capaz de considerar toda a gama de relações subjetivas que são estabelecidas durante o processo de socialização e que vão afetar da mesma forma que são afetadas, a internação do usuário com o ambiente.

É importante ressaltar que a arquitetura é apenas um dos instrumentos para uma ação socioeducativa e só pode ser definida como socioeducativa se avaliarmos as relações estabelecidas no espaço construído que envolve um diretor, uma equipe técnica e socioeducadores qualificados para implantar a ação socioeducativa.

A arquitetura é imprescindível, mas é um dos instrumentos da ação socioeducativa, e só pode ser definida como arquitetura socioeducativa se as estratégias projetuais utilizadas pelo projetista, arquiteto ou engenheiro, forem capazes de contribuir para que as funções desempenhadas naquele espaço sejam assim socioeducativas.

6 CRITÉRIOS DE ANÁLISE

O projeto arquitetônico, como etapa do processo de produção do espaço, deve traduzir as diretrizes pedagógicas do SINASE na tentativa de que o espaço a ser construído possa ser um dos instrumentos da ação socioeducativa, ou seja, arquitetura socioeducativa.

O projeto deve estar de acordo com as diretrizes, pois estas fundamentam a elaboração da proposta pedagógica. E, de acordo com o SINASE, a não adequação do projeto arquitetônico à proposta pedagógica pode inviabilizar a execução da mesma.

Foi visto na fundamentação teórica a importância do espaço como instrumento de transmissão de ideologias e visões de mundo e a Sintaxe Espacial, como teoria que considera que o espaço arquitetônico interfere na lógica da sociedade e estuda a relação entre as estruturas espaciais de edifícios e cidades e as questões sociais, procurando revelar a lógica espacial da sociedade.

A partir de elementos da teoria da Sintaxe Espacial, foram estabelecidos os critérios para a análise dos edifícios de unidades socioeducativas. A investigação consiste na análise da configuração espacial, a partir do projeto arquitetônico do edifício, de modo a analisar a repercussão do documento do SINASE nos referidos projetos.

Os critérios de análise dos projetos arquitetônicos serão analisados à luz das diretrizes pedagógicas do SINASE e, para tanto, foram consideradas as que podem ter rebatimento arquitetônico, de modo a cruzar os dados obtidos e analisar a repercussão do SINASE nos projetos arquitetônicos.

6.1 Critérios de análise dos projetos arquitetônicos

Os critérios de análise para os projetos arquitetônicos foram estabelecidos à luz da teoria da Sintaxe Espacial, apresentada no capítulo 1. O *mapa de barreiras* e os *grafos justificados* foram os instrumentos utilizados para a análise da repercussão do SINASE nos projetos arquitetônicos das unidades.

O mapa de convexidades, também da Sintaxe Espacial, não será utilizado tendo em vista que se refere à análise de espaços abertos, o que não condiz com o objeto de estudo. O

mapa de axialidade espacializa o movimento de pedestres nos espaços urbanos e nos edifícios, o que também não é foco desse estudo.

Assim, utilizaremos o mapa de barreiras, que mostra em desenhos as barreiras que limitam o fluxo de pedestres no espaço criando espaços mais segregados, bem como os grafos justificados, que também dizem respeito à integração e segregação dos espaços, pois apresentam a distância, ou profundidade, de um ambiente em relação aos demais e, assim, o seu grau de segregação.

A escolha dos instrumentos que consideram a segregação e integração dos espaços é interessante para a pesquisa em questão, pois acredita-se que a mudança de paradigma para uma política socioeducativa indica a adoção de espaços mais integrados onde as relações de convívio entre funcionários e adolescentes e entre os jovens com os seus pares é priorizada, em detrimento da segregação e do isolamento dos espaços.

Assim, com o mapa de barreiras e os grafos justificados, foi possível analisar a repercussão das diretrizes do SINASE nos projetos arquitetônicos, a partir da definição dos critérios:

6.1.1 Arranjo dos espaços

É definido pelo modo como as áreas estão distribuídas no terreno, considerando o programa de necessidades estabelecido pelo SINASE. Tal critério foi subdividido em outros três:

6.1.1.1 Tipologia do edifício

Considera-se aqui a presença de uma configuração que facilite ou dificulte a socioeducação, tal abordagem é qualitativa e foi analisada a partir da presença de espaços mais abertos ou mais fechados.

6.1.1.2 Implantação do edifício

Em tal critério, levou-se em consideração a localização do edifício em relação ao restante da cidade, bem como os seus acessos, de modo a identificar a relação do edifício com o meio urbano (comunidade), e a disposição dos espaços no terreno, identificando assim os espaços que foram priorizados no arranjo.

6.1.1.3 Proporção dos espaços

Nesse critério busca-se identificar a relação entre o total de área construída e a área disponível para os espaços de convívio, espaços destinados aos serviços e administração e para os de privação, que seriam os alojamentos.

Cada um desses itens será analisado de forma conjunta, dentro do critério maior que é o arranjo dos espaços. O objetivo é identificar as potencialidades de integração e segregação dos espaços existentes na unidade, avaliando assim como as diretrizes pedagógicas do SINASE repercutem no projeto arquitetônico de cada uma das unidades.

6.1.2 Estudo das barreiras e permeabilidades

6.1.2.1 Índice de fechamento

Diz respeito aos elementos arquitetônicos que funcionam como barreiras que controlam ou impedem o acesso de um espaço a outro; é o “grau de sistemas que se formam mais por espaços fechados, ou mais por abertos” (HOLANDA; FRANÇA, 2003, p. 140). Tal índice será avaliado a partir dos mapas de barreiras.

De acordo com Holanda (2003), os espaços abertos são aqueles que, na ligação de um cômodo com outro, há apenas uma linha de piso que os separa. Já os espaços fechados são aqueles onde a passagem de um cômodo para outro é limitada por uma porta, divisória ou parede, por exemplo.

O fechamento pode ser total, que inclui a ausência de visualização do que está do outro lado, ou parcial, onde é possível ver o outro ambiente. Consideramos que tal fechamento também pode ser total ou parcial quanto à possibilidade de comunicação, verbal

ou visual, com o indivíduo que está do outro lado, bem como quanto à possibilidade de contato físico.

Tal índice foi analisado através da identificação de elementos arquitetônicos que representam espaços fechados totalmente, parcialmente ou abertos.

Assim, foi possível identificar os limites e barreiras, portas, paredes, muros, divisórias, janelas, linhas de piso, que separam dois espaços e que podem impedir ou limitar a conectividade entre eles.

6.1.2.2 Nível de profundidade

É a distância média entre os espaços: quantos cômodos têm que se percorrer a partir de algum cômodo específico para se chegar ao outro. O estudo foi feito por meio de “grafos justificados” que, de acordo com Holanda; França (2003, p. 139), “é a representação de um sistema de permeabilidades: espaços são representados por círculos e a relação de permeabilidade entre espaços por linhas. Um grafo justificado é construído a partir de um determinado espaço do sistema – sua “raiz”. Ele é justificado em relação a esta raiz.

O nível de profundidade teve como objetivo identificar a distância entre os espaços de privação, que seriam os alojamentos, considerados a raiz, e os espaços de convivência, em cada uma de suas áreas (educação, esporte, lazer, religiosidade, visitas, refeitório, etc.).

6.1.2.3 Fluxograma funcional

Este critério consiste na elaboração dos diagramas de fluxos da unidade, pontuando os ambientes percorridos pelos adolescentes e demais funcionários de modo a identificar onde esses fluxos se cruzam e a relação entre eles. O fluxograma foi elaborado de forma esquemática nas plantas baixas das unidades. O objetivo de tal critério foi analisar os espaços potenciais para o cruzamento de fluxos e, assim, para o provável estabelecimento de relações sociais e de convívio.

Com os critérios de barreiras e permeabilidades, o que se pretendeu foi identificar como as barreiras, a profundidade e a possibilidade de cruzamento de fluxos podem potencializar ou prejudicar a conectividade entre os espaços de convívio, de privação e as áreas de serviços e administrativa, criando, assim, espaços mais integrados ou segregados.

A questão da segregação do espaço foi levantada, por se acreditar que não é a presença excessiva de barreiras que controlam o fluxo de indivíduos no espaço, mas o estabelecimento de limites que devem ser cumpridos independentemente dessas barreiras.

6.2 Critérios de análise dos projetos a partir das diretrizes pedagógicas

O programa de necessidades contido no documento foi utilizado como parâmetro para a definição dos espaços da unidade que foram considerados na análise do projeto arquitetônico. Tal programa (SINASE, 2006, p.117-122) distribui o espaço da unidade nas áreas de: moradia, acesso, guarda externa, administração, saúde, setor de serviços, instalações gerais, visitas, educacional, oficinas e área de lazer, esporte, cultura e religiosidade.

Diante do imenso programa e da grande quantidade de áreas, deu-se ênfase aos espaços de uso dos adolescentes, alvos da ação socioeducativa, bem como à relação desses espaços com a edificação como um todo. Têm-se então cinco áreas para análise:

6.2.1 Área de moradias

Tal área deve englobar quartos individuais e coletivos, com instalações sanitárias, lavanderia doméstica, sala para atendimento com a equipe técnica e sala de convivência e leitura. De acordo com o SINASE, tais espaços devem prever a separação dos jovens de acordo com o Plano Individual de Atendimento (PIA), de modo a individualizar o atendimento.

O espaço deve prever também a separação por fases de atendimento (inicial, intermediária e conclusiva) e a mudança de fases deve ser acompanhada da mudança dos ambientes. O documento considera, então, a importância do espaço como instrumento para que os adolescentes visualizem o seu processo evolutivo.

Devem existir três fases claras de atendimento: o atendimento inicial, quando o adolescente chega à unidade, o período de acolhimento; a fase intermediária do processo; e a fase conclusiva, quando o jovem está se desligando da unidade. Mas tais parâmetros não são rígidos; há liberdade para separar e diferenciar essas fases de formas diversas, de acordo com a proposta pedagógica e o projeto arquitetônico.

O alojamento individual é exigido na fase inicial de atendimento. Nas demais fases os quartos podem ser individuais ou coletivos. Mesmo coletivo, o quarto é o ambiente onde o jovem tem maior intimidade e privacidade dentro da unidade.

De acordo com o SINASE, o projeto deve prever um espaço destinado à Convivência Protetora, que separa o jovem que se encontra ameaçado pelos demais (no caso dos crimes de estupro, por exemplo). Consideramos aqui que a existência de tal espaço se constitui como uma incoerência no documento, pois se configura como uma forma de isolamento dentro de um ambiente que, através dos muros e da restrição da liberdade de locomoção, já isola o jovem da sociedade. Mais que isso, parece que tal espaço fica isolado das práticas educativas que a unidade se propõe a realizar.

6.2.2 Área de visitas

É o local destinado ao recebimento da família nos dias de visita, sendo esta relação muito importante na ação socioeducativa e na reinserção do jovem no ambiente familiar e social. Mas, diferente da descrição do papel dos espaços destinados à moradia, nas visitas o documento se restringe ao estabelecimento do programa (praças, circulações e apartamentos para visitas íntimas) e das áreas mínimas necessárias, não esclarecendo o papel desempenhado por esses espaços no processo de recuperação dos jovens.

6.2.3 Área educacional

Funciona como uma escola dentro da unidade. Considerando que a educação é um dos instrumentos de inserção social, a área educacional tem papel fundamental na ação socioeducativa. O documento descreve o programa necessário: salas de aula, biblioteca, informática, secretaria, sala de professores, coordenação. Por ter o programa de uma escola, a função que deve ser ali desempenhada fica mais clara.

6.2.4 Área de oficinas

Destinam-se à realização de atividades que têm como objetivo ensinar ao jovem algum ofício e, assim, direcioná-lo ao mercado de trabalho. O SINASE exige salas e depósitos, ficando os demais espaços sujeitos ao projeto pedagógico que descreve as atividades que serão desempenhadas em cada unidade. Não existem parâmetros específicos para tal espaço.

Entendemos que estes devem ser pré-estabelecidos na proposta pedagógica para evitar o sub-dimensionamento dos espaços no caso da definição da atividade ser posterior à execução do projeto arquitetônico. Ao mesmo tempo, este deve ser flexível, para que a mudança da proposta não inviabilize o uso do espaço.

6.2.5 Área de lazer, esportes, cultura e religiosidade

Esta deve conter espaço ecumênico, campo de futebol, quadra poli-esportiva, espaço multieventos, espaço coberto para atividades, espaço para atividades ao ar livre, local para armazenar equipamento desportivo e realizar avaliação física. Devido ao extenso programa, muitas unidades aglutinam as áreas num espaço multieventos, onde pode ser realizada boa parte das atividades acima descritas.

A existência ou substituição dessas atividades por outras atividades de lazer está sujeita ao projeto pedagógico específico de cada unidade, mas todos eles devem ser instrumentos da ação socioeducativa e nisso estão implícitas as diretrizes pedagógicas do SINASE.

O documento considera as quatro áreas englobadas dentro de um mesmo grupo. Acredita-se que o espaço destinado à religiosidade deveria ser considerado como outra área, pois a religião difere das práticas de lazer, esportes e cultura, sendo um instrumento de encontro do jovem com sua subjetividade, podendo ser inclusive instrumento importante no processo de recuperação e reinserção social.

As cinco áreas descritas podem ser subdivididas em dois grupos maiores: *espaços privativos*, que são as áreas destinadas aos alojamentos, espaços de maior privacidade e intimidade dos jovens, que podem ser individuais ou coletivos; e os *espaços de convivência*, que são as áreas de visitas, educacional, oficinas, lazer, esporte, cultura e religiosidade, que representam as áreas de convívio com os demais jovens, bem como com os socioeducadores e equipe técnica, sendo esse contato importante para a ação socioeducativa.

Entende-se aqui que os espaços de convívio representam os espaços capazes de permitir mais relações sociais onde, provavelmente, ocorre a maioria das atividades socioeducativas.

De acordo com entrevistado 1, a relação entre funcionários e adolescentes, a presença educativa e a exemplaridade de que falam as diretrizes pedagógicas, é primordial para a ação socioeducativa:

O que marca a socioeducação são as relações construídas entre socioeducadores e adolescentes e o espaço favorece isso, ele obriga que os socioeducadores se relacionem com o socioeducando. A arquitetura das unidades favorece esse relacionamento, se a socioeducação tem como princípio a presença, o exemplo, o aprender a conviver, então a proposta arquitetônica favorece isso, porque a gente tira o funcionário daquela posição só de vigilância e controle e o projeto arquitetônico obriga que o funcionário se relacione permanentemente com o adolescente.

Os espaços privativos têm também um papel importante na socioeducação, pois são neles que o jovem tem maior privacidade e intimidade, direito de qualquer indivíduo. Mesmo assim, os espaços privativos devem ter relação com os demais espaços de convivência, de modo que a sua presença não seja destacada como um ambiente segregado dos demais, cuja finalidade é “enjaular” os jovens, tal como às antigas prisões que apenas enclausuravam os indivíduos para vigilância e controle, sem qualquer intenção de recuperação.

A socioeducação deve estar presente em todos os espaços da unidade e, inclusive, na relação entre eles, de modo a evitar a segregação dos espaços em uma instituição que já segrega os jovens do meio externo simplesmente pelos muros de cinco metros de altura que a cercam.

Acredita-se aqui que o papel socioeducativo está interligado com as relações de segregação e integração dos espaços, pois as questões espaciais determinam também as relações sociais entre funcionários e adolescentes, entre adolescentes e adolescentes, adolescentes e família, adolescentes e comunidade e etc.

Foi, então, diante da utilização de elementos da Sintaxe Espacial, principalmente aqueles que dizem respeito à segregação e integração dos espaços, bem como das discussões de Foucault, sobre a vigilância e domesticação nas prisões, e de Goffman, sobre as instituições totais, que foram estabelecidos os critérios de análise.

Primeiramente, foi feita a tabela 01 com as diretrizes pedagógicas contidas no documento de modo a verificar o rebatimento dessas no projeto arquitetônico:

Tabela 01 – Diretrizes pedagógicas do SINASE e o seu reatamento arquitetônico

DIRETRIZ PEDAGÓGICA DO SINASE		RELAÇÃO COM O PROJETO ARQUITETÔNICO
1	Prevalência da ação socioeducativa sobre os aspectos meramente sancionatórios	- SIM
2	Projeto pedagógico como ordenador de ação e gestão de atendimento socioeducativo	- SIM
3	Participação dos adolescentes na construção, no monitoramento e na avaliação das ações socioeducativas	É RELEVANTE, MAS APRESENTA DIFICULDADE NA ANÁLISE DO PROJETO ARQUITETÔNICO, PONDENDO SER AVALIADO NUM ESTUDO PÓS-OCUPAÇÃO.
4	Respeito à singularidade do adolescente, presença educativa e exemplaridade como condições necessárias na ação socioeducativa.	- SIM
5	Exigência e compreensão, enquanto elementos primordiais de reconhecimento e respeito ao adolescente durante o atendimento socioeducativo	DIZ RESPEITO À POSTURA DA EQUIPE – QUESTÃO COMPORTAMENTAL
6	Diretividade no processo socioeducativo	- SIM
7	Disciplina como meio para realização da ação socioeducativa	- SIM
8	Dinâmica institucional garantindo a horizontalidade na socialização das informações e dos saberes com a equipe multiprofissional (técnicos e educadores)	- SIM
9	Organização espacial e funcional das Unidades de atendimento socioeducativo que garantam possibilidades de desenvolvimento pessoal e social para o adolescente	- SIM (Esse item está implícito nos demais)
10	Diversidade étnico-racial, de gênero e de orientação sexual norteadora da prática pedagógica	DIZ RESPEITO À POSTURA DA EQUIPE – QUESTÃO COMPORTAMENTAL
11	Família e comunidade participando ativamente da experiência socioeducativa	- SIM
12	Formação continuada dos atores sociais	DIZ RESPEITO À POSTURA DA EQUIPE – QUESTÃO COMPORTAMENTAL

Fonte: arquivo pessoal. Ano: 2010

Diante das diretrizes, foram identificadas oito (em azul na tabela 01) que podem repercutir no projeto arquitetônico. Nas demais não foi verificado reatamento claro no projeto.

Considerando essas oito diretrizes, pode-se sintetizar determinadas questões que deveriam orientar a ação projetual. É a partir de tais questões que os projetos existentes serão

analisados, considerando os critérios de análise dos projetos arquitetônicos descritos no item 6.1.

Assim, considera-se que o projeto arquitetônico de uma unidade socioeducativa de internação deveria conter estratégias que considerem:

1. **A socioeducação** – a atividade socioeducativa prevalece em relação a aspectos meramente sancionatórios e o espaço, como instrumento da ação socioeducativa, reflete a socioeducação através da presença de espaços mais integrados que permitam a socialização entre os jovens e demais funcionários.
2. **O projeto pedagógico como ordenador** – este deveria se basear nas diretrizes pedagógicas e foi avaliado aqui se o projeto pedagógico é anterior ao projeto arquitetônico e se realmente ordenou a elaboração do projeto.
3. **A singularidade do adolescente** – a questão da singularidade está relacionada tanto com a privacidade e intimidade, como com o tratamento individualizado dos jovens dentro da unidade, de modo que evoluam de uma fase para outra e percebam essas mudanças no espaço;
4. **A presença educativa e exemplaridade** – este item diz respeito à presença dos profissionais e socioeducadores no dia-a-dia dos jovens, se o espaço favorece tal visibilidade e tal integração ou não;
5. **A diretividade e horizontalidade do processo pedagógico** – tal item se refere ao direcionamento da proposta socioeducativa através do diálogo com os jovens e não pela mera imposição de autoridade. A questão é como o espaço contribui para a socialização das informações (horizontalidade) e para o direcionamento das mesmas, ao invés da hierarquia dos espaços, que destacam apenas a autoridade da equipe dirigente.
6. **A Disciplina** – como foi apresentado no capítulo 5, a disciplina pode ser *aprendizado*, e neste caso seria uma atividade socioeducativa, ou pode ser entendida como *disciplina controle*, que seria um mero instrumento para manutenção da ordem. Considerou-se, neste item, a definição da disciplina como controle, pois a disciplina *aprendizado* coincide com o item socioeducação, já a *disciplina controle* parece se

contrapor ao mesmo, servindo apenas para manutenção da ordem e não como prática socioeducativa.

7. **A Participação da família e da comunidade no processo** – tal item é fundamental para a reinserção social do jovem e pode ser avaliado não só pela presença de espaços para o recebimento de visitas dentro da unidade e da localização de tais espaços, como também pela localização da unidade dentro do contexto urbano, de modo que a sua distância dos centros urbanos pode enfraquecer a proposta socioeducativa, pois a relação com a família e a comunidade fica comprometida.

As oito diretrizes com possível repercussão arquitetônica foram resumidas nesses sete itens, que serão a base para a análise dos espaços no projeto arquitetônico.

A diretriz que considera a organização espacial e funcional da unidade como um dos instrumentos para realização da ação socioeducativa não foi elencada acima, pois se entende que a existência das demais implica a presença desta, sendo então a organização do espaço uma consequência do cumprimento das demais diretrizes.

Acredita-se aqui que quando se falam em unidades socioeducativas e, assim, em uma arquitetura socioeducativa, parte-se do pressuposto de que está se falando de espaços mais abertos e livres, que possam servir de instrumentos de educação desses jovens e não espaços como punição ou sanção, espaços fechados e gradeados que remetem às antigas prisões.

Dessa forma, as diretrizes do SINASE serão analisadas considerando que unidades mais socioeducativas são aquelas com espaços mais integrados e capazes de potencializar novas relações sociais.

Considerando tais questões, foi desenvolvida a tabela 02, para que, a partir do cruzamento dos dados, fosse feita a análise das unidades:

Tabela 02 – Diretrizes pedagógicas do SINASE e critérios de análise dos projetos

CRITÉRIOS/ DIRETRIZES	Arranjo dos espaços			Estudo das barreiras e permeabilidades		
	Tipologia	Implantação	Proporção	Id. Fechamento	N. Profundidade	Fluxograma Funcional
Socioeducação	Espaços mais abertos e interligados	Localização e dimensão dos espaços de convívio	> Proporção dos espaços de convívio em relação aos privativos	< nº de barreiras > visibilidade dos espaços	Espaços privativos com < profundidade	> cruzamento de fluxos de diferentes grupos
Projeto Pedagógico	Avaliar, através da comparação com o que consta na proposta pedagógica, que espaços na unidade são destinados ao desempenho das atividades descritas.					
Singularidade do adolescente	—	Localização, dimensão e forma dos espaços quanto à mudança de fases de atendimento	Diferença da proporção dos espaços de acordo com a mudança de fases de atendimento	< visibilidade dos espaços privativos	Nível de profundidade intermediário que permita a intimidade, mas não isole	—
Presença Educativa	Espaços mais abertos e interligados	Localização e dimensão dos espaços de convívio e da equipe técnica	> Proporção dos espaços de convívio em relação aos privativos	< nº de barreiras > visibilidade dos espaços	Espaços privativos com < profundidade	> cruzamento de fluxos de diferentes grupos
Diretividade e horizontalidade	Espaços mais abertos e interligados	Localização e dimensão dos espaços da equipe técnica	—	< nº de barreiras > visibilidade dos espaços	—	> cruzamento de fluxos de diferentes grupos
Disciplina	Espaços mais fechados e com barreiras que facilitam o controle	Localização e dimensão dos espaços de privação	< Proporção dos espaços de convívio em relação aos privativos	> nº de barreiras > visibilidade dos espaços	Espaços privativos com > profundidade	< cruzamento de fluxos de diferentes grupos
Participação da Família e da comunidade	—	Localização e dimensão dos espaços de convívio familiar	Proporção dos espaços de convívio familiar	—	—	—
	Localização da unidade em relação ao contexto urbano. Quanto maior a proximidade, maior a potencialidade de relação com a família e a comunidade.					

LEGENDA: MAIOR >; MENOR <

Fonte: arquivo pessoal. Ano: 2010

Quando cruzados com as diretrizes do SINASE, os critérios parecem contraditórios, o que só foi avaliado com as análises dos projetos. De acordo com a tabela 02, o melhoramento de um critério implicará no decréscimo de outro, de modo que há uma relação dinâmica entre o controle, que é representado pelo critério disciplina e remete a espaços mais

segregados e isolados, e a socioeducação, onde os ambientes são espaços mais abertos e integrados que permitem uma maior autonomia.

Há, nos próprios critérios e diretrizes do documento, uma relação dialética, na qual a socioeducação e a disciplina, interpretada aqui como controle, estão presentes. Este fato será considerado na análise dos projetos arquitetônicos das unidades.

7 A REPERCUSSÃO DO SINASE NOS PROJETOS ARQUITETÔNICOS: UMA ANÁLISE DOS PROJETOS A PARTIR DOS ELEMENTOS DA SINTAXE ESPACIAL

Os projetos foram analisados de acordo com elementos extraídos da teoria da Sintaxe Espacial considerando dois aspectos: o arranjo dos espaços e as barreiras e permeabilidades existentes.

O arranjo dos espaços engloba: a tipologia adotada para a construção do edifício, sua implantação e a proporção dos espaços existentes. A análise das barreiras e permeabilidades abrange: o índice de fechamento dos espaços, o nível de profundidade (considerando os alojamentos como raízes) e o fluxograma funcional da unidade.

Nos projetos analisados foi identificada a existência de uma setorização. As unidades se distribuem em quatro setores: *externo*, representado pelos muros externos, acesso principal e área administrativa; setor de *moradias*, que diz respeito aos blocos dos alojamentos individuais ou coletivos; setor da *convivência protetora*, destinado ao jovem que se encontra ameaçado física e psicologicamente pelos demais; e os espaços destinados às demais *atividades socioeducativas* (esporte, lazer, educação, oficinas, religiosidade) que estão distribuídos em todo o terreno e representam o quarto setor.

Quando comparado com a setorização do sistema prisional, traçada por Cordeiro (2005), pode-se identificar semelhanças quanto ao setor externo, definido pela autora como espaços destinados à administração e à guarda externa.

No sistema prisional, o setor externo não pertence à unidade, mas representa o controle e a segurança da mesma. Quando se consideram as unidades socioeducativas, o que se percebe é que o pertencimento ou não à unidade não é tão rígido, varia de acordo com o caso analisado, o que terá reflexos significativos na segregação dos espaços existentes.

Cordeiro (2005) considera a existência de outros dois setores no projeto arquitetônico de um presídio: o interno e o intermediário. O setor interno é destinado aos presos e agentes, esses últimos porque devem estar presentes no convívio dos internos. O intermediário é destinado ao acesso de visitas e equipe técnica para sua relação com os presos. Neste local são desempenhadas as atividades de ressocialização.

Nas unidades socioeducativas o que se percebe é a existência de um espaço destinado à maior contenção, a convivência protetora, mas não há uma rigidez quanto à distribuição das moradias e das atividades socioeducativas existentes. Elas se distribuem pela unidade ora de forma integrada, ora separadas por muros. Tal configuração interfere no grau de integração e segregação dos espaços da unidade, de modo a torná-los mais ou menos socioeducativos, como será visto nas análises.

Na caracterização e análise dos três projetos foram identificadas as peculiaridades de cada caso, considerando sempre o cruzamento dos dados obtidos com a tabela 02, apresentada no capítulo anterior.

Mas, antes da análise, será apresentado o fluxograma geral de uma unidade socioeducativa de internação esclarecendo o funcionamento básico da mesma, de modo a facilitar o entendimento dos projetos estudados.

7.1 Fluxograma geral de uma unidade socioeducativa de internação

O fluxograma de uma unidade considera a existência de cinco fluxos: guarda externa, equipe técnica, socioeducadores, adolescentes e visitas (diagrama 03). A guarda externa não tem acesso ao interior da unidade, apenas controla as saídas e os muros, evitando o contato do jovem com o meio externo.

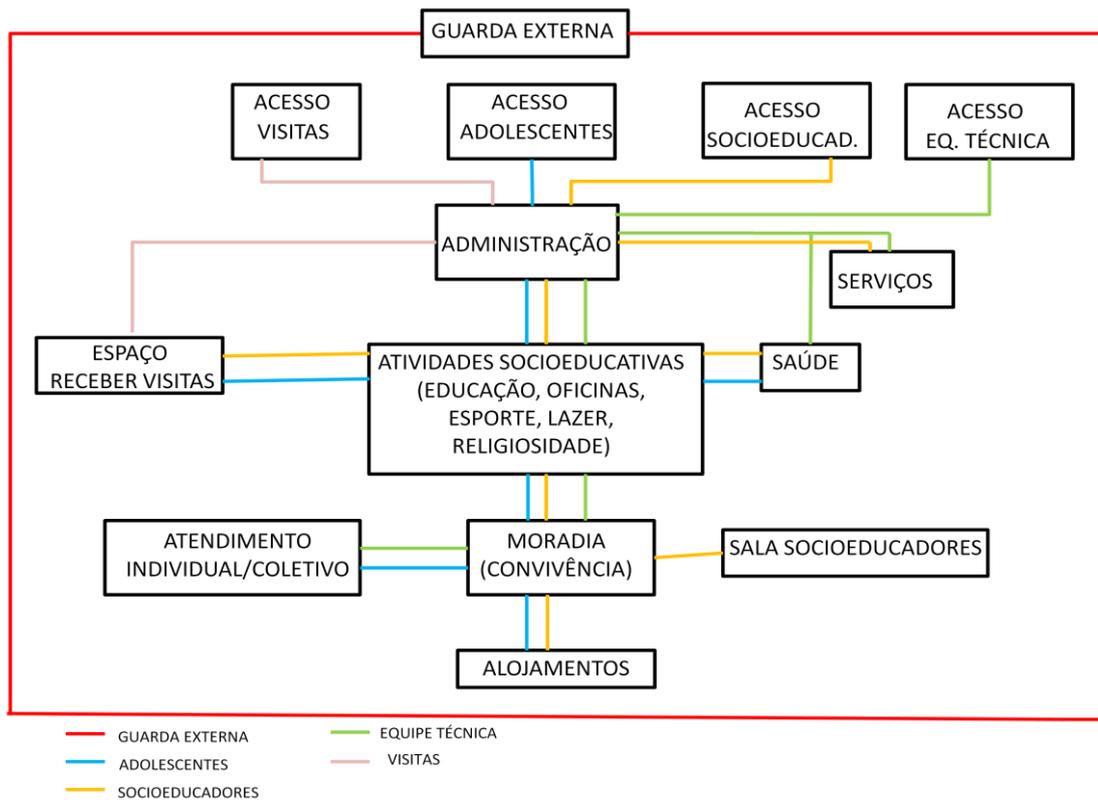


Diagrama 03: Fluxograma de funcionamento de uma unidade socioeducativa de internação. Fonte: Acervo pessoal. Ano: 2011.

A equipe técnica fica geralmente na área administrativa e se desloca aos espaços de uso comum dos adolescentes quando é necessário, no caso do desempenho de determinada atividade ou no atendimento individual e coletivo nas moradias. Normalmente, no atendimento individual está o jovem e um membro da equipe técnica (psicólogo, pedagogo, advogado, etc.). Mas, no caso do atendimento coletivo ou sempre que a equipe técnica considerar necessário, o socioeducador também está presente durante o atendimento.

Os socioeducadores estão constantemente com os adolescentes, de modo que o seu fluxo é praticamente igual ao do jovem, pois acompanham os mesmos em todas as suas atividades, tendo inclusive acesso aos alojamentos individuais.

No horário de dormir, o jovem fica em seu alojamento e os socioeducadores ficam nos corredores ou nas salas de descanso a ele destinada dentro de cada moradia, podendo entrar nos alojamentos sempre que achar necessário.

O fluxo diário dos jovens é direcionado aos locais onde são realizadas as refeições e as atividades escolares, religiosas, de oficinas e de esporte e lazer. À sua ida aos espaços de saúde e administrativo não é rotineira, ocorre de forma esporádica e é sempre controlada pelos socioeducadores ou equipe técnica. Os jovens geralmente não têm acesso às áreas de serviço, com exceção de determinadas unidades cuja proposta pedagógica permite a presença de determinados jovens nessas áreas para trabalho ou aprendizagem, como é caso das que possuem cozinhas-escola.

O fluxo de visitas não é diário, ocorre uma ou duas vezes por semana. A visita tem acesso pela área administrativa e é conduzida aos espaços destinados a receber visitas da unidade. Em determinados casos, esses coincidem com os espaços de uso comum dos adolescentes.

Foram identificados três fluxos principais nas unidades analisadas: adolescentes, equipe técnica e socioeducadores. O que se percebeu foi uma constância no cruzamento dos três fluxos.

O dos socioeducadores e adolescentes, porque os primeiros acompanham os jovens em suas atividades. Já o cruzamento com a equipe técnica ocorreu porque o atendimento dos jovens, muitas vezes, é realizado nas moradias e também porque as atividades socioeducativas estão distribuídas por toda a unidade. Tal fato leva a equipe a se deslocar mais pelo terreno e entrar em contato com adolescentes e socioeducadores ressaltando a presença educativa nos espaços de convivência, o que pode permitir que se estabeleçam novas relações sociais.

O fluxo de visitas não foi considerado no fluxograma funcional, pois a entrada de visitantes não é diária e também nas unidades não há um espaço específico para receber visitas. Com exceção da visita íntima, ao que parece as visitas adentram nos espaços de convívio dos jovens. Essa relação é importante, pois os familiares passam a conhecer a unidade e o seu papel socioeducativo, o que pode contribuir para que entendam inclusive a participação familiar no processo de reinserção social.

O fluxo da guarda externa também não foi considerado, pois não integra o funcionamento interno da unidade. Apesar de não considerá-los no fluxograma funcional, tanto as visitas como a guarda externa foram apreciados na análise dos demais critérios.

7.2 Projeto Unidade A

A unidade A está situada na região Sudeste e, de acordo com a proposta do governo do Estado, outras unidades estão sendo construídas com o intuito de distribuir melhor o atendimento socioeducativo. A edificação é destinada aos jovens do sexo masculino e ocupa um terreno de cerca de 40.000 m², com capacidade para 80 adolescentes.

O terreno possui área muito maior do que a estabelecida pelo SINASE (no mínimo 15.000m²), o que torna o espaço bastante amplo, mas também aumenta os custos da construção e com funcionários, tendo em vista a dimensão do terreno e a constante preocupação com a segurança da unidade.

Sua construção se iniciou em 2004, seguindo as determinações da SEDH que posteriormente seriam formalizadas no documento do SINASE, e foi concluída em 2008, estando em funcionamento há dois anos.

7.2.1 Arranjo dos espaços

A tipologia adotada consiste em blocos soltos distribuídos ao longo do terreno, de modo a formar uma circulação central que conecta os espaços e distribui os fluxos. Como o acesso a cada um dos blocos é único, a circulação permite o cruzamento dos fluxos da equipe técnica, dos socioeducadores e dos adolescentes, o que contribui para a presença educativa.

A distância entre os blocos diminui a sensação de fechamento (figura 19) ocasionado, muitas vezes, pela proximidade de barreiras físicas, tais como muros, portas e janelas. Ao mesmo tempo, a distância dificulta o trabalho dos socioeducadores, pois permite a criação de espaços onde os jovens podem se esconder, o que requer um contingente maior de funcionários.



Figura 19: Visão a partir do acesso principal da unidade. Fonte: Acervo pessoal. Ano: 2010

Quando se adentra na unidade, o que se percebe é que a mesma tem uma área isolada física e visualmente do restante e cujo acesso se dá por um grande portão de ferro (figura 20). Nela se concentram as moradias destinadas à fase inicial de atendimento – onde a proposta pedagógica defende a necessidade de maior contenção dos jovens que chegam à unidade – e ao atendimento especial, que se destina aos jovens que cometem algum ato de indisciplina dentro da própria unidade.



Figura 20: Portão de acesso ao atendimento inicial e especial. Figura 21: Parte interna atendimento inicial e especial. Fonte: Acervo pessoal. Ano: 2010

Tal espaço é, então, o de maior isolamento. Quando o jovem entra na unidade, todas as atividades (escola, oficinas, lazer, esporte e religiosidade) são desenvolvidas ali dentro até que

ele evolua e esteja apto a desempenhar atividades junto com os demais adolescentes, no espaço maior da unidade.

Acredita-se que tal diferenciação é importante para a fase inicial de atendimento, se apresentando como uma estratégia para marcar a mudança de fases do jovem no decorrer do processo evolutivo e favorecendo a diretriz da singularidade do adolescente.

Mas, dependendo da proposta pedagógica adotada, a existência de uma moradia destinada ao atendimento especial pode funcionar como uma espécie de convivência protetora⁷, isolando os jovens dos demais espaços da unidade em todas as fases evolutivas. Devido à separação física existente e por permitir tal isolamento, quer por indisciplina quer pelo ato infracional cometido, tal espaço foi entendido aqui como uma convivência protetora.

Talvez as indisciplinas que ocorreram dentro da unidade possam ser resolvidas através da não participação em determinada atividade, sendo desnecessária a presença de um espaço de isolamento específico para isso, pois, dependendo da proposta, o atendimento especial pode funcionar como um espaço meramente punitivo.

Além do isolamento por muros, no projeto arquitetônico foi desenhada uma separação, provavelmente um alambrado, que isolava a área administrativa e de saúde do restante da unidade (figura 22). Tal separação parece ser uma estratégia adotada no projeto arquitetônico para marcar o setor externo, área de maior segurança, de modo a isolá-lo do restante da unidade.

Mas, o que se percebeu na visita foi a ausência dessa divisão e uma tentativa de integrar o setor externo com o restante dos espaços da unidade. É importante considerar que apesar disso, a área administrativa e de saúde se localizam em um nível mais elevado do terreno, o que pode prejudicar a horizontalidade das informações e favorecer a visão hierárquica da área administrativa.

⁷ Destinada ao jovem que se encontra ameaçado pelos demais pelo ato infracional cometido, no caso do crime de estupro, por exemplo.



Figura 22: Planta baixa com identificação dos quatro setores: externo, convivência protetora, atividades socioeducativas e moradias, tracejado em azul. Fonte: Governo do Estado A com adaptações. Ano: 2010.

Com exceção das moradias destinadas à convivência protetora, as demais estão distribuídas em quatro blocos pelo terreno e possuem a mesma configuração: uma área de convivência interna, alojamentos individuais, salas de atendimento e um espaço destinado ao socioeducador.

As moradias possuem espaços de uso comum, de onde é possível visualizar o restante da unidade através das janelas baixas (figura 23); e espaços de maior privação, representados pelos alojamentos, onde a visualização dos espaços externos é restrita e o jovem tem visão para o pátio interno das moradias por meio de janelas basculantes (figura 24).



Figura 23: Moradias distribuídas como casas dentro da unidade. Figura 24: Pátio interno e alojamentos individuais das moradias. Fonte: Acervo pessoal. Ano: 2010

O que se percebe é que a distribuição das moradias em blocos permite um tratamento mais individualizado do jovem, porque reduz o grupo em grupos menores (de até 14 adolescentes), mas os blocos também permitem o isolamento dos jovens, nos casos em que é necessária maior contenção.

Apesar do programa de necessidades das moradias estar de acordo com o documento do SINASE, determinadas questões devem ser consideradas.

A presença de salas de atendimento em cada uma das moradias, por exemplo, é interessante, pois faz com que a equipe técnica entre na moradia do adolescente e conheça melhor aquela realidade. Mas, por outro lado, existem muitas salas (três em cada moradia) para atender um grupo de, no máximo, 14 adolescentes. As salas, provavelmente, ficam ociosas durante boa parte do tempo. A equipe só as utiliza quando vai conversar com os jovens, pois na parte administrativa existe uma sala destinada a cada profissional.

Talvez a redução para uma sala de atendimento por moradia poderia reduzir os custos com o projeto e com a manutenção. Já a existência da sala do socioeducador é importante, pois eles estão com o jovem o dia inteiro e precisam de um lugar para apoio e descanso nos plantões noturnos.

Assim como as moradias, os espaços de uso comum estão distribuídos em toda a unidade. A distribuição em blocos facilita a proposta socioeducativa e distancia a configuração da unidade do arranjo de uma penitenciária, onde os módulos são sempre muito juntos para facilitar o controle.

Outro ponto que contribui para a visão socioeducativa do espaço é a localização da escola numa distância que permite ao jovem sair da sua moradia e se deslocar até ela. O bloco de educação também foi valorizado na implantação, ficando numa posição central no terreno.

Já as oficinas estão entre o bloco educacional e os espaços de esporte e lazer, mas sua localização não é tão destacada. O espaço disponível são quatro salas de uso múltiplo, cuja dimensão não permite que sejam realizadas oficinas profissionalizantes que requerem um espaço maior.

O que se percebe é que as atividades a serem desempenhadas nas oficinas não foram definidas previamente na proposta pedagógica, fato que limita a escolha de atividades para as que não requerem grandes dimensões. Acredita-se que o espaço para oficinas precisa de salas de diferentes tamanhos de modo a permitir certa flexibilidade, tanto no caso da escolha das atividades, bem como nas mudanças ocorridas na proposta pedagógica.

O refeitório (figura 25) foi considerado como espaço de grande potencial socioeducativo da unidade, pois se apresenta como um ponto de encontro de todos os que fazem parte do sistema. Toda a comunidade socioeducativa faz suas refeições naquele espaço, o que foi observado durante visita *in loco*. Tal fato permite que se vivencie a diretriz da presença educativa, proporcionando maiores relações de convívio entre equipe técnica, adolescentes e socioeducadores.



Figura 25: Refeitório com funcionários e adolescentes fazendo as refeições no mesmo espaço. Fonte: Acervo pessoal. Ano: 2010

Ao analisar a proporção dos espaços, foi dado destaque às áreas de convívio dos jovens e aos espaços de maior privação, que seriam os alojamentos. O que se percebe na figura 26, é a maior proporção dos espaços de convívio em relação aos de privação, fato que destaca a prioridade no projeto de espaços que possibilitam o relacionamento entre os jovens e entre esses e os demais funcionários.



Figura 26: Planta baixa destacando espaços de privação e de convivência na unidade. Fonte: Governo do Estado A com adaptações. Ano: 2010.

Em relação à proporção dos espaços de convívio, o espaço destinado à educação é bem significativo. Não existem apenas salas de aula, o módulo funciona como uma escola dentro da unidade. Já o espaço destinado às oficinas que, se profissionalizantes, preparam o jovem para o mercado de trabalho, são pequenos e não parecem focar tanto na preparação para sair da unidade, tais atividades parecem ocorrer através de parcerias com outras empresas e fora do espaço da unidade.

Os espaços destinados ao esporte e lazer são bem significativos, tendo uma boa diversidade de espaços para realização dessas atividades: pista de atletismo, piscina, quadras, sala de ginásticas, etc. Tal diversidade dá à equipe a possibilidade de realizar várias atividades de cunho pedagógico com os jovens.

É importante ressaltar que a grande dimensão do terreno e a distância entre os blocos permitem a formação de áreas que os socioeducadores nem sempre conseguem visualizar, o que pode facilitar ações de violência e anti-pedagógicas. Tal fato demanda a necessidade de um efetivo maior para a unidade, o que acarreta mais custos, que poderiam ser reduzidos se a distância entre os blocos fosse menor.

Mesmo assim, no arranjo o que se percebe é que os espaços têm uma configuração onde a socioeducação prevalece em relação às estratégias de disciplina como controle, que é simbolizada principalmente pelos muros que separam a edificação do meio externo e que isolam a convivência protetora.

7.2.2 Barreiras e permeabilidades

Devido à existência de uma circulação central que distribui as atividades, o estudo das barreiras e permeabilidades destacou a presença de espaços mais permeáveis, com um número reduzido de barreiras ao se passar de um ambiente para outro. Tal fato diminui o nível de profundidade dos alojamentos em relação aos espaços de convívio da unidade.

A amplitude do terreno e a distância entre os blocos criam espaços mais abertos, onde as barreiras existentes são mais visíveis quando se adentra no bloco das moradias, marcada principalmente pelas portas e janelas que delimitam os alojamentos individuais.

As barreiras existentes, com exceção das janelas altas dos alojamentos individuais, permitem uma visibilidade das áreas abertas da unidade, o que amplia o campo de visão e cria espaços mais integrados.

As barreiras totais que mais se destacam no terreno são os muros altos que isolam o edifício do restante da cidade, bem como o que separa a convivência protetora do restante da unidade, como pode ser visto na figura 27:

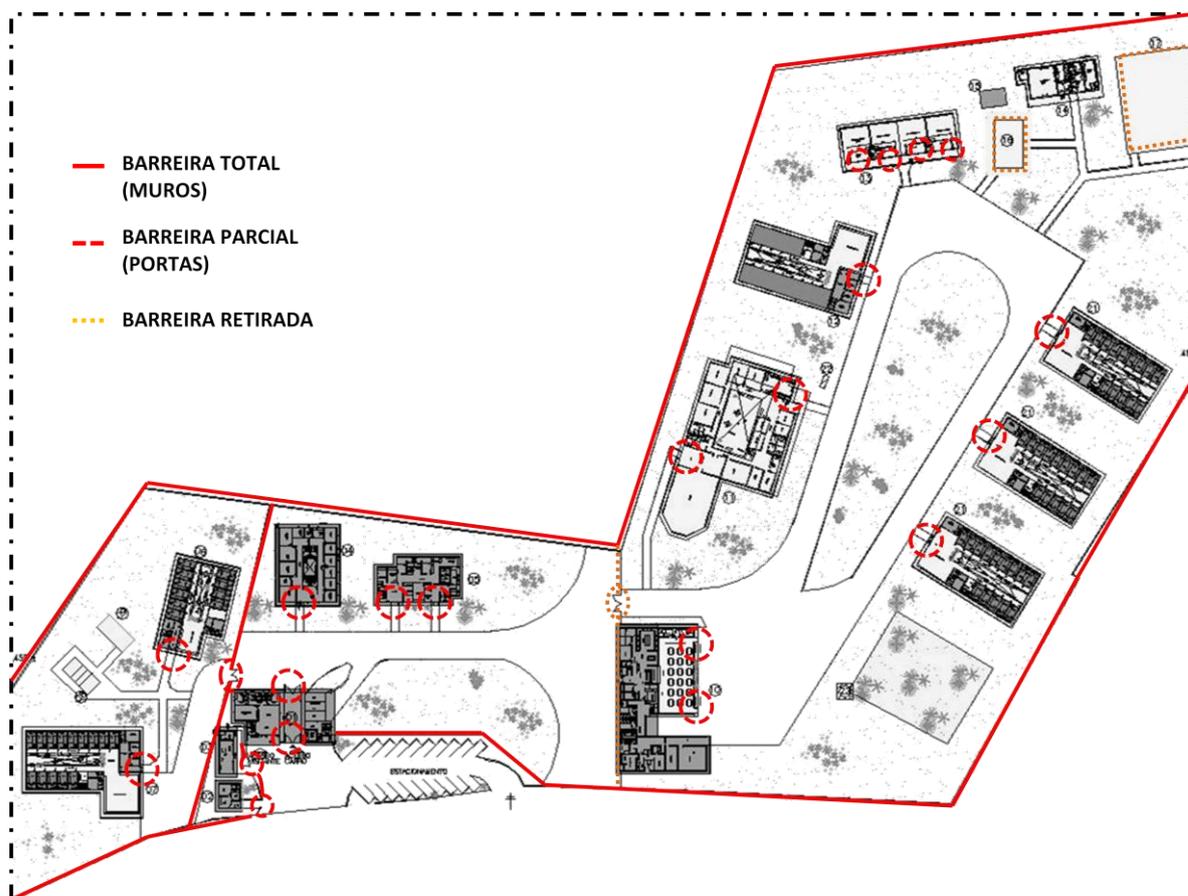


Figura 27: Planta baixa com as barreiras existentes na unidade. Fonte: Governo do Estado A com adaptações. Ano: 2010.

Durante a visita, bem como com entrevista realizada com o diretor da unidade, o que se observou é que a autonomia de ir e vir, dentro dos limites da unidade, é concedida aos jovens que estão em fases mais evoluídas do atendimento. Esses têm a possibilidade de circular sem ser acompanhados e vigiados constantemente pelos socioeducadores.

Assim, o que se percebe é a utilização do espaço de maneira socioeducativa. A liberdade de circular pela unidade é concedida aos poucos ao adolescente, que vai aprendendo também a conviver de acordo com as regras estabelecidas.

Dentro das moradias, o que se percebe é um número maior de barreiras parciais (portas), que distanciam os alojamentos individuais da saída. São três barreiras até a saída do bloco, tal como mostra figura 28:

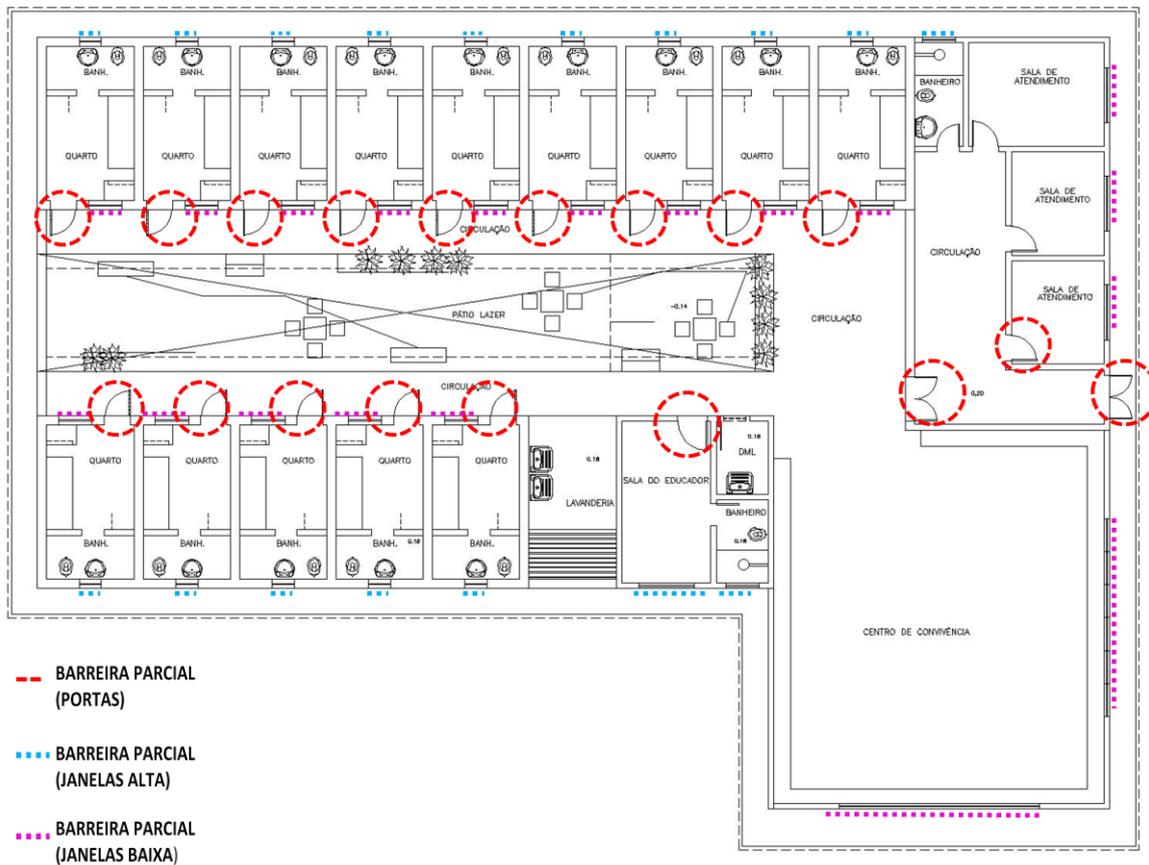


Figura 28: Planta baixa com as barreiras existentes nas moradias. Fonte: Governo do Estado A com adaptações. Ano: 2010.

No interior de cada alojamento, há uma maior preocupação com a disciplina como controle. As janelas que dão para as áreas externas ao bloco são sempre janelas altas (figura 28 e 30) que dificultam a visualização dos espaços de convívio existentes. Só é permitida a visualização do pátio interno das moradias, por meio de janelas baixas do tipo basculante, que permitem também a entrada de luz e ventilação.

Os alojamentos e banheiros são individuais, o que dá certa privacidade e contribui para o respeito da singularidade do adolescente. Mas, as grades de ferro vazadas das portas e as janelas basculantes, também permitem uma visualização do que se passa ali dentro e parecem lembrar aos jovens que eles estão privados de sua liberdade e estão sendo vigiados constantemente (figura 29). De acordo com entrevistado 1, as grades são simbólicas:

[...] Tem que ser um espaço que possa se humanizar cada vez mais, mas tem que ser um espaço que tem que ter grade, porque em algum momento aquele adolescente precisa perceber que está contido, que o seu direito de ir e vir está limitado. As grades são simbólicas em relação a isso, mas se ele conseguir compreender isso, e

que para sair ele precisa cumprir uma proposta socioeducativa e que a equipe também precisa ajudá-lo a fazer isso, ele vai se libertando dessas grades, que aí ela tem um efeito muito mais simbólico. [...]



Figura 29: Portas e janelas dos alojamentos individuais. Figura 30: Alojamentos individuais com banheiro ao fundo. Fonte: Acervo pessoal. Ano: 2010.

A questão da contenção já está presente quando o adolescente tem todas as suas atividades reguladas, quando são impostos a ele limites, quando ele é privado da realização de determinada atividade por conta da indisciplina. Assim, acredita-se aqui que talvez as grades possam ser substituídas por outras formas arquitetônicas, que não remetam à prisão.

O fechamento das portas limita a visibilidade do interior dos alojamentos e dos banheiros individuais o que favorece a privacidade dos jovens, tal como mostra figura 31.

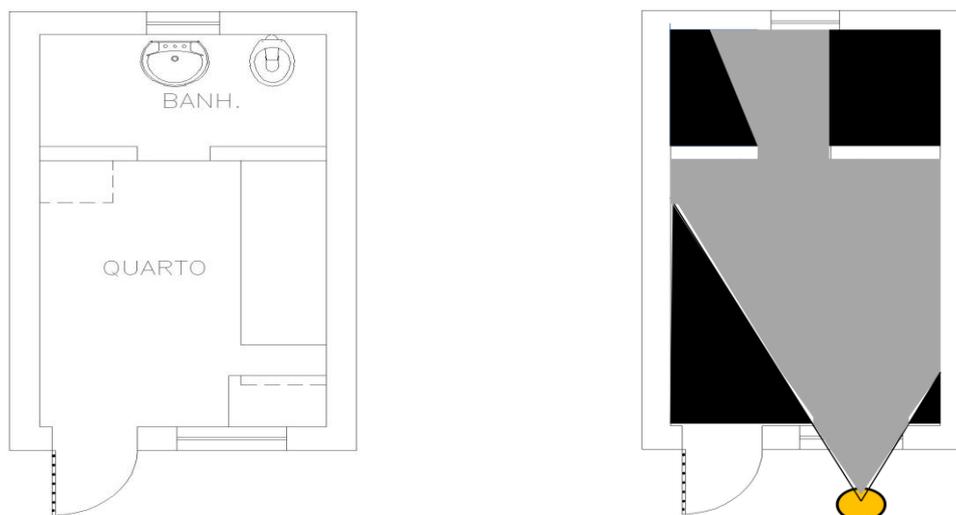


Figura 31: Planta baixa com simulação da visibilidade do socioeducador para parte interna dos alojamentos individuais. Fonte: Governo do Estado A com adaptações. Ano: 2010.

As barreiras parciais (janelas) dos alojamentos do atendimento inicial e especial (convivência protetora) apresentam uma distinção das demais: além dos basculantes, elas têm grades de ferro que simbolizam a privação de liberdade e parecem lembrar aos jovens que entram, bem como aos que cometem ato de indisciplina na unidade, a sua real condição (figura 32). Tal característica destaca, mais uma vez, esse espaço como o de maior contenção.



Figura 32: Grades de ferro dos alojamentos do atendimento inicial e especial. Fonte: Arquivo pessoal. Ano: 2010.

Ao analisar os grafos justificados, considerando como raiz os alojamentos individuais, se observou que o pátio aberto, que distribui o acesso a cada um dos blocos, tornou os níveis de profundidade dos alojamentos em relação aos demais espaços de convivência praticamente iguais, bem como em relação à área administrativa. (diagrama 04)

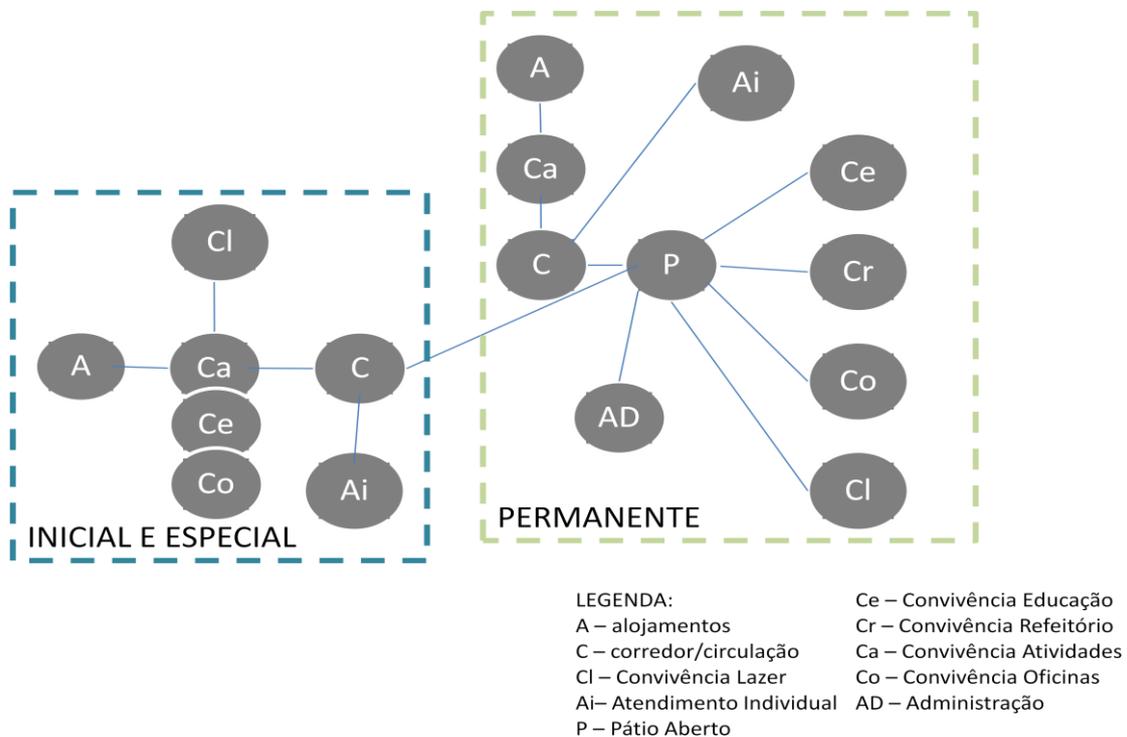


Diagrama 04: Grafos Justificados da unidade A. Fonte: Arquivo Pessoal. Ano: 2010.

Apesar de distribuir todas as atividades e de ser um espaço de cruzamento de fluxos, o pátio aberto não se configura como um local de encontro, pois não há qualquer área sombreada ou local que possibilite o convívio entre os jovens e demais funcionários.

Quando se considera os alojamentos destinados ao atendimento inicial e especial, o que se percebe é o aumento dos níveis de profundidade em relação às atividades de convívio dos demais adolescentes. Tal fato comprova a segregação desse espaço em relação aos demais, configurando-o mais como um espaço onde prevalece a disciplina como controle ao invés da socioeducação.

Ao analisar o fluxograma funcional, percebe-se que o cruzamento dos fluxos favorece a ação socioeducativa e é facilitado pela presença de uma circulação central e única, bem como de um único acesso para a maioria dos espaços da unidade.

Já quando se analisa o fluxo dentro das moradias (figura 33), o que se observa é que o fluxo da equipe técnica se restringe às salas de atendimento e aos espaços de uso comum dos jovens. A privacidade dos adolescentes é preservada nos alojamentos individuais, onde a equipe técnica dificilmente circula e os socioeducadores entram nos quartos apenas para vistoria.

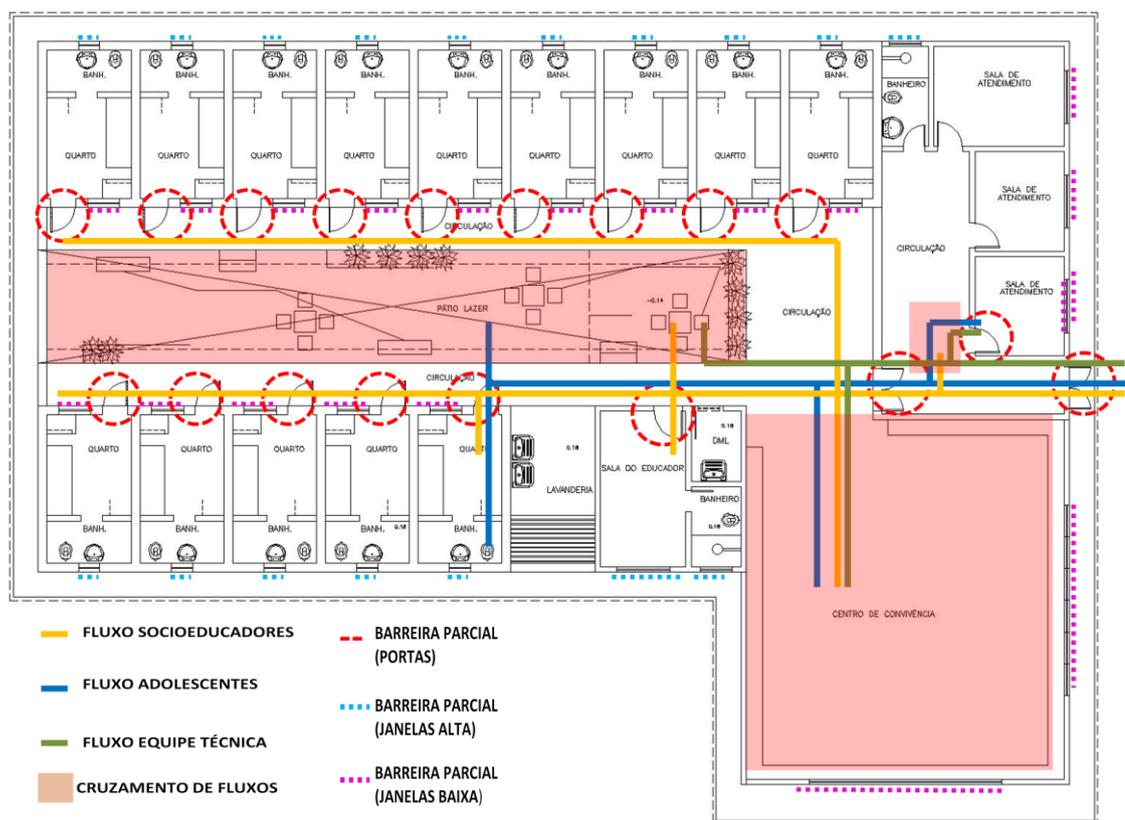


Figura 33: Planta baixa com as barreiras e fluxos existentes nas moradias. Fonte: Governo do Estado A com adaptações. Ano: 2010.

Na análise do projeto arquitetônico da unidade A, considerando o arranjo dos espaços e as barreiras e permeabilidades, constatou-se a preocupação do projetista em criar uma configuração diferenciada e que permite à equipe trabalhar de forma socioeducativa com conceitos tais como autonomia, mesmo dentro de um ambiente de privação de liberdade.

Mas, o projeto também possui instrumentos de controle na medida em que a distribuição em blocos permite controlar um número menor de jovens em caso de rebeliões ou motins. O controle se destaca também pela presença dos muros ao redor da unidade, pela

localização do setor externo, bem como do atendimento especial, que está isolado dos demais espaços e se configura como uma espécie de convivência protetora.

Outra questão que precisa ser considerada é a necessidade de espaços maiores para o desempenho de atividades profissionalizantes, como também de espaços para religiosidade e visitas íntimas, que não existem na unidade.

7.3 Projeto Unidade B

A unidade B fica na região Centro-Oeste e está localizada no interior do estado, bem distante da capital. De acordo com proposta pedagógica, a idéia foi fruto da necessidade de regionalização dos centros de atendimento socioeducativo no estado, onde os jovens poderiam ficar mais próximos de suas famílias e comunidades.

Sua construção se iniciou no ano de 2004 e foi concluída em 2008. Com uma área total de 24.000m², a unidade atende adolescentes de 21 municípios e tem capacidade para 80 jovens, sendo eles do sexo masculino e feminino.

O terreno abriga duas unidades: a de internação provisória, com capacidade para 28 jovens, e a de internação permanente, para 52 jovens. Dez desses alojamentos são destinados à convivência protetora. A administração, o bloco de saúde, o educacional e o de oficinas são comuns às duas unidades, por isso a análise considerou o edifício como um todo.

De acordo com entrevistado 5, esta foi a primeira unidade construída de acordo com os princípios do SINASE e a idéia era que a ela servisse como modelo para a construção de outras unidades pelo Brasil. Tal como narra o entrevistado, uma das exigências passadas pela SEDH foi a “quebra de paradigmas no que diz respeito à inclusão do menor infrator na sociedade, a intenção deles (*SEDH*) é a descaracterização física, bem como a mudança administrativa do sistema que existe hoje no país para a recuperação desse menor infrator.”

O que se percebe é que o desconhecimento sobre o que é o espaço socioeducativo por parte dos projetistas foi minimizada pelas determinações da SEDH, que antecederam o SINASE, bem como pelas reuniões com a equipe técnica. De acordo com entrevistado 4:

Esta foi a primeira unidade construída especificamente para essa finalidade, respeitando os padrões do SINASE, então, inicialmente, até a própria equipe de engenharia teve dificuldades nesse processo de elaboração. Eles pensaram em algo com uma segurança estrita, como uma prisão, inicialmente e, aos poucos a gente foi

quebrando esses paradigmas mostrando qual era o lado humanizado do atendimento socioeducativo que se pretendia realizar lá dentro dessas unidades.

Tal afirmação revela a necessidade de especialização por parte dos arquitetos e engenheiros para trabalhar com projetos dessa natureza, bem como a necessidade de uma equipe multidisciplinar no processo de produção desse espaço.

7.3.1 Arranjo dos Espaços

A quebra de paradigmas, de que fala o entrevistado 5, foi percebida no arranjo dos espaços que se diferenciam totalmente da rigidez e da linearidade do partido arquitetônico tão comum na arquitetura prisional. O que se percebe é uma tentativa de diferenciação do partido adotado, com o objetivo claro de distanciá-lo dos elementos arquitetônicos utilizados no sistema prisional, o que está presente no discurso do entrevistado 5:

[...] A grande preocupação foi criar essa imagem de escola para essas instituições, descaracterizando totalmente de uma construção rígida, rústica que tirasse essa imagem de cadeia e de penitenciária. Houve preocupação na forma, nas cores, na descaracterização das vedações no que diz respeito às esquadrias [...]

A importância dessa distinção é ressaltada também pelo entrevistado 4, ao comparar essa nova unidade com as antigas que não respeitam aos parâmetros do SINASE e ainda existem no Estado:

[...] A diferença dessa para as outras unidades é que o adolescente passa a enxergar a medida de uma maneira diferente e a se ver de maneira diferente dentro da medida. Quando ele está dentro de um ambiente com características prisionais, ele acaba atribuindo a ele a condição de “bandido”, como se estivesse no cumprimento de uma pena, quando ele vai para uma unidade que contribui para a quebra desses paradigmas, inclusive relacionados aos padrões arquitetônicos, ele passa a se ver diferente dentro da medida, considerando inclusive as possibilidades que ele tem de ressocialização dentro desse processo. [...]

Na implantação do edifício, podem-se identificar ao invés de duas unidades, três unidades distintas: além da provisória e da permanente, há a unidade de convivência protetora, cuja existência está descrita tanto no SINASE, como no projeto pedagógico e na especificação de arquitetura desta unidade (figura 34). Essa última define que, os materiais utilizados para a construção assim como os detalhamentos de portas, janelas, elétrica e hidráulica, são diferenciados dos demais ambientes “para maior proteção dos usuários”.

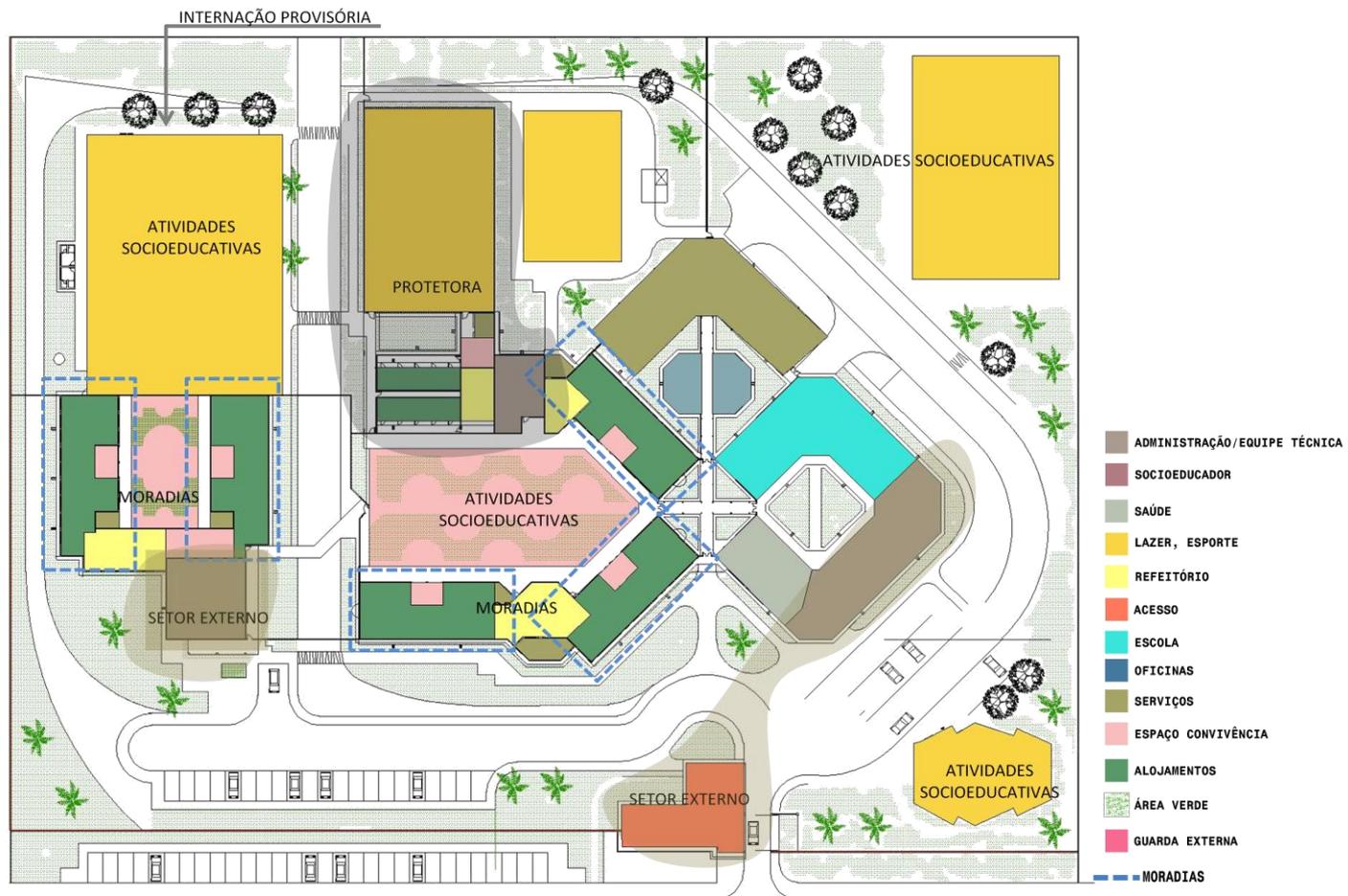


Figura 34: Planta baixa com identificação do programa de necessidades da unidade. Fonte: Governo do Estado B com adaptações. Ano: 2010

A convivência protetora se configura como área de contenção e isolamento que segrega determinados jovens do restante da unidade, se assemelhando a um “mini-presídio” dentro de uma unidade de internação.

Ela se configura como outra unidade inclusive quando se observa algumas características que a difere das demais moradias. Uma delas é a existência de salas de atendimento internas, de modo que o jovem não precisa se deslocar até a área administrativa para ser atendido (como ocorre com os demais jovens) e assim circula menos pela edificação.

Na convivência protetora há também uma área de lazer diferenciada (uma quadra de areia), o que diminui o fluxo desses jovens nos demais espaços da unidade. A ausência de espaços para escola e oficinas dentro da protetora faz questionar se os espaços existentes na unidade para o desempenho dessas funções são utilizados por todos os adolescentes ou se há

alguma restrição em relação ao jovem que está na protetora, o que reforçaria a idéia de contenção.

O projeto arquitetônico distribui os espaços em torno de dois pátios centrais: um voltado para unidade de internação provisória e outro voltado para unidade de internação permanente. Foi adotado como tipologia o pátio interno e a edificação foi projetada em torno desses pátios. É através deles que os blocos se interligam, o que permite o cruzamento de fluxos e favorece a comunicação e a presença educativa.

Os pátios centrais se configuram como praças e estas, de acordo com o SINASE, são espaços destinados a receber as famílias. Dessa forma, o partido arquitetônico parece considerar os espaços de encontro e convivência como importantes na atividade socioeducativa. A presença de áreas verdes nos pátios ressalta a tentativa de humanizar os espaços da unidade e de retirar qualquer semelhança com os presídios.



Figura 35: Pátio central com alojamentos ao redor. Fonte: Acervo pessoal. Ano: 2010

A edificação é distribuída em blocos que estão sempre interligados por circulações, o que limita o campo de visão do jovem e prejudica a visão da horizontalidade e amplitude da unidade. Mas, ao mesmo tempo, tal configuração permite uma maior relação entre funcionários e adolescentes contribuindo para a presença educativa, pois a circulação é única e os blocos estão bem próximos.

Tal tipologia favorece também a segurança, na medida em que os espaços de convívio centrais (as praças) são delimitadas por portas que podem servir como instrumento de controle de um determinado grupo, evitando assim a formação de aglomerados, o que facilita a manutenção da ordem (figura 36).



Figura 36: Circulação de um bloco para outro é delimitada por portas. Fonte: Acervo pessoal. Ano: 2010

Na medida em que restringem a passagem e concentram determinadas atividades, separam áreas e determinam o que deve ser feito ali. Tal como narra entrevistado 5: “na disposição em blocos e, isolando estes com um acesso, de uma certa forma, se está filtrando esses fluxos. Se for necessário, por exemplo, isolar um bloco do outro isso é permitido, o que não quer dizer que vai ficar o tempo todo. Mas que oferece condições de isolamento oferece.”

Assim, a disposição dos blocos de moradias em torno de pátios centrais favorece o papel socioeducativo, mas também pode ser utilizada como estratégia para disciplina como controle, que fica a cargo da administração da unidade.

Mas o espaço interno dos blocos de moradias não a configura como uma moradia tal como descreve o SINASE: não existem espaços para socioeducadores e nem para atendimento dos adolescentes. A moradia se restringe basicamente aos alojamentos individuais, o que mais se assemelha às antigas formas de aprisionamento, (ver figura 3 e 4) com um corredor principal que distribui a entrada para os alojamentos, tal como mostra figura 37 e 38.



Figura 37: Corredor principal que dá acesso aos alojamentos. Figura 38: Portas que dão acesso ao corredor.
 Fonte: Acervo pessoal. Ano: 2010

Além dos pátios centrais e das moradias, existem mais outros dois blocos na unidade: um que concentra a parte de serviços e as oficinas e outro que concentra a administração e a área educacional.

O espaço para educação está bem próximo da ala administrativa e de saúde, o que parece uma incoerência, pois o funcionamento dessas duas últimas requer silêncio e concentração, fato que não é compatível como um grupo de jovens passando constantemente pelos corredores próximos. Mas, é na educação que os jovens passam boa parte do dia e a proximidade da administração pode facilitar o controle.

Além do controle, a proximidade da escola com a administração favorece a presença educativa e contribui para a horizontalidade das informações, pois, apesar de ser próxima à saída da unidade, a administração (setor externo) está integrada com o restante da edificação. (ver figura 34)

Como foi visto a área educacional não está em um bloco único, como uma escola, mas determinadas salas dentro da unidade desempenham o papel da escola. O adolescente não circula por áreas externas para chegar a esse espaço, o que favorece a disciplina como controle.



Figura 39: Pátio que dá acesso às salas de aula. Fonte: Acervo pessoal. Ano: 2010

A implantação das duas salas de oficinas próximas aos serviços parece posterior à definição dos demais espaços da unidade, pois sua localização está no centro do que era para funcionar como mais um pátio (ver figura 34). Outros espaços com o nome de “atividades” se distribuem próximos aos alojamentos, mas são pequenos e parecem não servir para o desempenho de qualquer atividade.

O que se percebe é que os espaços destinados a atividades profissionalizantes são pequenos, restringindo as atividades desempenhadas, e estão numa localização que não os favorece. Há que se ressaltar que na unidade provisória e protetora não foram previstas salas ou espaços para atividades educacionais e de oficinas, o que também enfraquece a proposta socioeducativa.

Ao analisar a proporção dos espaços (figura 40), os destinados ao convívio possuem área significativa em relação aos espaços de privação, o que revela a prioridade de locais que permitem a socialização dos jovens e demais funcionários. Quanto aos espaços de convívio, o que se percebe é a diversidade de espaços destinados às atividades de lazer e esporte: piscina, quadra de areia, quadra poliesportiva (figura 42), anfiteatro, além dos espaços de convívio nos pátios centrais.

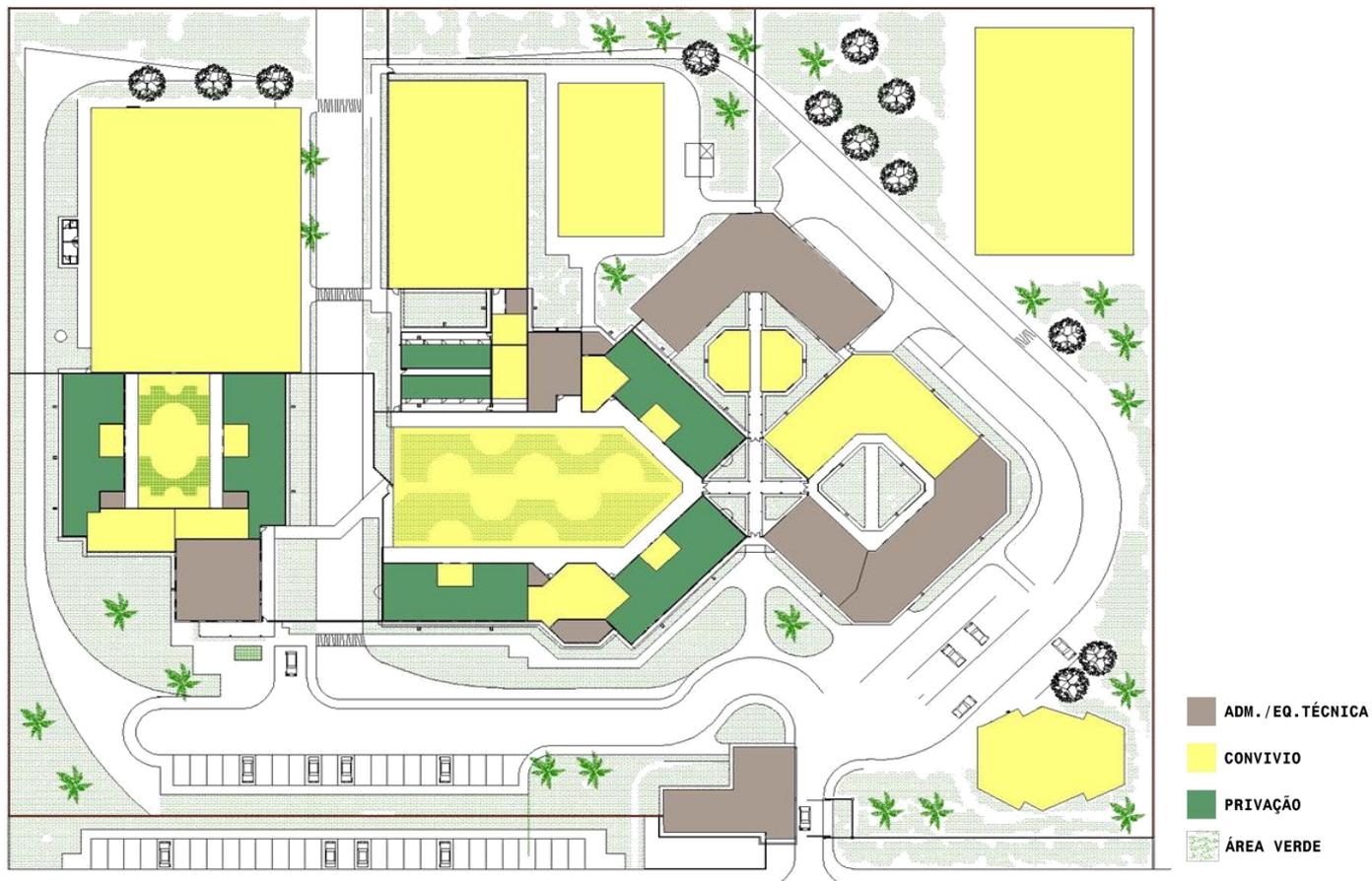


Figura 40: Planta baixa com identificação dos espaços de convívio e privação. Fonte: Governo do estado B com adaptações. Ano: 2010

Mas, desconsiderando as quadras de esportes e piscina que exigem uma área grande e, considerando apenas os pátios centrais, o espaço destinado à educação e as oficinas são bem pequenos quando comparados aos de esporte e lazer, o que pode enfraquecer a proposta pedagógica, pois a educação e o espaço destinado às oficinas podem ser prejudicados pela dimensão reduzida.

Pelo que se pode notar, o projeto arquitetônico foi elaborado antes da elaboração da proposta pedagógica definitiva, pois na proposta não estão definidas as atividades de oficinas. Tal fato inviabiliza a existência de espaços para a realização de determinadas atividades profissionalizantes, a escolha da atividade fica condicionada à dimensão das salas existentes (figura 41).



Figura 41: Sala para oficinas pedagógicas. Figura 42: Quadra de esportes. Fonte: Acervo pessoal. Ano: 2010

O arranjo dos espaços permite uma integração dos ambientes existentes e destaca a presença educativa e os espaços de convívio com a família, o que contribui para que se entenda a família como integrante na ação socioeducativa. Em contrapartida, a proximidade dos blocos permite a adoção de estratégias para a contenção e pode facilitar a adoção da disciplina como controle.

7.3.2 Barreiras e permeabilidades

No estudo das barreiras e permeabilidades (figura 43) se identifica a separação física entre as três unidades: a provisória, a de internação e a convivência protetora, que são isoladas por muros umas das outras. Dessa forma, as atividades educacionais e de oficinas parecem ficar ainda mais distantes da provisória e da protetora.

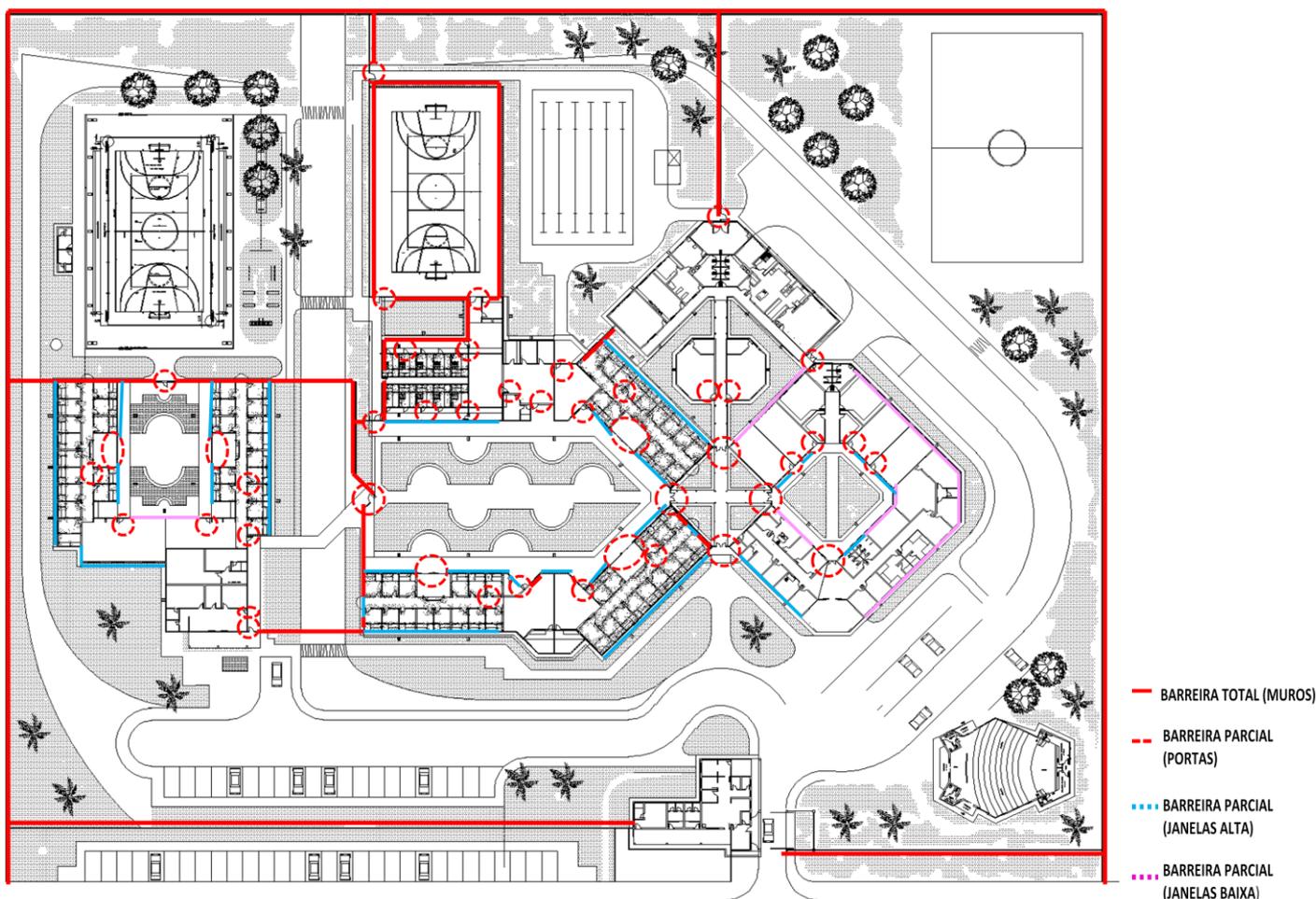


Figura 43: Planta baixa com as barreiras totais e parciais da unidade. Fonte: Governo do Estado B com adaptações. Ano: 2010

Os muros internos, que separam a unidade permanente da provisória, têm altura de 2,95m. Tal altura permite a separação física entre as unidades, mas não impede o contato visual devido à declividade do terreno, que permite que os jovens que estão na unidade provisória visualizem a unidade de internação permanente, fato que diminui a sensação de fechamento (figura 43). Já os muros que isolam a convivência protetora têm altura de 6m, o que torna esse espaço separado física e visualmente dos demais ressaltando seu isolamento em relação ao restante da unidade.



Figura 44: Visão da internação provisória para à permanente. Fonte: Acervo pessoal. Ano: 2010

As barreiras parciais (portas e janelas) têm um *design* diferenciado (figura 45 e 46) que as distinguem das grades de ferro comuns nos espaços de aprisionamento. Todas elas são pintadas de cores vivas, o azul e o amarelo, na tentativa de minimizar a idéia de privação de liberdade, fortalecendo a proposta do arquiteto que considera que a unidade deve se assemelhar a uma escola e não a um presídio.



Figura 45 e 46: Portas e janelas da unidade. Fonte: Acervo pessoal. Ano: 2010

Apesar da nova identidade das portas e janelas, a relação de integração entre os espaços da unidade é sempre regulada por portas, de modo que a sua abertura ou fechamento,

a opção pela autonomia ou pela disciplina como controle, depende exclusivamente da gestão da unidade e da equipe técnica responsável.

Com a presença das portas delimitando os espaços, o projeto permite uma flexibilidade e a possibilidade de ser utilizado de duas formas: integrado, dando ao jovem a liberdade de circular por certos espaços da unidade; como também segregado, fechado e com suas atividades reguladas e controladas pelos socioeducadores e equipe técnica, através do fechamento e da abertura de portas.

Durante a visita o que se observou é que as portas permanecem fechadas e a circulação dos jovens é sempre controlada e vigiada pelos socioeducadores, prevalecendo assim a disciplina como controle, sendo esta utilizada apenas para manutenção da ordem e não como forma de aprendizado.

Nos alojamentos individuais, espaços de maior privacidade dos adolescentes, as portas têm o mesmo *design*, formas circulares vazadas, o que permite o controle por parte dos socioeducadores quando circulam pelos corredores, como pode ser observado na figura 47:

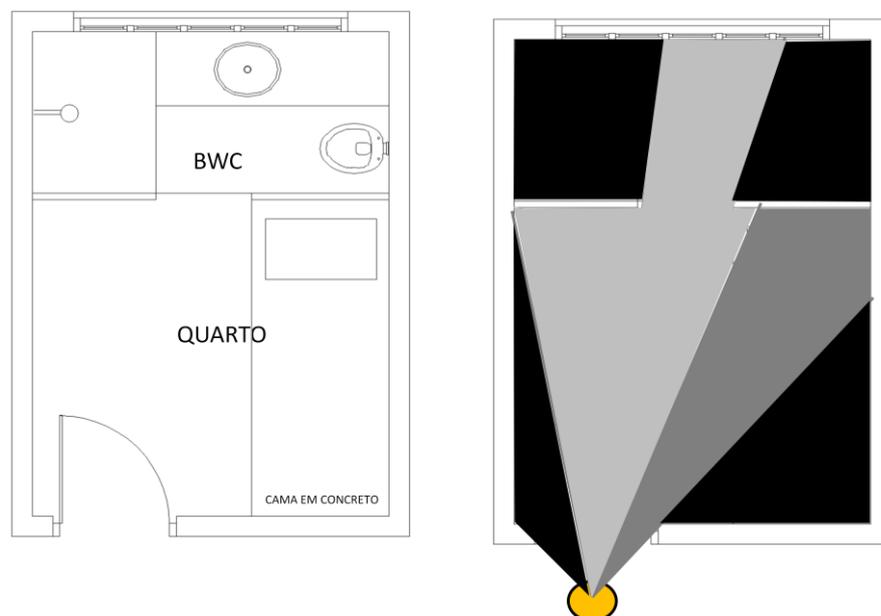


Figura 47: Planta baixa com simulação da visibilidade do socioeducador para parte interna dos alojamentos individuais. Fonte: Governo do Estado B com adaptações. Ano: 2010.

Já as janelas dos alojamentos individuais são janelas altas que não permitem uma visualização do que está no exterior, a não ser de forma intencional (subindo em algum lugar, por exemplo), mas permitem uma boa iluminação dos espaços (figura 48):



Figura 48: Alojamento individual. Fonte: Acervo pessoal. Ano: 2010

Talvez pela semelhança dos alojamentos com uma moradia, o arquiteto pensou na utilização de vidros para fechamento das janelas. Mas esses, segundo equipe técnica, funcionam como armas para os jovens e colocam em perigo a sua vida e a dos outros. Tal fato nos leva a ressaltar a importância de pensar cuidadosamente sobre os materiais construtivos a serem utilizados nesses espaços, pois os mesmos devem aliar segurança à socioeducação, sem deixar de lado aspectos de sustentabilidade, economia e funcionalidade.

Já as janelas baixas só existem nas áreas administrativas e nos espaços de uso comum, tais como as salas de aula e salas para oficinas.

As barreiras parciais (portas) distanciam ainda mais a convivência protetora e a provisória dos espaços educacionais e de oficinas. Além do pátio central, todas as circulações de um módulo para outro são isoladas por portas, o que permite um maior controle dos espaços no caso de motins e rebeliões, por exemplo, como mostra figura 49.

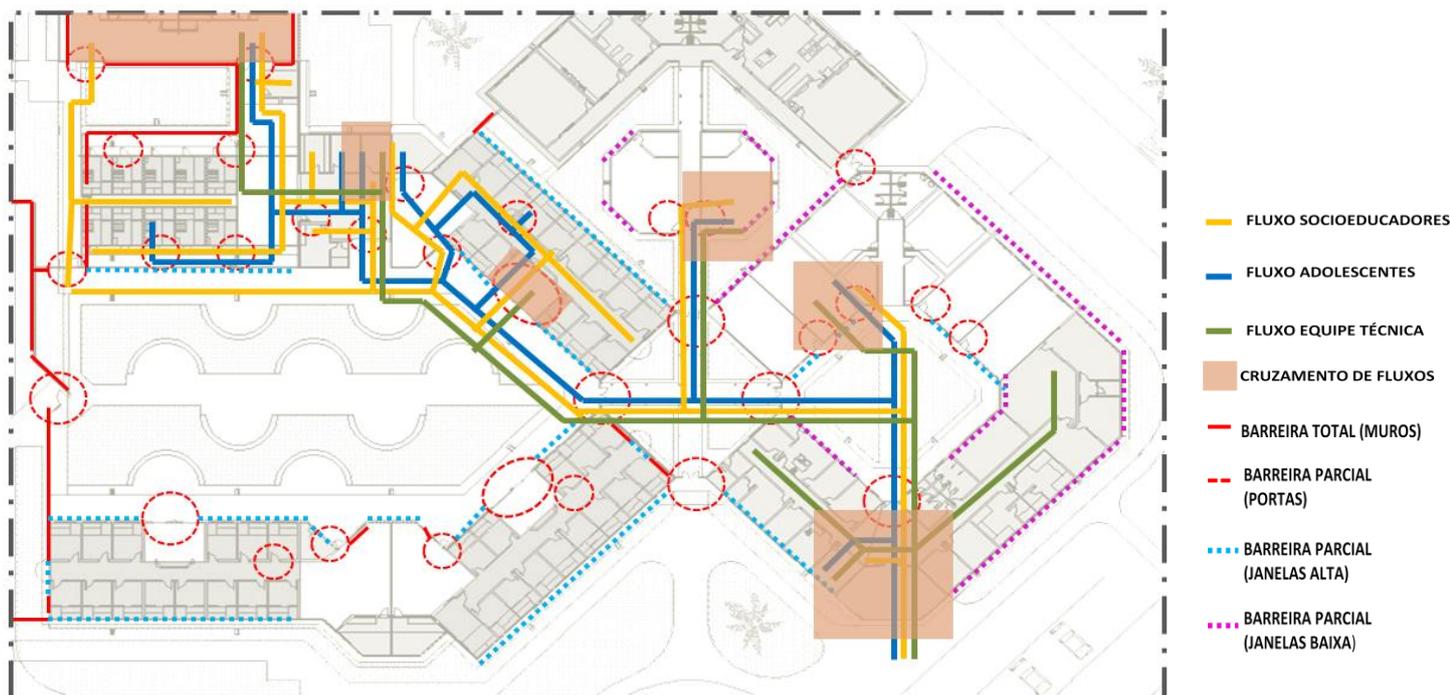


Figura 49: Planta baixa com barreiras e fluxos existentes na unidade. Fonte: Governo do Estado B com adaptações. Ano: 2010.

Tal fato pode ser observado também com os grafos justificados (diagrama 05), sendo necessários percorrer oito níveis até se chegar à escola, tanto da protetora, como da provisória, por exemplo. O mesmo ocorre quando se quer chegar aos espaços de oficinas, sete níveis para a provisória e oito para a convivência protetora. Já os espaços de lazer e esporte estão sempre próximos, pois estão distribuídos ao longo de toda a unidade.

O que se percebe também com os grafos é a existência de muitas circulações e pátios que distanciam os espaços e aumentam os níveis de profundidade dos alojamentos em relação aos espaços de convívio.

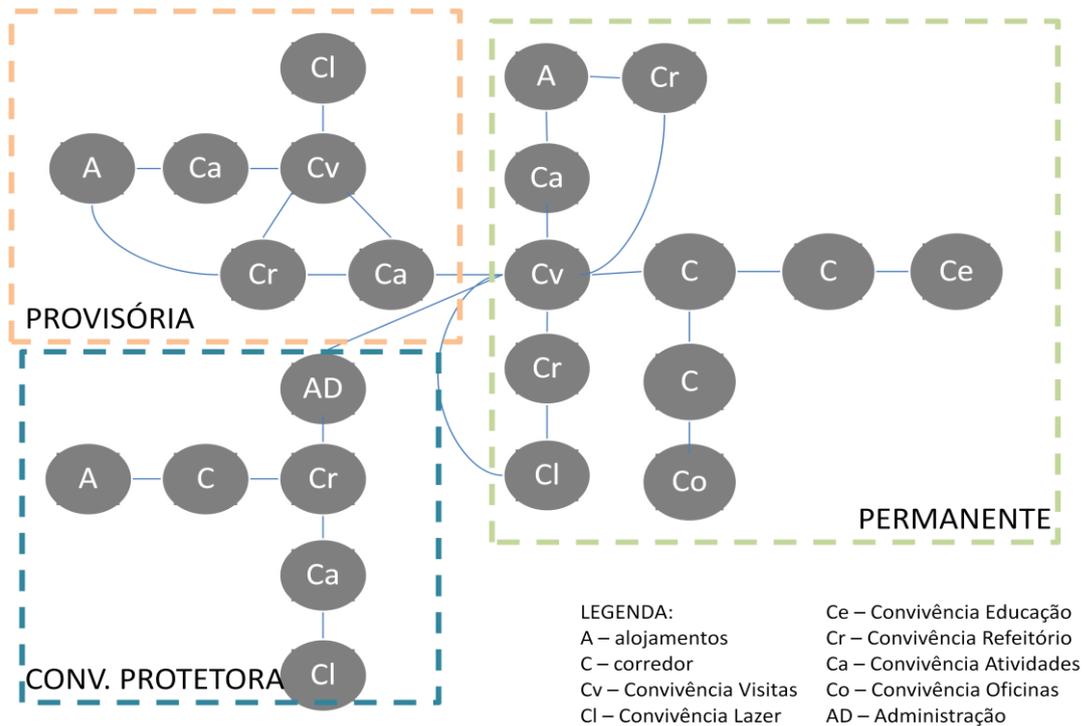


Diagrama 05: Grafos Justificados da unidade B. Fonte: Arquivo Pessoal. Ano: 2010.

Se considerarmos que os espaços estão sempre fechados por portas e a sua abertura só ocorre com a passagem dos jovens, é de se imaginar a dificuldade de deslocamento dos adolescentes de um espaço para outro da unidade. Os níveis de profundidade da convivência protetora evidenciam o seu isolamento em relação aos demais espaços da unidade, destacando-se como espaço de maior segregação dentro da unidade.

Quanto ao fluxograma funcional (figura 49), observou-se que o fluxo da equipe técnica é direcionado aos espaços de desempenho de atividades pedagógicas, de modo que, dependendo da atividade exercida, não é necessário entrar no espaço das moradias e áreas comuns dos jovens. Mas, mesmo assim, a existência de uma circulação comum permite o cruzamento dos fluxos de socioeducadores, adolescentes e equipe técnica, o que favorece a presença educativa.

O que foi observado *in loco* foi que, apesar do pouco tempo de funcionamento, a unidade não está preservada. Muitos espaços estão sem as áreas verdes previstas no projeto outros não são utilizados pela falta de manutenção, como é o caso da piscina olímpica e da quadra de areia (figura 50 e 51).

Tal fato evidencia a necessidade de previsão de recursos por parte dos governos estaduais para a manutenção das unidades, pois diante do investimento para a sua construção, a ausência de manutenção pode inviabilizar a proposta pedagógica e comprometer o potencial daquele espaço.



Figura 50: Piscina Olímpica desativada. Figura 51: Quadra de areia da convivência protetora com restos de construção que inviabilizam a sua utilização. Fonte: Acervo pessoal. Ano: 2010.

A unidade abriga também meninas, mas, pelo programa adotado não houve preocupação quanto à necessidade de berçários ou à construção de um bloco de moradias menor para abrigá-las (tendo em vista que a demanda feminina é bem menor que a masculina). No caso dessa unidade, utiliza-se um bloco de moradias inteiro para ser a ala feminina e, assim, boa parte dos alojamentos dessa moradia ficam desocupados, o que acarreta custos.

O SINASE não estabelece em seu programa a necessidade de espaços diferenciados para unidades femininas, mas é importante ressaltar que tais espaços são necessários tendo em vista, principalmente, a grande quantidade de adolescentes mães ou grávidas, o que deve ser considerado na construção de unidades femininas ou mistas.

O que se percebe com a análise desta unidade é que o arranjo dos espaços priorizou os critérios de socioeducação, mas a questão do controle é enfatizada pela presença de barreiras que limitam a integração dos blocos. Assim, o projeto arquitetônico apesar de se assemelhar com uma escola pela tipologia adotada, permite à equipe técnica utilizá-lo de duas formas: para socioeducação ou para disciplina como controle.

7.4 Projeto Unidade C

A unidade C está localizada na região Nordeste e, diferente das outras duas unidades, ainda não está sendo utilizada, está em fase de conclusão com previsão para inauguração no início de 2011. Como a análise é do projeto arquitetônico, o estudo não foi prejudicado. Foi possível, inclusive, visitar a obra e observar *in loco* determinadas etapas do processo construtivo.

A unidade foi construída em um terreno de 53.000 m², com 7.000 m² de área construída. O espaço tem capacidade para 54 adolescentes, sendo estes do sexo masculino.

De acordo com entrevistado 7, o projeto foi elaborado de forma multidisciplinar com os responsáveis pelo setor de segurança, de pedagogia, de saúde e jurídico, de modo a criar um ambiente capaz de atender as necessidades tanto dos funcionários como dos adolescentes.

7.4.1 Arranjo dos espaços

A tipologia adotada para a unidade consiste em blocos soltos distribuídos ao longo do terreno com uma circulação comum para adolescentes, socioeducadores e equipe técnica. Apesar de a circulação possibilitar o cruzamento de fluxos, a paginação de piso e a distribuição dos blocos não favorecem a existência de uma área central capaz de permitir a socialização entre os pares.

A unidade foi distribuída em blocos separados: bloco de saúde, administrativo, de oficinas e de educação. Além desses, tem-se seis outros blocos destinados às moradias, cinco delas abrigam dez adolescentes cada, que estão dispostos em quartos triplos, e uma delas abriga quatro adolescentes que estão em quartos individuais.

Ao analisar a implantação dos edifícios, o que fica claro é a existência de duas unidades de internação: a convivência protetora e a unidade de internação permanente, que são ligadas apenas pela administração e pelo acesso principal da unidade (figura 52). Na protetora existem salas de aula e salas para oficinas, o que permite que tal moradia seja independente das atividades realizadas no restante da unidade.



Figura 52: Acesso principal da unidade. Fonte: Acervo pessoal. Ano: 2010.

Como já foi visto, acredita-se aqui que o isolamento de um grupo de jovens em um espaço restrito durante todo o processo de internação, não se configura como uma prática socioeducativa, mas como uma estratégia de controle que se baseia na segregação.

Nas moradias a tipologia adotada foi a distribuição dos quartos em torno de pátios centrais (figura 53), o que distancia da idéia dos corredores escuros que dão acesso às celas dos presídios, além de permitir que o alojamento seja mais iluminado e arejado.

Os quartos são triplos (figura 54), sendo um deles individual, para portador de necessidades especiais, que não foi considerado nas demais unidades analisadas. A quantidade de adolescentes por quarto também diferencia essa unidade das outras. Parece que a prioridade são as relações de convívio, inclusive nos espaços de maior privacidade: os alojamentos.



Figura 53: Pátio principal e acesso dos alojamentos ao fundo. Figura 54: Alojamentos triplos. Fonte: Acervo pessoal. Ano: 2010.

Acredita-se aqui que podem existir os dois alojamentos: individuais e coletivos. Mas, a escolha de um ou outro deve estar atrelada à proposta pedagógica e relacionada com o processo evolutivo dos adolescentes.

Nas moradias, além dos quartos triplos, existe a sala dos socioeducadores, a sala de atendimento individual, o espaço de convivência e o refeitório (figura 55). Cada um desses espaços é isolado por portas que limitam a passagem e facilitam o controle dentro das moradias.



Figura 55: Refeitório das moradias. Fonte: Acervo pessoal. Ano: 2010.

O controle é facilitado também pelos muros de 2,50m de altura que isolam cada uma das moradias do restante da unidade. Além disso, os muros diminuem a amplitude dos espaços e enfraquecem a proposta socioeducativa do projeto arquitetônico, favorecendo a disciplina como controle e dando a possibilidade de cada unidade funcionar como uma mini-penitenciária.

Mas, segundo entrevistado 7, a separação das moradias é importante, pois permite a separação dos jovens por grupos, que é necessária devido ao novo perfil do adolescente daquela região, que se destaca pela presença de jovens envolvidos com o tráfico de drogas ou usuários. Os jovens vêm inseridos em grupos rivais e, de acordo com o entrevistado, tal aspecto foi considerado na elaboração do projeto da unidade.

A distribuição em blocos e a presença de refeitórios em cada moradia funcionam para socialização daquele grupo, o que pode estimular a formação de mais grupos internos e rivais.

Não há um espaço de refeição para encontro de todos os jovens e socioeducadores, o que poderia contribuir para a presença educativa, exemplaridade e diretividade do processo.

Na implantação do edifício, o que se observa é a definição nítida dos quatro setores na unidade: setor externo, convivência protetora, moradias e espaço para atividades socioeducativas (figura 56). Além desses quatro setores, se identifica claramente a separação das atividades de esporte e lazer do restante da unidade, tanto física como visualmente.

A participação da comunidade, de acordo com entrevistado 7, irá ocorrer no espaço de lazer e esporte que tem um acesso diferenciado para a comunidade. Tal espaço é isolado do restante da unidade por muros altos, de modo que a comunidade não adentra na unidade propriamente dita, mas apenas no espaço isolado destinado ao esporte e lazer.



Figura 56: Planta baixa com programa de necessidades e setores existentes na unidade. Fonte: Governo do Estado C com adaptações. Ano: 2010.

A implantação do edifício favorece a disciplina como controle, quando se observa a localização e separação do setor externo do restante da unidade, bem como com a existência de uma via perimetral que distancia a unidade ainda mais do meio urbano. A localização do espaço destinado às visitas íntimas, próximo ao bloco administrativo (e não no espaço de moradia ou convívio dos jovens) e com o acesso controlado por postos de segurança, representa mais uma estratégia de controle.

A escola e as oficinas estão em blocos separados e permitem ao jovem se deslocar das moradias da internação permanente para ir para a escola ou fazer outra atividade, o que é positivo do ponto de vista socioeducativo e pode contribuir para o contato com outros jovens e funcionários.

As oficinas de padaria e serigrafia (figura 57) foram definidas previamente, de modo que os espaços existentes já foram dimensionados para abrigar essas atividades. Têm-se outras duas salas cuja função não foi definida ainda, mas a dimensão dá flexibilidade quanto à escolha das atividades, o que também é positivo para a socioeducação.



Figura 57: Bloco de oficinas da unidade de internação. Fonte: Acervo pessoal. Ano: 2010.

Na convivência protetora, há um bloco onde são desempenhadas as atividades de oficinas e educacionais. O espaço é pequeno, quando comparado com o restante da unidade, e está dentro dos muros que isolam a protetora, o que reforça a idéia de uma unidade distinta e isolada do restante.

Ao considerar a proporção dos espaços, o que se percebe é a presença de muitos espaços de convívio, inclusive dentro das moradias. Mas, ao mesmo tempo em que são

identificados espaços de convívio, existem também muitas áreas administrativas, de serviços e para guarda externa (figura 58 e 59), quando comparadas com as outras unidades analisadas.



Figura 58: Planta baixa com espaços de convívio e privação existentes na unidade. Fonte: Governo do Estado C com adaptações. Ano: 2010.



Figura 59: Vista aérea dos espaços destinados à administração, isolados por muros do restante da unidade. Fonte: Governo do Estado C. Ano: 2010.

Um ponto de destaque nessa unidade é a presença de espaço para juizado e promotoria da infância e da juventude. Trata-se de uma proposta inovadora e interessante que pode ser pensada para outras unidades socioeducativas no país, pois minimiza os custos com o deslocamento dos jovens para audiências e traz a sociedade para “dentro” da unidade.

Outro ponto que diferencia o programa dessa unidade das demais é a existência de guaritas de observação e postos de vigilância. As guaritas são para a guarda externa e estão localizadas ao redor do terreno, o que reforça a idéia de controle dos que estão ali dentro. Já os postos de vigilância estão dentro da unidade, controlando o acesso para unidade de internação permanente e para convivência protetora.

O que se conclui do arranjo dos espaços dessa unidade é que, apesar da adoção da tipologia com blocos soltos e pátios centrais, a disposição do bloco administrativo e a existência de guaritas de observação e postos de vigilância fazem prevalecer a idéia de disciplina como controle ao invés da socioeducação.

7.4.2 Barreiras e permeabilidades

Ao traçar as barreiras (portas, janelas, muros ou alambrados) existentes no projeto, o que se percebe é a existência de muitas barreiras totais, que impedem a visibilidade entre os espaços e segregam o terreno em várias unidades menores e confinadas por muros. Tal característica enfraquece a diretriz da socioeducação e fortalece a diretriz da disciplina como controle, pois o excesso de barreiras apenas facilita o controle dos jovens e a manutenção da ordem.

Os muros internos possuem 2,50m, altura que não impede a fuga, mas facilita o controle, pois impede a visibilidade do que existe e do que se passa nos demais espaços. (figura 60 e 61) Além disso, se foram pensados como estratégia de segurança, são extremamente frágeis, pois alguns deles estão colados com o muro de cinco metros que separa a unidade do meio externo o que, inclusive, facilita a fuga.



Figura 60: Moradias isoladas por muros do restante da unidade. Fonte: Governo do Estado C. Ano: 2010. Figura 61: Vista do muro de 2,50m e do muro de 5,0m de dentro das moradias. Fonte: Acervo pessoal. Ano: 2010.

Os muros internos também separam a área administrativa, a área dos serviços (incluindo refeitório para funcionários), a área de saúde e o espaço destinado a receber visitas íntimas do restante da unidade (figura 62). Esta última, talvez por envolver pessoas de fora da unidade (os familiares do jovem), foi pensada com a localização na área de maior segurança, o setor externo.



Figura 62: Setor externo e ao fundo muros que o separam da convivência protetora. Fonte: Governo do Estado C. Ano: 2010.

Além dos muros, a unidade possui outros elementos que impedem a permeabilidade dos espaços: postos de vigilância, que foram instalados nos acessos a cada uma das unidades, e guaritas de observação (figura 63 e 64). As guaritas relembram aos que estão dentro da unidade que estão sendo constantemente vigiados – o que lembra as guaritas de vigilância das penitenciárias.



Figura 63: Guaritas de observação. Fonte: Acervo pessoal. Ano: 2010.

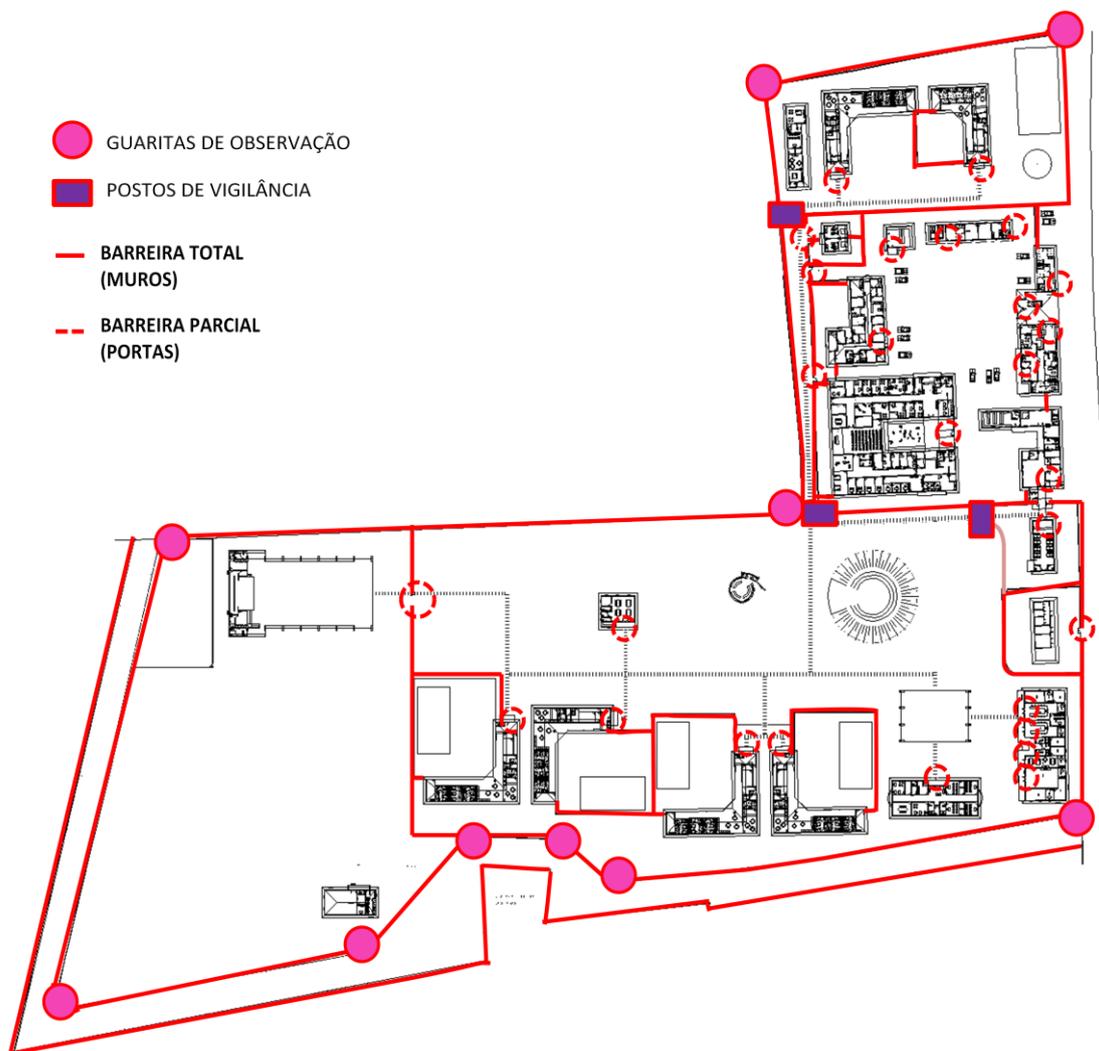


Figura 64: Planta baixa com barreiras existentes na unidade. Fonte: Governo do Estado C com adaptações. Ano: 2010.

Tem-se ainda um detector de metais e uma vistoria no acesso a cada uma das moradias. Nessa vistoria só passam os adolescentes, pois o acesso da equipe técnica e dos socioeducadores se dá por outro portão.

O SINASE prevê a existência das guaritas, mas não fala dos postos de vigilância com detectores de metais dentro da unidade. Tais elementos, inclusive as guaritas sugeridas pelo documento, vão de encontro ao papel socioeducativo da unidade e retomam a idéia de constante vigilância dos internos. De acordo com Cordeiro (2005, p.97) a guarita é a “garantia de que a tentativa de transposição do muro fronteiro entre o “bem” e o “mal” será evitada, violentamente, caso seja necessário e, portanto, é mais significativa do que o próprio muro, ao contrário do que se acreditava anteriormente.”

Tais guaritas são ocupadas pela polícia militar, que não adentram na unidade, mas observam todo o seu funcionamento. O acesso às guaritas se dá pela via perimetral, que fica em torno do perímetro do terreno e distancia ainda mais o contato do jovem com o meio urbano: em vez de um, tem-se dois muros de cinco metros, o que reforça a disciplina como controle em detrimento da socioeducação.

O grande número de barreiras, principalmente barreiras totais, que impedem a visualização, cria espaços menores e diminuem a horizontalidade da unidade, bem como a diretividade de informações, pois o contato entre jovens e funcionários é dificultado pela criação de espaços ainda mais segregados.

No interior de cada moradia o que se percebe, mais uma vez, é a preocupação com aspectos de controle dos adolescentes. Além dos muros, detectores e sala de vistoria, o acesso a cada um dos espaços da moradia é regulado por portas gradeadas (figura 65 e 66) que não impedem a visualização, mas controlam o acesso.



Figura 65 e 66: Portas e janelas gradeadas que dão acesso aos alojamentos. Fonte: Acervo pessoal. Ano: 2010.

O refeitório (figura 55) e a lavanderia, apesar de serem espaços capazes de possibilitar a convivência de todos os jovens daquela moradia, também são isolados em salas com portas de ferro, que reforçam o controle de entrada e saída.

A porta é o único elemento que conecta o jovem com o pátio central da moradia, não existem janelas ou qualquer abertura que permita essa visualização. As janelas que existem nos quartos são janelas altas que estão voltadas para os muros. (figura 67)

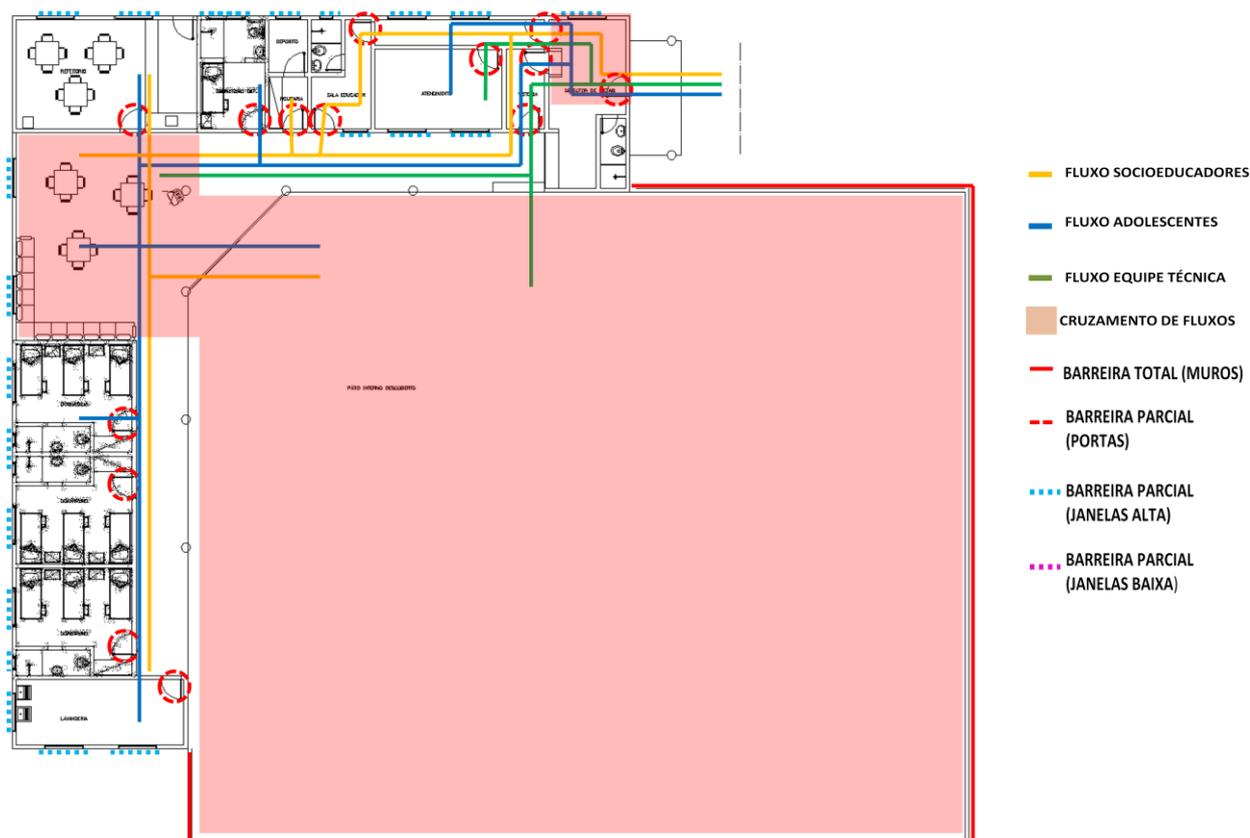


Figura 67: Planta baixa das moradias com as barreiras e fluxos existentes. Fonte: Governo do Estado C com adaptações. Ano: 2010.

O banheiro dos alojamentos é separado por meias paredes (figura 68) que limitam a privacidade do jovem, pois dentro daquele mesmo espaço estão outros dois adolescentes. Nesse caso a convivência é privilegiada em relação aos critérios de singularidade e privacidade do jovem.



Figura 68: Alojamento com parede baixa que separa o banheiro ao fundo. Fonte: Acervo pessoal. Ano: 2010.

Ao analisar o nível de profundidade dos espaços, a partir dos alojamentos, o que se percebe é que, apesar da adoção da tipologia em blocos distribuídos ao longo da unidade – que deveriam criar espaços mais fluídos e interligados – a existência de tantas barreiras e instrumentos de controle e vigilância tornam os níveis de profundidade maiores e os espaços mais segregados, tal como mostra diagrama 06:

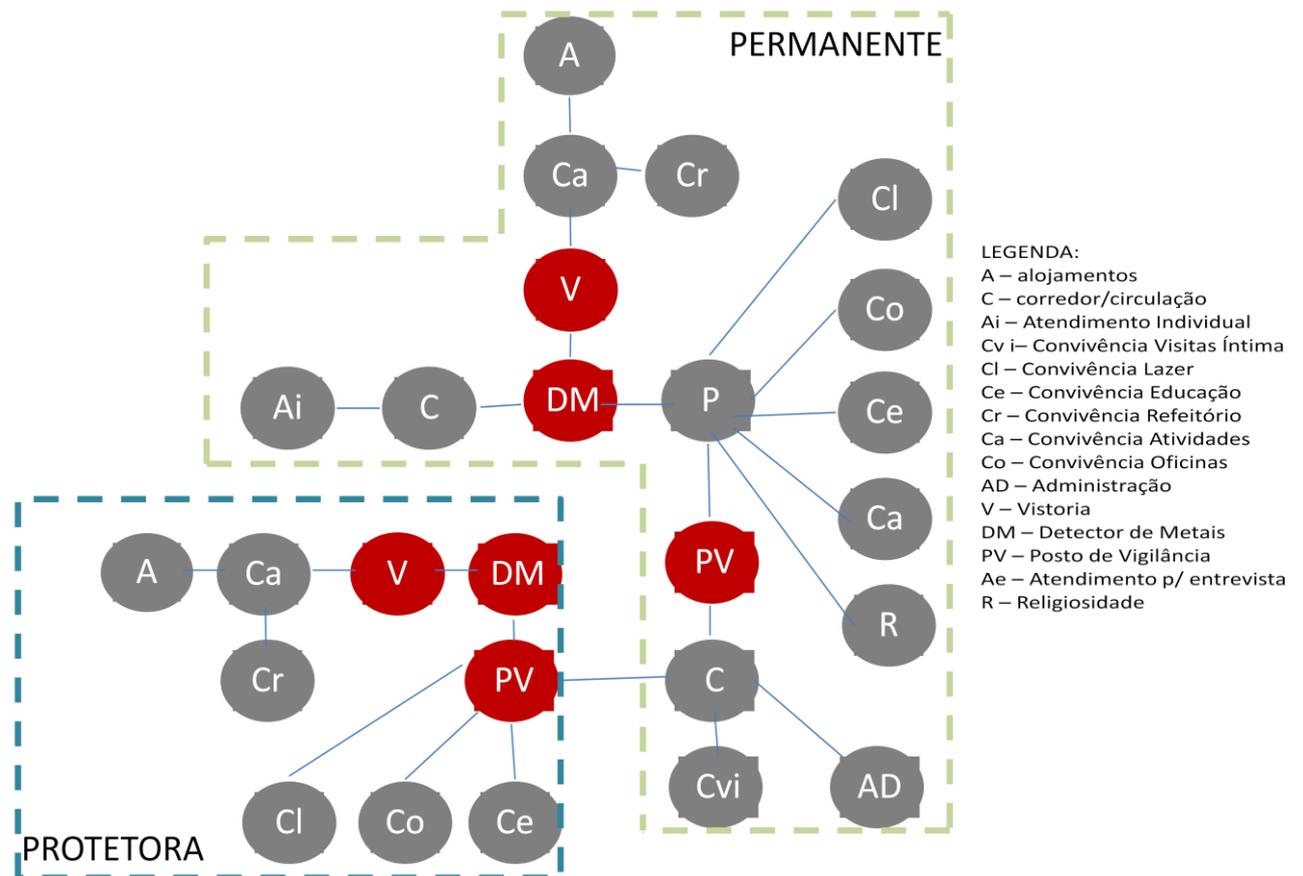


Diagrama 06: Grafos Justificados da unidade C. Fonte: Arquivo Pessoal. Ano: 2010.

Nos grafos foi possível identificar também que as duas unidades, a protetora e a permanente, são interligadas por uma circulação onde é preciso passar por vários pontos de controle até se chegar à área administrativa e ao espaço de visitas íntimas. Além disso, o adolescente, mesmo sem sair da unidade, é obrigado a passar, diariamente, por vários pontos de controle para realizar as suas atividades básicas, tais como ir à escola e às oficinas.

Os níveis de profundidade e as barreiras que separam os alojamentos e a convivência protetora dos demais espaços da unidade comprovam a segregação de tais setores. A segregação também é evidente no setor externo, isolado por muros e postos de vigilância do restante da unidade.

Ao analisar o fluxograma funcional, foi constatado que, apesar da presença de espaços de convivência dentro das moradias, o cruzamento dos três fluxos ocorre nos espaços de convívio externos às moradias. O encontro dos fluxos na área de convívio interna fica condicionado ao interesse da equipe técnica (figura 67), pois há uma circulação diferenciada que a direciona às salas de atendimento, onde o contato é, geralmente, individual, o que distancia a equipe do contato com o grupo de adolescentes.

Tal contato pode existir nos espaços destinados a realização de atividades socioeducativas, pois o acesso é único e permite o cruzamento de fluxos de socioeducadores, adolescentes e equipe técnica. Mas, a ausência de um espaço de encontro nessa circulação pode transformá-la em um local de passagem que não contribui para o encontro dos membros da comunidade socioeducativa.

Diferentemente das outras duas unidades, nesta há um espaço voltado para a religiosidade, um espaço ecumênico, que é estabelecido pelo SINASE e se configura como um elemento importante no processo de reinserção social do jovem e um ponto de destaque para a unidade.



Figura 69: Vista do centro ecumênico a direita da figura. Fonte: Governo do Estado C. Ano: 2010.

Outro ponto a destacar é a presença dos quartos para visitas íntimas, espaço previsto pelo SINASE, mas que não existe nas unidades A e B. O espaço para visitas íntimas se localiza próximo à área administrativa, reforçando a idéia de controle e de vigilância desse espaço. Apesar disso, a sua existência é importante para a diretriz da participação da família no processo socioeducativo.

O que se percebe é que, quanto ao programa de necessidades, esta é a unidade que mais respeita ao que está descrito no SINASE, mas, mesmo assim, o respeito ao programa não faz da unidade completamente socioeducativa. Os espaços socioeducativos existem, mas a presença de barreiras de controle e vigilância pode enfraquecer a proposta socioeducativa, o que depende da forma como a equipe técnica se utiliza dos espaços e da relação entre eles no dia-a-dia.

7.5 Síntese das análises

O que se observa nos três projetos analisados é uma tipologia que adota blocos ou módulos separados uns dos outros, onde há uma tentativa de distanciar a configuração de tais espaços da rigidez e da linearidade tão comuns no espaço penitenciário. Os blocos, na maioria dos casos, concentram uma única atividade: escola, oficinas, serviços, administração. Já as atividades de esporte e lazer estão distribuídas em toda a unidade.

As unidades são isoladas por muros de concreto de, no mínimo, cinco metros de altura, que as separam do meio urbano e tentam impedir o contato visual ou físico com os que se encontram em lados opostos da fronteira.

Os muros exercem o papel da contenção e do controle dos que estão dentro e, ainda permitem aos que passam próximo ao local, construir um estereótipo de que aquele espaço tem como função apenas isolar os que infracionam do convívio urbano. Tal elemento dificulta não só a relação desses jovens com a comunidade, mas também torna o espaço socioeducativo um espaço desconhecido e obscuro para o restante da sociedade.

O fechamento dos muros é uma questão que precisa ser revista, pois a visualização do entorno, através da utilização de alambrados (elemento também sugerido pelo SINASE), por exemplo, tanto pode permitir que a comunidade visualize o que se passa dentro da unidade, diminuindo o seu preconceito em relação aos que praticam atos infracionais, como diminuir a sensação de aprisionamento dos jovens sem deixar de lado os aspectos de segurança.

Além dos muros o que se percebe é que, apesar da necessidade de reinserção social dos jovens, as unidades estão localizadas em espaços distantes dos centros urbanos e, quando próximas, se distanciam visualmente pela presença de matas ao seu redor.

Todos os gestores (entrevistados 1, 4 e 7) relataram a dificuldade na disponibilidade de terreno para a implantação de unidades desse cunho, que esbarra muitas vezes no receio e preconceito da comunidade e dos políticos locais.

O poder público, muitas vezes, prefere ficar omissos a se comprometer com a autorização de um projeto dessa natureza, que pode prejudicar a sua campanha política, devido à possibilidade de desvalorização da área onde é instalado e, muitas vezes, até a comunidade pode se revoltar e atrapalhar a construção do edifício. Ao que parece, só não há resistência para a implantação de nova unidade, pela existência de uma unidade desse cunho nas proximidades do terreno disponível, onde a implantação de outra é acalmada pela presença da anterior, como é o caso da unidade C.

O SINASE considera que os terrenos devem ter facilidade de acesso, serviço de comunicação, água, esgoto, energia e o entorno. Este último critério não especifica a proximidade dos edifícios do meio urbano, mas, ao considerar que uma das diretrizes socioeducativas defende a relação do jovem com a comunidade e a família, a distância dos edifícios pode até inviabilizar a execução desta diretriz.

Na parte interna das unidades, foi identificada uma preocupação com a humanização dos espaços através da colocação de áreas verdes que, tal como observado nas visitas, nem sempre são mantidas.

Essas áreas podem ser, pelo menos, visualizadas pelos jovens enquanto caminham pela unidade ou usufruída por eles nos espaços destinados a convivência e a receber a família, o que torna o ambiente mais agradável e contribui para o papel socioeducativo do espaço. Infelizmente, as áreas verdes não podem ser visualizadas dos alojamentos individuais, pois as janelas são altas, o que aumenta a sensação de aprisionamento nos espaços de privação e favorece o controle.

Outro ponto observado foi a horizontalidade dos espaços: todos os blocos são térreos e distanciados uns dos outros. Tal fato permite o deslocamento dos jovens dos seus alojamentos para ir à escola e às oficinas, o que tem certo simbolismo, pois possibilita ao adolescente se deslocar de sua moradia para ir a outro espaço, tal como ocorre em uma comunidade, por exemplo.

Os projetos prevêem o deslocamento dos jovens de um bloco para outro, o que pode ser realizado através do acompanhamento dos socioeducadores ou, dependendo da proposta pedagógica, ser dado ao jovem autonomia para se deslocar para determinados espaços. Mas, o deslocamento de um bloco para outro pode ser também controlado pela presença de barreiras que impedem ou limitam a passagem e que, dependendo de como forem utilizadas, podem servir como estratégia para a disciplina como controle.

O que se percebeu nas entrevistas realizadas (entrevistado 1, 3, 4, 5) foi que dois dos três projetos foram construídos antes até do documento do SINASE, em 2004, de acordo com as determinações da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SEDH, que foram a base para a elaboração do documento. Eram orientações para a construção de unidades de internação, cuja liberação de verbas para a construção estava sujeita ao cumprimento dos requisitos estabelecidos pela secretaria.

Talvez por isso haja uma variação nos projetos quanto aos elementos descritos no programa de necessidades básico do SINASE, onde espaços que existem em uma unidade, não existem na outra. Os espaços destinados à religiosidade e às visitas íntimas, por exemplo, só existem em uma das unidades (unidade C), cuja construção ainda está sendo finalizada, sendo assim posterior ao documento final do SINASE.

Acreditamos aqui que a existência do espaço para religiosidade é importante para o processo socioeducativo, pois determinados jovens se apóiam em práticas religiosas para o encontro com sua subjetividade e esse processo pode ser positivo para a socioeducação.

Quanto às visitas o que se percebe é a existência de vários espaços de convívio, onde a família pode ser recebida nos espaços de uso comum dos jovens permitindo aos familiares que entrem na unidade e possam participar da prática socioeducativa.

A existência de um espaço para visitas íntimas é muito questionado pelos envolvidos no processo socioeducativo e, apesar de estabelecido pelo SINASE, nem todos os gestores consideram a necessidade de tais espaços. A preocupação muitas vezes recai na segurança da unidade. Tal fato pode ser observado no projeto da unidade C, onde o espaço destinado às visitas íntimas se encontra numa área cercada por postos de vigilância e não no espaço de convívio dos jovens.

A segurança está presente nos projetos a partir da guarda externa e do acesso principal, controlado pela polícia militar, que faz a revista dos que entram e saem da unidade.

Outro aspecto de segurança diz respeito à localização da área administrativa que está o mais próximo possível da saída da unidade, tal como ocorre no sistema prisional, funcionando como estratégia de segurança e facilitando a saída dos funcionários em caso de rebeliões ou motins (CORDEIRO, 2005). Tal estratégia pode prejudicar a proposta socioeducativa, nos casos em que tal espaço é isolado dos demais dificultando a relação entre jovens e funcionários.

As moradias se distribuem em blocos que, segundo entrevistas (2, 6), servem para diferenciar as fases de evolução dos jovens. O que se percebe é que essa distribuição também permite agrupar os jovens em grupos menores, de 10 a 15 adolescentes, facilitando tanto o atendimento individualizado como o controle dos mesmos no caso de motins ou rebeliões.

Apesar de cada bloco representar uma fase do atendimento, o que se percebe é que não há diferenciação quanto ao projeto arquitetônico das moradias, tais como a quantidade de adolescentes por quarto ou os materiais arquitetônicos utilizados quando se muda de uma fase para outra, etc.

Determinadas mudanças no projeto poderiam contribuir para a percepção do jovem quanto à mudança de fase, pois a modificação poderia representar uma meta a ser atingida no processo evolutivo, fortalecendo assim a diretriz da singularidade do adolescente, tal como considera o SINASE:

[...] a organização do espaço físico deverá prever e possibilitar a mudança de fases do atendimento do adolescente mediante a mudança de ambientes (de espaços) de acordo com as metas estabelecidas e conquistadas no plano individual de atendimento (PIA) [...] (SINASE, 2006, p. 58)

Acredita-se aqui que a mudança na configuração espacial é importante para que o jovem possa visualizar a sua evolução independente da vontade da equipe técnica, dando assim uma contribuição para o melhor desenvolvimento da proposta pedagógica.

De uma maneira geral, o que se percebe é que os blocos destinados à moradia são os espaços de maior contenção dos jovens, como se o fechamento deles servisse para lembrar a condição de privação de liberdade que eles se encontram. Tal fechamento impede, inclusive, a visualização das áreas de convivência do restante da unidade e das áreas verdes do terreno,

diminuindo o campo visual e a horizontalidade e aumentando a sensação de confinamento, que varia em cada caso.

Além disso, todas as unidades apresentam espaços destinados à convivência protetora, que apresentam graus de privação e de segregação maiores do que as demais moradias.

O que fica claro é a existência de, pelo menos, duas unidades de internação dentro de cada terreno: a convivência protetora e a internação permanente. Elas são ligadas apenas pela administração e pelo acesso principal da unidade. Os jovens da protetora realizam as atividades dentro daquele espaço e ficam isolados do restante da unidade e do convívio com os demais adolescentes. Acredita-se aqui que a convivência protetora se apresenta como uma segregação dentro de um espaço que, pelos seus muros, já segrega o indivíduo do meio externo, o que deve ser reavaliado no próprio SINASE.

O documento define que tal espaço deve existir, bem como permite a colocação de uma barreira física e visual que o separa dos demais, mas tal separação pode funcionar como uma forma de estigmatizar e discriminar os jovens que estão na convivência protetora.

Percebe-se também que a determinação do SINASE que limita a quantidade de quarenta adolescentes por unidade, não foi atendida em nenhum dos casos estudados. Não há superlotação, as unidades foram projetadas para atender um número maior de adolescentes.

O que foi observado nas entrevistas é que essa mudança foi autorizada pela própria Secretaria de Direitos Humanos, responsável pela aprovação do projeto. Em visitas técnicas realizadas pela secretaria, percebeu-se que os espaços existentes e o terreno disponível eram muito grandes para quarenta adolescentes, permitindo assim o rearranjo dos espaços para a colocação de um número maior de jovens. (entrevistado 1)

Sabe-se da importância de ter um número menor de adolescentes por unidade para ser possível trabalhar de forma individualizada e assim obter resultados satisfatórios na reinserção social do jovem. Mas, determinadas exigências do documento do SINASE podem ser repensadas, principalmente por questões de custo e de viabilidade da execução do projeto por parte dos governos estaduais.

Acredita-se que é necessário aumentar o número de adolescentes para uma quantidade que não inviabilize a execução da proposta, mas que também permita uma maior viabilidade

financeira para execução dos projetos por parte dos estados, pois, de acordo com entrevistas, o investimento atual é, em média, de 15 milhões de reais por unidade.

Tal questão foi levantada por todos os gestores do sistema socioeducativo que, quando não há o financiamento do governo federal, esbarram na questão financeira e se vêem obrigados a construir novas unidades que tentam, ao máximo, obedecer às recomendações do documento, o que nem sempre se concretiza.

Outro ponto é o tempo de execução das obras devido a sua especificidade e dimensão. Todos os projetos analisados levaram cerca de quatro anos para serem construídos, o que se torna inviável para determinados estados e reflete a necessidade de especialização dos envolvidos com a construção e elaboração de projetos para unidades desse cunho.

Já se tem notícia de construtoras que desenvolvem esse tipo de projeto em um tempo menor, reduzindo a construção de quatro anos para oito meses. Ao que parece, e precisa ser pesquisado, as construções mais se assemelham a prisões do que a unidades socioeducativas, de modo que a redução de custos pode se apresentar como um retrocesso se a modulação não for pensada de uma forma diferenciada e socioeducativa.

O alto custo pode ser minimizado também através do investimento em pesquisas voltadas para a construção socioeducativa de forma modular e também através da redução de determinadas estratégias de segurança empregadas nas unidades que oneram os custos da obra e que podem ser minimizadas, sugestões para pesquisas futuras.

Outro aspecto identificado no projeto e que poderia ser revisto no documento, é a existência de uma unidade de saúde exclusiva para o atendimento de um número tão restrito de jovens em uma área tão grande de atendimento. O que foi observado nas visitas é que esses espaços ficam ociosos, são para uso esporádico dos jovens e servem apenas para os primeiros socorros, o que acarreta gastos tanto na construção como com funcionários. Apesar da necessidade de deslocamento do jovem, a utilização da rede pública de saúde talvez fosse uma alternativa mais viável e seria inclusive uma estratégia para inserção do jovem na comunidade.

Quanto às demais atividades: escola, oficinas, lazer e esporte – consideradas de maior potencial socioeducativo, por permitir mais relações de convívio –, o que se percebe é que não

há uma rigidez quanto a sua distribuição, o que é positivo do ponto de vista socioeducativo. Elas estão presentes em toda a edificação, de modo que não há uma ordem quanto a sua implantação.

O que se percebe na análise dos espaços de convívio é a existência de muitos espaços para prática de lazer e esporte, que são atividades de socialização, mas que podem também ser utilizados apenas com objetivo de ocupar o tempo dos adolescentes, sem qualquer cunho pedagógico, o que precisa ser considerado na elaboração da proposta pedagógica da unidade.

Já os espaços das oficinas, destinados ao ensino de algum ofício ao jovem, não são priorizados (unidade A e B). Devido ao tamanho de suas áreas não há uma flexibilidade para atividades que envolvam maquinários grandes, por exemplo, o que poderia ter sido previsto se o contato do arquiteto tivesse ocorrido de forma multidisciplinar (não só com os responsáveis pela gestão, mas principalmente com a equipe de pedagogos, assistentes sociais, advogados, psicólogos e educadores, que trabalham diariamente na unidade).

Outro ponto é a ausência de uma proposta pedagógica bem definida antes da elaboração do projeto. O que se percebe é que, em determinados casos, a proposta veio ou junto com o projeto ou posterior a ele, o que vai de encontro à diretriz do SINASE que considera que a proposta pedagógica deve ordenar a prática socioeducativa e, assim, o projeto arquitetônico.

O que se percebe nos três projetos analisados é que há uma preocupação quanto ao arranjo dos espaços, em criar edificações que se diferenciem das antigas instituições prisionais criando espaços mais integrados. Mas, tal integração, muitas vezes, esbarra nas barreiras existentes no espaço reduzindo o seu potencial socioeducativo.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo da pesquisa foi identificar a repercussão das diretrizes pedagógicas do documento do SINASE no projeto arquitetônico de unidades socioeducativas de internação.

Na pesquisa, a arquitetura das unidades foi analisada a partir do projeto arquitetônico, que traz em si o conjunto das intenções projetuais codificadas segundo normas gráficas e se apresenta como um instrumento de transmissão de valores, ideologias e visões de mundo. Dessa forma, foi possível compreender o projeto arquitetônico através dos elementos e estratégias utilizados pelo projetista.

O embasamento teórico e a construção do panorama arquitetônico dessas unidades foram importantes para entender a configuração dos edifícios analisados, nos quais o histórico permitiu compreender determinadas estratégias adotadas hoje que ainda priorizam a vigilância e o controle, que mais lembram as antigas formas de encarceramento do que a proposta socioeducativa.

Baseados nas análises de Cordeiro (2005) sobre o espaço penitenciário, ao analisar os projetos foi identificada a existência de quatro setores: o *externo*, representado por muros, acesso principal e área administrativa; o setor das *moradias*, que consiste nos blocos destinados aos alojamentos individuais ou coletivos; o setor da *convivência protetora*, destinada aos jovens que se encontram ameaçados pelos demais (no caso de estupro, por exemplo) e ficam isolados por muros do restante da unidade; e os espaços destinados às demais *atividades socioeducativas*, que estão presentes em toda a extensão do terreno.

Nos projetos estudados, foi identificado que o setor externo, tal como no sistema prisional, se localiza próximo à saída da unidade, de modo a controlar o acesso e facilitar a saída no caso de motins ou rebeliões. O setor externo deve existir até para a segurança da própria unidade, mas a sua localização não precisa necessariamente distanciá-lo do funcionamento do restante da unidade. Ele poderia estar integrado aos demais setores da unidade.

Em todas as unidades se destaca a existência de um espaço de maior contenção, representado pela convivência protetora. Acredita-se aqui que, apesar de estabelecido pelo

SINASE, tal espaço se configura como uma forma de isolamento dentro de um ambiente que, através dos muros, já segrega o indivíduo do restante da sociedade.

Se a proposta é a reinserção social do jovem, todos deveriam aprender a conviver com as diferenças, inclusive com as diferenças quanto ao ato infracional cometido. Se o projeto delimita a convivência entre os diferentes, nas atividades desempenhadas em grupo e no isolamento das moradias, como se pode falar em uma proposta pedagógica para reinserção social, se não se consegue nem inserir, dentro da própria unidade de internação, os que cometem atos infracionais diferentes?

Quanto ao setor de moradias, ele está distribuído em blocos pela unidade. O que se observa é que não há diferenciação quanto ao projeto arquitetônico desses blocos que considere o tratamento individualizado e a fase evolutiva do jovem, o que é prejudicial para a proposta socioeducativa.

Assim como nas moradias, não há uma rigidez quanto à distribuição das atividades socioeducativas na unidade, o que é positivo, pois permite um maior cruzamento de fluxos entre adolescentes, socioeducadores e equipe técnica, favorecendo a presença educativa, a exemplaridade e a diretividade na socialização das informações.

Os projetos arquitetônicos foram analisados a partir de elementos da teoria da Sintaxe Espacial. Considerou-se, principalmente, a relação de segregação e integração dos espaços, concluindo-se com as análises que os espaços mais integrados são os que têm maior potencial socioeducativo, por possibilitar a relação dos jovens com os demais funcionários e, assim, permitir a concretização das diretrizes socioeducativas. Tais espaços são representados pelo setor das atividades socioeducativas que estão integrados dentro da unidade.

Já a existência de espaços segregados dentro da unidade favorece a disciplina como forma de controle ao invés da socioeducação. Tais espaços são representados pelos alojamentos, pela convivência protetora e pelo setor externo.

A disciplina como controle e a criação de espaços mais segregados estão relacionados à utilização de elementos e formas arquitetônicas que representam estratégias de contenção e que voltam à proposta das antigas prisões, contradizendo-se com a socioeducação.

Nos três projetos analisados foi identificada uma mudança quanto ao arranjo dos espaços. A tipologia adota blocos soltos com pátios centrais que mais se assemelham à tipologia de uma escola. No novo arranjo o que se percebe é a utilização de pátios, circulações e áreas verdes, que parecem buscar a integração dos espaços, através do cruzamento dos fluxos e dos espaços de convívio, priorizando, dessa forma a socioeducação. Assim, fica evidente a preocupação dos projetistas em criar edifícios cuja tipologia se distancie ao máximo da configuração espacial das antigas unidades de internação.

Mas, o que se constatou com as análises foi que a mudança no arranjo dos espaços não configura a unidade como socioeducativa. Ao considerar as barreiras e permeabilidades existentes, ficou evidente que a integração pretendida pelo novo arranjo é, muitas vezes, limitada pelas barreiras (portas, janelas, muros, grades, postos de vigilância, etc.) existentes no espaço.

As barreiras, muitas vezes, limitam a integração dos espaços de forma total, através de muros, ou parcialmente, através de portas, cuja passagem pode ser ou não controlada pela equipe técnica. As barreiras reduzem o potencial socioeducativo daquele espaço, pois, dependendo da quantidade e da forma como forem dispostas, podem servir apenas para disciplina como controle, como mero instrumento para manutenção da ordem, e não para prática socioeducativa.

Ao analisar o documento do SINASE, o que se observa é que determinados espaços e elementos arquitetônicos, definidos no programa de necessidades do documento, se contrapõem com boa parte das diretrizes pedagógicas do mesmo, como é o caso da presença de muros altos, da existência da convivência protetora e das guaritas de observação que vão de encontro à idéia de socioeducação.

Ao que parece a diferença não está na presença ou ausência de algum espaço estabelecido pelo programa de necessidades, mas, principalmente, na relação entre os espaços. Em tal relação, as barreiras e permeabilidades tornam os espaços mais ou menos segregados e isso pode influir no seu potencial socioeducativo.

Para a elaboração de um projeto capaz de contribuir para a ação socioeducativa, é preciso que se conheçam as diretrizes pedagógicas do documento, que consideram a presença

educativa, a diretividade e horizontalidade do processo, a presença da família e da comunidade, dentre outras questões.

O conhecimento das diretrizes pedagógicas do SINASE leva inclusive o projetista a questionar a existência de determinados espaços estabelecidos no programa de necessidades, tendo em vista que os mesmos, algumas vezes, se contrapõem com a própria idéia de socioeducação, tal como a convivência protetora.

Mas, as diretrizes pedagógicas também são contraditórias quando se considera de um lado a disciplina como controle e do outro a socioeducação e as demais diretrizes. Tal contradição possibilita a interpretação do documento de formas diferenciadas e isso se reflete na elaboração dos projetos arquitetônicos: uns mais outros menos socioeducativos.

Acredita-se aqui que a disciplina deve existir, não como controle, mas sim como aprendizado. Isso deve ser trabalhado pela equipe e não através de elementos arquitetônicos, pois os mesmos dão a possibilidade de utilização do espaço para a contenção.

Dentre os elementos que representam a vigilância e o controle das antigas unidades, estão os muros altos, as guaritas de observação, os postos de vigilância, a via perimetral, a presença de muitas grades e portas, bem como questões que se referem à localização da administração e da própria unidade em relação ao contexto urbano.

Acredita-se aqui que tais elementos podem ser substituídos por outros que possibilitem a segurança, mas que, ao mesmo tempo, sejam capazes de tornar os espaços mais humanizados. Tem-se como exemplo o que foi feito na unidade A, onde o arquiteto substituiu as grades comuns por formas geométricas diferentes, que minimizam a sensação de contenção, mas que não deixam de ser seguras.

Outra proposta poderia ser a substituição dos muros altos de concreto por alambrados metálicos (o que é previsto pelo próprio SINASE). Com os alambrados metálicos, o adolescente pode visualizar o horizonte, o que até possibilita que a sociedade veja o que se passa dentro da unidade e entenda o real papel de uma unidade socioeducativa. Junto a isso, tem-se a questão da localização das unidades, que poderiam estar inseridas no contexto urbano.

O que se percebe é que há um avanço significativo e muito positivo no que diz respeito à arquitetura das unidades socioeducativas, mas o avanço ainda não consegue diferenciar a segurança da vigilância e do controle das antigas unidades de internação.

A proposta não é a defesa de um espaço totalmente aberto, sem qualquer segurança. Acredita-se aqui que através da substituição de alguns desses elementos possa-se ter um espaço que tenha segurança, mas que seja, ao mesmo tempo, humanizado e socioeducativo, pois o jovem já está cumprindo a pena maior que é a privação da sua liberdade de ir e vir. Se a proposta é a reinserção social, a arquitetura deve ser pensada também de forma socioeducativa, sempre preocupada com os elementos arquitetônicos e as estratégias adotadas.

O SINASE dá certa margem de liberdade que possibilita a construção tanto de projetos mais socioeducativos como de projetos que visam mais a disciplina como controle, pois as duas diretrizes estão contidas no documento.

A escolha pela disciplina como controle, muitas vezes, não é intencional, mas é fruto do preconceito social que existe em relação aos espaços de encarceramento, tidos como locais para confinamento de vidas humanas. A carência de bibliografia sobre o tema, do ponto de vista do espaço arquitetônico, restringe o conhecimento de muitos projetistas somente ao programa de necessidades do SINASE e ao que é passado pelos gestores do sistema socioeducativo.

O que se percebe nos estudos de casos, é que não há um projeto totalmente socioeducativo. A disciplina como controle, a contenção, está sempre presente e isso talvez se dê pelo fato de que nem os gestores, nem a sociedade e nem os demais profissionais envolvidos conseguiram ainda se dissociar totalmente da idéia da unidade de internação como um espaço para o confinamento.

A preocupação com o novo arranjo e com um programa de necessidades diferenciado já se apresenta como um avanço significativo na construção dessas unidades, onde apesar das barreiras que segregam determinados setores, existem espaços que podem contribuir para a ação socioeducativa.

O SINASE representa um grande avanço, mas é preciso questionar o programa estabelecido e as diretrizes do documento e, para isso, é preciso conhecer o real papel de uma unidade socioeducativa de internação.

É importante ressaltar também a necessidade da elaboração de projetos multidisciplinares, tendo em vista que o trabalho envolve vários profissionais que vão atuar na unidade e devem participar também do processo de produção daquele espaço, definindo os ambientes necessários e a função de cada um.

Acredita-se aqui, tal como apresentado nas análises, que determinadas questões do SINASE devem ser revistas, tanto no que diz respeito à redução de estratégias de controle, como no que diz respeito aos custos para a construção de uma unidade deste cunho por parte dos governos estaduais.

De acordo com muitos gestores, a dificuldade é o investimento dispensado a este tipo de unidade para um número pequeno de adolescentes, visto que a estrutura ali existente, muitas vezes, nem se compara à das escolas públicas que temos, reforçando, mais uma vez, o preconceito quanto à construção de unidades socioeducativas. De fato, os custos podem ser reduzidos, mas é preciso considerar estratégias capazes de reduzi-los sem prejudicar a socioeducação.

Os gastos com uma construção desse cunho podem ser justificados com pesquisas que apresentem o índice de reincidência dos jovens que estão nas unidades socioeducativas, quando comparados com jovens que estão em unidades que ainda não adotam esse modelo. Ou seja, o alto custo pode ser justificado pela redução da reincidência⁸.

Mesmo assim, acredita-se que o SINASE foi um avanço na construção desses espaços e isso pode ser constatado na análise dos projetos arquitetônicos: umas com espaços mais integrados (socioeducativos) e outras com menos (e mais controle), mas em todas houve preocupação na diferenciação desse espaço de uma unidade prisional e das antigas instituições para jovens.

⁸ Tais dados não foram encontrados para a pesquisa, talvez devido à atualidade do documento e das unidades socioeducativas existentes.

Pode-se destacar uma série de questões que surgiram durante a pesquisa e que não foram respondidas nessa dissertação, pois não eram objetos do trabalho, mas que compõem uma agenda para pesquisas futuras, dentre elas estão:

- O potencial socioeducativo dos materiais construtivos e elementos arquitetônicos adotados na construção de unidades socioeducativas;
- O estudo do comportamento psíquico dos jovens e a relação com as modificações ocorridas no espaço físico das unidades;
- As mudanças ocorridas pós-ocupação, destacando pontos positivos e negativos e a sua relação com a socioeducação;
- O estudo das novas construções modulares e o seu potencial socioeducativo;

Com tudo isso, conclui-se que muito ainda precisa ser feito para a construção de unidades realmente socioeducativas. Acredita-se que com esta pesquisa foi dado um passo que pode contribuir para o conhecimento da importância da arquitetura na prática socioeducativa, apontando, inclusive, para a revisão de determinadas diretrizes e parâmetros do SINASE.

É importante lembrar que o espaço é um dos instrumentos para a ação socioeducativa, mas a conscientização de todos os profissionais envolvidos é imprescindível para a concretização da proposta, pois de nada adianta o projeto se a prática da equipe não é condizente com a socioeducação e isso passa, inclusive, pela visão que a sociedade tem sobre o real papel desempenhado por uma unidade socioeducativa de internação.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina**: desafios para políticas públicas. Brasília : UNESCO, 2000.

ARAGÃO, Augusto; GONÇALVES, Andrea. Muito além do muro: enfrentamento da violência simbólica, comunicação e cidadania. In: **Revista Eletrônica Razón y Palabra**. N. 60. Disponível em:

<http://www.razonypalabra.org.mx/anteriores/n60/moreira_aragao.htm#au>. Acesso em: 19 abr. 2010.

ARANTES, Esther Maria de M. Estatuto da criança e do adolescente: doutrina da proteção integral é o mesmo que direito penal juvenil? In: ZAMORA, Maria Helena (Org.). **Para além das grades**: elementos para a transformação do sistema sócio-educativo. Rio de Janeiro: PUC- Rio: São Paulo: Loyola, 2005.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro, São Paulo: Forense Universitária, 1991

ASSIS, Simone Gonçalves de. **Traçando caminhos em uma sociedade violenta**: a vida de jovens infratores e de seus irmãos não-infratores. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1999.

BENELLI, Sílvio José. **A instituição total como agência de produção de subjetividade na sociedade disciplinar**. Assis: Universidade Estadual Paulista: Faculdade de Ciências e Letras, 2003.

BICUDO, Hélio. Defesa dos direitos humanos: sistemas regionais. **Revista Estudos Avançados**, v. 17, n.47, p. 224-236, 2003

BINS ELY, Vera. et al. A percepção e o comportamento ambiental dos jovens em instituição de internação – um estudo de caso. In: ENCONTRO NACIONAL, 9. ; LATINO AMERICANO DE CONFORTO NO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 5., Ouro Preto, 2007. **Anais...** Ouro Preto, 2007. p. 648-656.

BOCK, Ana Mercês Bahia. A perspectiva sócio-histórica de Leontiev e a crítica à naturalização da formação do ser humano: a adolescência em questão. In: **Cad. Cedes**, Campinas, v. 24, n. 62, p. 26-43, abr. 2004. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 19 de dez. 2010.

BORGES, Marcos Martins e NAVEIRO, Ricardo Manfredi. **Considerações acerca das formas tradicionais e recursos computacionais para a representação do projeto. REM: Rev. Esc. Minas [online].** 2001, v. 54, n. 1, p. 19-23. ISSN 0370-4467.

BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Diário Oficial [da] União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

_____. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo.** Brasília (DF): CONANDA, 2006.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Lei de diretrizes e bases da educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23dez. 1996.

CAMPOS, Fernando Soares. Adolescentes infratores acautelados: uma caricatura dos sistemas penitenciários. In: ZAMORA, Maria Helena (Org.). **Para além das grades:** elementos para a transformação do sistema sócio-educativo. Rio de Janeiro: PUC- Rio; São Paulo: Loyola, 2005.

CARVALHO, Alysson; PINTO, Mércia Veloso de. Ser ou não ser... Quem são os adolescentes? Navegar é preciso... In: CARVALHO, Alysson. et al (Org.) **Adolescência.** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

COELHO, Cristina da Silva Souza. **Vivenciando medidas sócio-educativas em Londrina:** um olhar a partir de jovens presos. 2006. 135 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Políticas Sociais) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2006.

COELHO NETTO, J. Teixeira. **A construção do sentido na arquitetura.** 5.ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.

CORDEIRO, Suzann. **Até quando faremos relicários?:** a função social do espaço penitenciário. Maceió: EDUFAL, 2007. 161p.

_____. **De perto e de dentro:** a relação entre indivíduo-encarcerado e o espaço arquitetônico penitenciário através das lentes de aproximação. Maceió: EDUFAL, 2009.

CORTÉS, José Miguel. **Políticas do espaço**: arquitetura, gênero e controle social. Tradução: Silvana Cobucci Leite. São Paulo: SENAC, 2008.

COSTA, Antonio Carlos Gomes da. (Coord.) **As bases éticas da ação socioeducativa**: referenciais normativos e princípios norteadores. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006.

COSTA, Antonio Carlos Gomes da. A relação público-privado na execução das medidas socioeducativas. **Rev. Bras. Adolescência e Conflitualidade**, São Paulo: UNIBAN, v.1, n. 1, p. 1-9, 2009.

_____. Natureza e essência da ação socioeducativa. In: _____. **Justiça, adolescente e ato infracional**: socioeducação e responsabilização. São Paulo: ILANUD, 2006.

COSTA, Rogério. Sociedade de controle. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18 n.1, p. 161-167, 2004.

COZBY, Paul C. **Métodos de pesquisa em ciências do comportamento**. Tradução: Paula Inês Cunha Gomide, Emma Otta. São Paulo: Atlas, 2003. p. 143-169,

DEBORTOLI, José Alfredo Oliveira. Adolescência(s) identidade e formação humana. In: CARVALHO, Alysson. et al (Org.) **Adolescência**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

DELEUZE, Gilles. Post-Scriptum sobre as sociedades de controle. In: _____. **Conversações**: 1972-1990. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992, p. 219-226.

_____. Control y devenir . In: **Conversaciones**: 1972-1990. Tradução: José Luis Pardo. Pre-textos, Valencia, Ed. 02, 1996, p. 235-246.

ELALI, Gleice Azambuja. Psicologia e arquitetura: em busca do locus interdisciplinar. **Estudos de Psicologia**, Natal: UFRN, v. 2, n.2, p. 349-362, 1997.

ELY, V. H. M. B. et al. A percepção e o comportamento ambiental dos jovens em instituição de internação – um estudo de caso. In: ENCONTRO NACIONAL E V LATINO AMERICANO DE CONFORTO NO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 9., 2007, Ouro Preto. **Anais...** Ouro Preto: ENCAC, 2007.

FARIA, Geraldo Majela Gaudêncio. **Voix publique-voies publiques (critique de la spheré publique au Brésil)**: figures, configurations, spacialités. Tradução: Autor. Tese (Doutorado) -

Université de Paris I, Panthéon-Sorbonne/IEDES – Institut d'Etude Du Développement Economique et Social. Nogent-sur-Marne, 2002, cap. 3.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

FREITAS, Maria Teresa de Assunção. A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 116, p. 21-39, jul. 2002.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. Tradução: Dante Moreira Leite. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2008.

GONÇALVES, Hebe Signorini. Medidas sócio-educativas: avanços e retrocessos no trato do adolescente autor do ato infracional. In: ZAMORA, Maria Helena (Org.). **Para além das grades**: elementos para a transformação do sistema sócio-educativo. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2005.

HEIDRICH, Felipe Etchegaray; AFONSO, Sônia; PERREIRA, Alice T. Cybis. **O projeto arquitetônico**: considerações teóricas sobre o seu desenvolvimento. 2002. Disponível em: <<http://soniaa.arq.prof.ufsc.br/arq1101/2002/20021/felipe/artigo.pdf>>. Acesso em: 25 de out. 2010.

HILLIER, Bill; VAUGHAN, Laura. The city as one thing. In: _____; _____. **The spacial syntax of urban segregation**. progress planning, v. 67, n. 4, 2007. Disponível em: <<http://eprints.ucl.ac.uk/3445/>> Acesso em : 02 de out. 2010.

HOLANDA, Frederico de. **O espaço de exceção**. Brasília: Ed. da UNB, 2002. cap.1, p. 61-93.

_____. (Org.). **Arquitetura & urbanidades**. São Paulo: Pro Editores, 2003.

_____, Frederico; KOHLSDORF, Gunter. **Arquitetura como situação relacional**. 1994. Disponível em: <e-groups.unb.br/fau/dimpu/portugues/holandaekohlsdorf.pdf> Acesso em: 30 de nov. 2010.

JACOBS, Jane. A maldição das zonas de fronteira desertas. In: _____. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p.285-299.

JOHNSTON, Norman. **Forms of constraint: a history of prison architecture**. Chicago: University of Illinois Press Urbana and Chicago, 2000.

JULIÃO, E. F. **O Sistema penitenciário como fenômeno urbano**. Paris: REDLECE, 2008 (Publicação no Site da Rede Latinoamericana de Educação em Espaços de Privação de Liberdade (REDLECE)) Disponível em: <<http://www.redlece.org/biblioteca/Juliao.pdf>>. Acesso em: 30 de nov. 2010

KAPP, Tércia. A dimensão do espaço pedagógico: significações construtivas para o aprendizado. In: _____. **Diálogos possíveis**. Disponível em: <<http://www.faculdadesocial.edu.br/dialogospossiveis/artigos/6/01.pdf>>. Acessado em: 24 out. 2010.

LAY, Maria Cristina Dias; REIS, Antônio Tarcísio da Luz. Análise quantitativa na área de estudos ambiente-comportamento. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 21-36, abr./jun. 2005. ISSN 1415-8876.

LEAL, Giuliana Franco. “Populações excluídas”: uma categoria de pesquisa viável? ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16., Caxambu, 2008. **Anais...** Caxambu, 2008.

LESBAPIN, Ivo. O crescimento das desigualdades sociais no Brasil. In: _____. **Poder local x exclusão social: a experiência das prefeituras democráticas no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

LESSA, Sérgio. **Sociabilidade e individuação**. Maceió: EDUFAL, 1995.

LIBERATI, Wilson Donizeti. **Adolescente e ato infracional: medida sócio-educativa é pena?** São Paulo: J. de Oliveira, 2003.

LIMA, Suzann Flávia Cordeiro; SOUZA, Flávio Antônio Miranda de. A (i) legalidade do espaço penitenciário x o direito à cidade como política urbana. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO URBANÍSTICO, 3., Recife, 2004. **Anais...**, Recife, 2004..

MARCÍLIO, Maria Luiza. O jovem infrator e a FEBEM de São Paulo história e atualidade. In: LEVISKY, David Léo (Org.). **Adolescência e violência: ações comunitárias na prevenção “conhecendo, articulando, integrando e multiplicando”**. São Paulo: Casa do Psicólogo/Hebraica, 2001

MARTINS, J. Reflexão crítica sobre o tema da “exclusão social”. In: _____. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis. vozes, 2002.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. Outras fronteiras: novas especialidades na urbanização brasileira. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci (Org.). **Urbanização brasileira, redescobertas**. Belo Horizonte: C/Arte, 2003, p. 260-271.

MULLER, Francine. et al. Perspectivas de adolescentes em conflito com a lei sobre o delito, a medida de internação e as expectativas futuras. In: **Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade**. Ano: 2009.

OLIVEIRA, Elena Maria Duarte de. **Por uma arquitetura socioeducativa para adolescentes em conflito com a lei: uma abordagem simbólica da relação pessoa-ambiente**. 2008. 149. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

OKAMOTO, Jun. **Percepção ambiental e comportamento**. São Paulo: Plêiade, 1996.

OZELLA, Sergio; AGUIAR, Wanda Maria Junqueira de. Desmistificando a adolescência. **Cadernos de Pesquisa**, v. 38, n. 133, p. 97-125, jan./abr. 2008. São Paulo: 2008.

OZELLA, S. Adolescência: uma perspectiva crítica. In: CONTINI, M. L. J.; KOLLER, S. H.; BARROS, M. N. S. (Org.) **Adolescência e psicologia: concepções, práticas e reflexões críticas**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2002. p.16-24

RIZZINI, Irma. O surgimento das instituições especializadas na internação de menores delinquentes. In: ZAMORA, Maria Helena (Org.). **Para além das grades: elementos para a transformação do sistema sócio-educativo**. Rio de Janeiro: PUC- Rio; São Paulo: Loyola, 2005.

ROLIM, Marcos. **“Projeto povoado” para um novo conceito de instituição prisional**. Disponível em: <www.rolim.com.br/2002/_pdfs/projetopovoado.pdf>. Acesso em: 28 de nov. 2010.

ROSA, Edinete Maria. et al. **O adolescente: a lei e o ato infracional**. Vitória: EDUFES, 2007.

SANTOS, Isabel Aparecida dos; COSTA, Cláudio Hortêncio. LAC: liberdade e acesso à cultura – uma proposta sócio-educativa para os adolescentes em conflito com a lei. In: LEVISKY, David Léo (Org.). **Adolescência e violência: ações comunitárias na prevenção “conhecendo, articulando, integrando e multiplicando”**. São Paulo: Casa do Psicólogo/Hebraica, 2001

SANTOS, Márcia Andréia Ferreira; RAMIRES, Julio César de Lima. Percepção espacial da violência e do medo pelos moradores dos bairros Morumbi e Luizote de Freitas em Uberlândia/MG. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia: EDUFU, v. 21, n.1, p. 131-145, 2009.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos teórico e metodológico da geografia**. São Paulo: Hucitec. 1988.

_____. **O Levantamento nacional do atendimento socioeducativo ao adolescente em conflito com a lei**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2008.

_____. **O Levantamento nacional do atendimento socioeducativo ao adolescente em conflito com a lei – 2009**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2009.

SENNET, Richard. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. São Paulo: Schwarcz, 1989. cap. 11-14.

SERRA, Geraldo G. **Pesquisa em arquitetura e urbanismo: guia prático para o trabalho de pesquisadores em pós-graduação**. São Paulo: Mandarim, 2006.

SILVA, Plácido E. **Vocabulário jurídico**. 19. ed. Rio de Janeiro: Forense. 2002, p. 526

SILVA, Elvan. **Uma introdução ao projeto arquitetônico**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2006.

SILVA, Enid Rocha Andrade; GUERESI, Simone. **Adolescentes em conflito com a lei: situação do atendimento institucional no Brasil**. Brasília, DF: IPEA: Ministério da Justiça, 2003.

SILVA, José Cláudio Sooma. Foucault e as relações de poder: o cotidiano da sociedade disciplinar tomado como uma categoria histórica. **Revista Aulas: Dossiê Foucault**. Rio de Janeiro, n. 3, mar. 2007.

SILVA, Jussara Maria. et al. A sintaxe espacial de Curitiba. **Revista Brasileira de Cartografia**. n. 61, p.2, 2009. ISSN 0560-4612.

SILVA, Vania Fernandes e. **“Perdeu, passa tudo!”**, a voz do adolescente autor do ato infracional. Juiz de Fora: UFJF, 2005.

SOARES, Ebenézer Salgado. O ato infracional à luz do estatuto da criança e do adolescente e o poder do judiciário – lei nº 8.069/90 In: LEVISKY, David Léo (Org.). **Adolescência e violência**: ações comunitárias na prevenção “conhecendo, articulando, integrando e multiplicando”. São Paulo: Casa do Psicólogo/Hebraica, 2001

SOARES, Luiz Eduardo. Segurança pública: presente e futuro. **Revista Estudos Avançados**, v. 20, n. 56, p. 91-106, 2006.

SOUZA, Antonio Augusto Guimarães de. O judiciário protege a criança e o adolescente? In: LEVISKY, David Léo (Org.). **Adolescência e violência**: ações comunitárias na prevenção “conhecendo, articulando, integrando e multiplicando”. São Paulo: Casa do Psicólogo/Hebraica, 2001

SOUZA, Danielle Gomes de Barros. **Unidade de internação masculina para adolescentes em Alagoas**. 2008. 68 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2008.

SOUZA, Tatiana Yokoy. **Um estudo dialógico sobre institucionalização e subjetivação de adolescentes em uma casa de semiliberdade**. 2007. 180 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e do Trabalho) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

TEIXEIRA, Joana D´arc. As medidas sócio-educativas da FEBEM-Marília na perspectiva do adolescente infrator. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL EM EDUCAÇÃO E FILOSOFIA: perspectivas contemporâneas da Filosofia da Educação, 1., 2006, Marília. **Anais...** Marília 2006.

TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. Evitar o desperdício de vidas. In: ILANUD; ABMP; SEDH; UNFPA (Org.). **Justiça, adolescente e ato infracional**: socioeducação e responsabilização. São Paulo: ILANUD, 2006.

_____. O futuro do Brasil não merece cadeia. In: LEVISKY, David Léo (Org.). **Adolescência e violência**: ações comunitárias na prevenção “conhecendo, articulando, integrando e multiplicando”. São Paulo: Casa do Psicólogo/Hebraica, 2001

TRINDADE, Jorge. **Delinquência juvenil: compêndio transdisciplinar**. 3.ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. **Complexidade e pesquisa interdisciplinar: epistemologia e metodologia operativa**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

VERONESE, Josiane Rose Petry; OLIVEIRA, Luciene de Cássia Policarpo. O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase): breves considerações. **Rev. Bras. Adolescência e Conflitualidade**, v. 1, n. 1, 29-46, 2009

VIGOTSKI, L. S. El desarrollo del pensamiento del adolescente y la formación de conceptos. In: _____. **Obras escogidas IV: psicología infantil**. Tradução: Lydia Kuper. 2. ed. Madri: A. Machado Libros, 2006

VOLPI, Mário (Org.). **Adolescentes privados de liberdade: a normativa nacional e internacional & reflexões acerca da responsabilidade penal**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

VOLPI, Mário. A construção social do ato infracional. In: CONGRESSO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anais...** Maceió 2008.

_____. **ECA, delitos e adolescência**, 2002. Disponível em:
<www2.abong.org.br/final/download/dcatexto8.pdf .> Acessado em: ago. de 2010.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Tradução: Daniel Grassi. Porto Alegre: Bookman, 2001.

WORM, Naíma. Adolescentes infratores: **Estudo acerca da medida sócio-educativa de internação nas unidades do centro de atendimento sócioeducativo ao adolescente – CASA como defesa da cidadania**. 2007. 174f. Dissertação (Mestrado em Direito Político e Econômico) – Universidade Presbiteriana do Mackenzie, São Paulo, 2007.

ZEVI, Bruno. **Saber ver a arquitetura**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. cap. 2 -3.

APÊNDICE

ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS

A) ENTREVISTA ENGENHEIRO/ARQUITETO

1. Qual a visão que a instituição tem do SINASE?
2. Quais os avanços e dificuldades encontrados no SINASE para a elaboração do projeto arquitetônico dessa unidade?
3. Quais os avanços e dificuldades encontrados no projeto pedagógico para a elaboração do projeto arquitetônico? *solicitar
4. Qual a repercussão dele (projeto pedagógico) para o projeto arquitetônico?
5. Como foram pensados os espaços na unidade? Que espaços foram priorizados? Por quê?
6. Como foi pensada a implantação do edifício no terreno?
7. Como foi pensado cada um desses espaços e como eles se relacionam com os demais?
 - Área de Moradia:
 - Área de Visitas:
 - A. Educacional:
 - A. Oficinas:
 - A. de lazer, esportes, cultura e religiosidade:
8. Como se deu a escolha da tipologia/forma do edifício?
9. Como foram pensadas a questão dos acessos, insolação, ventos?
10. Como foram pensados os fluxos de funcionários, adolescentes, socioeducadores, equipe técnica? E o seu cruzamento?
11. A área dos alojamentos tem corredores ou ante-salas que a separem dos espaços de convivência?
12. Como foi pensada a relação entre as áreas de moradias (alojamentos) e a sua necessidade de privacidade x a questão do controle?
13. O que você entende da relação socioeducação x sanção (segurança)?
14. Quais espaços e/ou elementos arquitetônicos você considera que contribuem para a visão socioeducativa?
15. Como foi pensada a questão da flexibilidade/dinamicidade dos espaços, no caso de mudança do projeto pedagógico da unidade?
16. Qual o papel do arquiteto na elaboração de tais espaços?

17. Como você define o papel do espaço projetado na concretização da proposta socioeducativa?

B) ENTREVISTA GESTORES/EQUIPE TÉCNICA

1. A unidade foi construída de acordo com as diretrizes do SINASE e o projeto pedagógico?
2. A elaboração do projeto arquitetônico foi multidisciplinar (envolveu as diversas áreas envolvidas com o processo socioeducativo)? Como isso ocorreu?
3. Quais as contribuições da gestão/equipe técnica nas definições dos espaços necessários (programa de necessidades) para a elaboração do projeto arquitetônico da unidade?
4. Além do SINASE, quais as outras exigências para a elaboração do projeto da unidade?
5. O projeto arquitetônico está adequado ao que está descrito na proposta pedagógica?
6. O que você entende da relação socioeducação x controle?
7. Quais espaços e/ou elementos arquitetônicos você considera que contribuem para a visão socioeducativa?
8. Como você define o papel do espaço projetado na concretização da proposta socioeducativa?
9. Quando foi construída a unidade?
10. Há quanto tempo está em funcionamento?
11. Quantos jovens abriga atualmente?
12. Qual o índice de reincidência?
13. Quem é o responsável pela gestão da unidade? Há quanto tempo?

TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS⁹

• ENTREVISTADO 1 - Diretor do Sistema Socioeducativo do Estado A

Aqui a gente tem a questão do SINASE, que trabalhamos, mas também tem a questão do custo, que muitas vezes temos que otimizar o orçamento que temos disponível para isso. Além disso, tem uma questão que é a urgência na entrega da construção. Nós estamos no Brasil passando por algumas experiências, onde tem superlotação, onde os governos têm recursos para investir e precisam investir nisso logo, o que nos leva a adotar modelos

⁹ Foi utilizado o símbolo XXX, quando os entrevistados falaram o nome das unidades ou dados referentes a sua localização, tal estratégia foi adotada para não comprometer a segurança das mesmas.

construtivos que não são os convencionais, mas que atendam ou estejam muito próximos do que defende o SINASE, o que é muito difícil.

O modelo construtivo convencional já é complicado, a questão conceitual é muito diferente da penitenciária e aí a gente passa por uma dificuldade muito grande que é a de convencer o governo sobre esse conceito, porque a estrutura do governo está muito pautada na sociedade, na questão do custo, do preconceito.

Quando se compara com o custo de uma penitenciária a diferença é absurda, pois o número de adolescentes deve ser bem menor em cada unidade. Quanto menor o número de jovens, mais cara ela fica, então o gestor tem um trabalho muito grande de convencer a própria estrutura de governo: primeiro de que unidade de internação não é penitenciária; segundo, que embora estejam igualmente em privação de liberdade a proposta de atendimento é totalmente diferente; terceiro, porque que é vantajoso fazer uma unidade para um número menor de adolescentes, porque tem que ter essa lógica do inicial, intermediário e conclusivo. Explicar essa lógica não é fácil, é um trabalho de muito tempo de convencimento.

Os gestores estaduais têm também esse trabalho de convencer o engenheiro, o arquiteto, a sociedade, o responsável pela obra, de que tem que ser daquele jeito e não de outro, e muitas vezes ele fica solitário, pois muitos acham um absurdo tanto o custo como os princípios adotados.

O governo se sustenta pela legitimidade social, então como explicar para a sociedade a necessidade dessa obra tão cara ao invés de um presídio? Não é um projeto que tem legitimidade social, no sentido de que a opinião pública não concorda, apesar de esse ser o projeto adequado.

Há dois anos estamos com uma unidade em funcionamento, que respeita ao que está descrito no SINASE, que mostra que isso é possível. A idéia das novas unidades da Verdicon (*construtora – projetos modulares*) é colocar grades e depois e retirando a partir da maneira como os jovens se adaptam ao lugar. São unidades com maior contenção que o centro socioeducativo que temos hoje.

Em relação aos parâmetros arquitetônicos, a gente vê que do ponto de vista conceitual, que é importante ter essa referência do espaço físico como um espaço que educa. O problema é que, em função da limitação muito rígida dos parâmetros arquitetônicos, isso limita muito a capacidade do Estado de fazer um investimento que seja adequado, em relação ao que é estabelecido nos parâmetros, tanto em relação à questão financeira, como também a questão da legitimidade social.

Na reunião do FONACRIAD a maioria dos gestores falou que era impraticável o critério do SINASE que se referia à quantidade de adolescentes. Aqui nós não conseguimos a quantidade de 40 adolescentes. Você não pode ter uma penitenciária, mas também tem a questão financeira, como da legitimidade social, tanto é que poucos estados conseguiram unidades com 40 adolescentes, os que conseguiram foi porque a sua demanda era pequena.

O espaço deve ser um espaço que educa, educa para aprender a conviver. Um espaço que possa se humanizar cada vez mais, tem que ser um espaço que tem que ter grade, porque em algum momento aquele adolescente precisa perceber que está contido, que o seu direito de ir e vir está limitado. As grades são simbólicas em relação a isso, mas se ele conseguir compreender isso, e que para sair ele precisa cumprir uma proposta socioeducativa e que a equipe também precisa ajudá-lo a fazer isso, ele vai se libertando dessas grades, que aí ela tem um efeito muito mais simbólico. Agora a equipe tem que estar preparada para isso, perceber que aquele espaço é um espaço que educa. Se já é difícil convencermos a sociedade de que o melhor é assim, mais complicado seria se não existissem os parâmetros do SINASE, você tem uma resolução para seguir, o que ajuda o gestor a construir argumentos para proposição.

Com os parâmetros, os espaços passam a ter funcionalidade, estabelecendo que direito deve ser assegurado naquele espaço.

Por outro lado, limitar esse espaço físico a uma lei, eu fico pensando se o governo federal vai financiar todas essas obras... Porque os governos estaduais, considerando as suas limitações orçamentárias e que também não tem disponibilidade de um terreno de 15.000 m² que é o mínimo que o SINASE estabelece, não sei se tem condições. Além da lei em si, qual é o outro estímulo que vai se fazer para que os estados cumpram esses parâmetros?

Outra coisa que temos é o tempo de construção. A obra do centro socioeducativo demorou quatro anos, por isso que estamos optando agora pela construção modular. O que os gestores e técnicos pediram é uma sensibilização dos responsáveis pela execução da obra, muitos estados apresentaram uma dificuldade conceitual entre o instituto de obras e a secretaria socioeducativa. A gente não tem o conhecimento da obra, mas o conceito a gente tem.

Essa obra do centro socioeducativo foi financiada pelo governo federal, foi construída antes do SINASE como um teste ao que se estava discutindo e que seria incluído no documento.

Em 2004, essa unidade foi construída com o conceito do SINASE, começou com 40 vagas, mas depois tivemos que aumentar para 60 vagas. Fizemos uma nota técnica para o governo federal, justificando que íamos fazer em módulos para 15 adolescentes, mostrando

que a questão conceitual não seria prejudicada. Numa visita deles (SEDH), eles até se assustaram com o tamanho da unidade para a quantidade de adolescentes e aí eles permitiram que a gente colocasse mais 30 vagas.

Se você me perguntar se a gente conseguiria fazer outra unidade desse porte com recurso do Estado, eu responderia que não. E nem sei se o governo federal também faria. Não se pode negar o SINASE, mas também tem que sustentar politicamente isso, porque não existe nenhum centro de atendimento ou escola no estado que tenha a estrutura do centro socioeducativo.

Sobre as tentativas de fuga: Por melhor que seja as condições da internação, o jovem é que vai escolher, nós temos que oferecer condições e dar oportunidades, mas a escolha final é do adolescente. Não dá para ter uma visão romântica, tem que ter uma visão humana, tem adolescentes que vão precisar da contenção. A contenção são os jovens que não conseguem avançar de fase, eles fazem todo um movimento para ficar na fase inicial. Contido no sentido de ter um maior controle sobre o tempo e sobre o espaço daquele jovem. Mas, a maioria dos jovens consegue evoluir nas fases.

Na unidade socioeducativa a questão da contenção é muito mais simbólica, o que tem que estar claro para a equipe é que todos os direitos daqueles adolescentes devem estar garantidos.

Sobre o projeto pedagógico: Estamos na fase de revisão do projeto político pedagógico institucional. O recebimento de visitas, na fase inicial se dá nos próprios módulos, já nas fases mais avançadas ele pode receber a família na quadra, por exemplo.

Antes de projetar o espaço, a gente pensou nele a partir do atendimento e aí pensou na funcionalidade do lugar. As novas unidades foram acrescentadas algumas coisas que não tinham nas anteriores e eram importantes, como galpões de produção, para fazer uma cooperativa, as visitas íntimas.

Para elaboração do projeto, nós tivemos vários meses de discussão, chegamos até a fazer uma oficina, simulando os espaços, porque a gente tinha que pensar na proposta pedagógica, no SINASE e na questão da limitação do espaço, do tempo e financeira.

O centro socioeducativo tem 40000 m², quando consideramos essas limitações, para construir essas outras unidades foi bem difícil.

A gestão do programa de atendimento é determinante para assegurar o sucesso ou não do uso do espaço.

Questão da socioeducação x segurança, eu não consigo ver a socioeducação sem o controle. Para mim a segurança é uma ação educativa absolutamente necessária para a

socioeducação. O adolescente está numa fase de testagem de limites, limites dele, dos outros, da família, está numa fase de construção da identidade e de empoderamento, então vão existir situações em que você vai precisar algemar o adolescente, vai existir situação em que você vai ter que restringir ele de alguma atividade, tem que se conter a quebra de patrimônio. O adolescente quer testar o espaço, se deixar eles destroem, então tem situações em que precisa mostrar até onde vai a autonomia do jovem, ele tem autonomia até um certo ponto e depois é o Estado. Eu sou favorável de que a fase inicial seja uma fase de contenção, pois onde tem uma dinâmica de gangues e de tráfico muito grande, o jovem vem para cá com a sensação de que ele pode tudo e aí num primeiro momento é preciso que haja um espaço para a contenção, onde ele tem horário para tudo.

O símbolo de que é o funcionário que abre e fecha a porta, na fase inicial é muito importante, porque ele precisa perceber que está tutelado pelo estado e de que o seu direito de ir e vir está cerceado. Foi o direito que ele perdeu, os demais direitos de escola, saúde estão garantidos e não se tornam só um direito, mas também um dever.

Na minha opinião, isso educa, porque na família educa, quando um filho faz alguma coisa errada, a gente num contém e faz algumas restrições. Na psicologia isso são formas de fazer enquadres, mas isso não pode ser usado de uma forma abusiva, de uma forma a subjugar as pessoas, essa justa medida tem que ser bem controlada. Conter educa, em qualquer situação, mas deve haver uma justa medida que deve ser estabelecida pelo programa de atendimento.

Além de ter um espaço físico adequado, a gente precisa ter uma diretriz relacionada ao cuidado com o espaço, para toda a comunidade socioeducativa.

Espaços e elementos que contribuem para a visão socioeducativa: A questão da horizontalidade da construção, outro aspecto são as resoluções modulares, pensar nas estruturas de pequenos grupos, é fundamental, mesmo que não haja diferenciação das fases no edifício, mas há na proposta.

A escola funciona como escola, eles saem do alojamento para ir para a escola, espaços que permitem esse deslocamento tem uma vivência simbólica, esse movimento de ir e vir favorece a vivência da socioeducação. Espaço para a família, de espiritualidade, como espaços comuns. Na penitenciária é tudo muito colado, você não sai do prédio, nesse modelo você tem a possibilidade de sair e isso também tem uma questão de segurança, esse tipo exige muito mais recursos humanos, mesmo assim isso é importante porque a gente não está trabalhando só com a vigilância e o controle, como a penitenciária.

É necessário que a gente tenha espaços que permitam uma política relacional, pois o que marca a socioeducação são as relações construídas entre socioeducadores e adolescentes e o espaço favorece isso, ele obriga que os socioeducadores se relacionem com o socioeducando.

A arquitetura das unidades favorece esse relacionamento, se a socioeducação tem como princípio a presença, o exemplo, o aprender a conviver, então a proposta arquitetônica favorece isso, porque a gente tira o funcionário daquela posição só de vigilância e controle e o projeto arquitetônico obriga que o funcionário se relacione permanentemente com o adolescente.

E é preciso preparar o funcionário e ter um bom programa de atendimento, capacitar, porque o imaginário do funcionário ele tem que ficar distante do jovem, e na verdade a proposta arquitetônica obriga essa relação e isso é o grande diferencial.

Tem o espaço, mas se o espaço não favorece a convivência tanto entre adolescentes e entre eles e os funcionários, não há socioeducação.

Questão da família e da comunidade: A família tem que participar, tem espaços na unidade que favorecem a convivência familiar e a participação da família no processo.

A questão da localização da unidade: em muitos lugares nós fomos expulsos, o que a gente pensou mais foi na presença de ônibus para família e para funcionários. A comunidade, prefeito e classe política não autorizam. Como tínhamos chance de outro terreno preferimos não discutir e nem entrar com ação judicial.

- **ENTREVISTADO 2 - Diretor da unidade socioeducativa A**

Nós só tivemos uma reincidência em 2 anos de funcionamento. São em torno de 80 adolescentes. Nós temos hoje 43 meninos no mercado de trabalho e com carteira assinada.

Fases de atendimento: Na primeira fase ele usa uniforme, com a mão para trás, anda em fila. Depois ele já passa a utilizar roupa de casa, andam em blocos e usam o refeitório que é comum para todos os funcionários da unidade.

Atividades pedagógicas: Artesanato, judô, terapia e área esportiva, além do parque para terapias, onde há uma piscina com pedras (brita, areia, lama e barro) e lá as terapeutas fazem trabalhos com os jovens dependendo da necessidade de cada um.

Sobre a disposição das moradias: As casas são todas iguais a diferença é de localização no terreno. À medida que vai evoluindo vai mudando de quarto até sair da unidade. As visitas ocorrem nos módulos, depois vai para o auditório e tem uma assembléia familiar.

- **ENTREVISTADO 3 – Arquiteto do Sistema Socioeducativo do Estado A**

Trabalho há três anos no XXX e participei da elaboração dos projetos modulares, que são utilizados os módulos da Verdicon, uma construtora. Mas, quando cheguei aqui o projeto do centro socioeducativo estava pronto, não participei da elaboração desse projeto.

Como são esses projetos modulares? A empresa mandou o projeto dos módulos e a gente, através da reunião com uma equipe multidisciplinar, fez várias modificações no projeto até que ele se adequasse ao que estávamos pensando. Começamos a desenvolver o projeto desde o início e baseados no SINASE.

A gente fez um projeto básico e que depois seria contratado a empresa para a construção foi aí que apareceu a Verdi com um projeto de monoblocos que tem interessado à muita gente, principalmente pelo tempo de obra que é de 8 meses. Nesse momento eles pegaram o nosso projeto e foram adaptando ao módulo deles. E aí depois a gente foi fazendo as alterações.

A visão que a instituição tem do SINASE? É um documento muito importante, é inclusive direcionador para a construção dessas unidades, inclusive a nossa diretora fez parte da construção do SINASE. **Quais os avanços e dificuldades que você vê no documento para elaboração do projeto?** O documento é limitador, têm algumas coisas que a gente não concorda, aí ele limita.

Já existia um projeto pedagógico? Não, já existia uma idéia do projeto pedagógico, foi feito então de acordo com o SINASE e com esse projeto. Foi priorizado no novo projeto modular a disposição das moradias e entre elas foram localizados os outros prédios, onde o adolescente pudesse ver a sua evolução quando mudasse de fase, inclusive quanto às restrições, por exemplo.

Como você vê a relação da socioeducação com a segurança? É uma questão bem complicada, porque você faz o projeto e o pessoal da segurança fala que tem que ter mais contenção e o pessoal da socioeducação fala que o espaço está muito sufocante e opressor. Foi bem difícil e muitas vezes eu tive que tomar decisões sozinho, pois não podia agradar a todo mundo e sempre tentando manter o meio termo, o equilíbrio entre socioeducação e segurança. Tem que ser restritivo, mas ao mesmo tempo tem que ser humanizado.

Como você define o papel do espaço na proposta socioeducativa? O espaço deve garantir dignidade para o jovem que está ali, segurança e conforto.

- **ENTREVISTADO 4 – Gerente do Sistema Socioeducativo do Estado B**

De forma geral, o SINASE veio para preencher algumas lacunas que na legislação específica da infância e da juventude a gente não tinha com tantos detalhes. Ele vem para delimitar o atendimento socioeducativo em cada uma das medidas que são executadas e no caso específico da internação ele preenche alguns requisitos básicos da orientação física, das orientações de gestão, de financiamento dos programas e de articulação a nível estadual e municipal que a gente consegue adequar da melhor maneira as exigências estabelecidas em lei. A gente acredita que o SINASE veio contribuir especificando as etapas do atendimento socioeducativo que se pretende realizar com o adolescente.

Quais os avanços e dificuldades encontrados no documento? Eu não vejo nenhuma dificuldade na unidade socioeducativa, mas nós já temos projetos arquitetônicos posteriores que já foram modificados para atender a algumas exigências que não estão previstas no SINASE, tais como as questões de acessibilidade, por exemplo, que foi considerada na nova unidade que estamos fazendo. A de XXX, apesar de ter alojamentos específicos para portadores de necessidades especiais, ela não foi toda construída respeitando todos os critérios de acessibilidade, considerando desde a sua entrada.

Eu percebo que a unidade de XXX, que já funciona há dois anos, veio facilitar o atendimento do adolescente quando comparamos com as unidades anteriores que não foram construídas dentro de determinados padrões. A de XXX é bem ampla, o que permite a circulação livre do adolescente entre as áreas, um fator que nos auxilia a trabalhar o conceito de liberdade mesmo dentro da medida de privação de liberdade. Um diferencial que a gente tem, positivo, é o abandono das grades, as portas são com formatos de figuras geométricas, evitando assemelhar a unidade com uma prisão e o adolescente que está lá dentro ele vai olhar para fora e não vai ver grades, o que talvez minimize esse sentimento de prisão.

A elaboração do projeto foi feita de forma multidisciplinar? O SINASE foi norteador, mas foi feita reuniões com a gestora do sistema socioeducativo da época e com o pessoal de engenharia da SEDH, nessas reuniões foi mostrado para o arquiteto o que se pretendia desenvolver enquanto projeto pedagógico, e o projeto sofreu uma série de modificações. Foi a primeira unidade construída especificamente para essa finalidade construída respeitando os padrões do SINASE, então, inicialmente, até a própria equipe de engenharia teve dificuldades nesse processo de elaboração. Eles pensaram em algo com uma segurança estrita, como uma prisão, inicialmente e, aos poucos a gente foi quebrando esses paradigmas mostrando qual era o lado humanizado do atendimento socioeducativo que se pretendia realizar lá dentro dessas unidades.

Qual a contribuição da gestão e da equipe técnica nos espaços da unidade? Foram feitas reuniões focais com a equipe de arquitetura para que a gente definisse a necessidade de algumas atividades, de alguns atendimentos básicos que a unidade deveria ter (salas de aula, para oficinas, salas de atendimento individuais e grupais).

Houve uma contribuição significativa dessa unidade quanto aos espaços para práticas de atividades esportivas, que não existem nas outras unidades. É um espaço amplo que permite a circulação livre dos adolescentes, bem como a prática de atividades esportivas internas também. Nós não tínhamos antes um documento tão consistente quanto o SINASE capaz de embasar as equipes de engenharia e arquitetura para a elaboração desses projetos.

Além do SINASE, quais as outras exigências? A base foi o SINASE, mas foi construído, em reuniões focais com gestores de outros estados, algumas diretrizes para nortear o sistema, nada documental. Fizemos um último encontro em São Paulo, um fórum dos gestores estaduais, e discutimos os padrões arquitetônicos adotados e a possível alteração, modificação deles, para estabelecer se for o caso novos padrões para a construção dessas unidades.

Os do SINASE não são satisfatórios? Não que não sejam satisfatórios, mas podem ser complementados para que a gente tenha um modelo para construção dessas unidades, não um modelo único, pois cada lugar tem suas peculiaridades, mas algo mais completo para a construção dessas unidades, algo para nortear e complementar. Foram apresentados alguns projetos que podiam ser apresentados como modelos, foram discutidos até materiais para a construção dessas unidades, portas, janelas, iluminação dessas áreas, etc.

Quando o projeto arquitetônico foi elaborado existia uma proposta pedagógica? Existia uma proposta pedagógica e essa foi apresentada para a agência de obras e depois ela foi também modificada a medida que foram sendo construídos novos paradigmas para a construção de unidades nos perfis que se estabelecia no sistema nacional de atendimento socioeducativo. Foram previstas nessa proposta pedagógica inicial, algumas áreas que seriam essenciais para o atendimento do adolescente e de que forma seriam executadas algumas atividades e oficinas internas, mas, a medida que se discutiu com a equipe de engenharia e arquitetura, alguns desses padrões foram modificados, inclusive algumas diretrizes estabelecidas inicialmente nesse projeto pedagógico, assim como o projeto arquitetônico sofreu uma série de modificações até que se chegasse ao que foi construído.

A questão da implantação e localização da unidade: esse é um fator de dificuldade, pois os terrenos geralmente são cedidos pelos municípios para a construção. São terrenos distantes dos centros da cidade, de modo que se possa construir uma unidade de tamanha

amplitude e se negocia com o município a concessão desse terreno para a construção da unidade. É um fator de dificuldade porque, na maioria das vezes, são oferecidos para gente terrenos muito distantes dos serviços básicos que o adolescente precisa, então a gente tem que negociar a localização, a unidade não pode ter uma distância que afete, por exemplo, a inclusão do adolescente na rede de proteção e saúde. O terreno foi pensado de forma que tivesse uma proximidade desses serviços e foi feita negociação com o prefeito na época. **Por que a cidade XXX?** A capital já possui três unidades, XXX não possuía nenhuma unidade, alguns adolescentes lá estavam sendo encaminhados para delegacias e o estado pensou na regionalização desse atendimento, para descentralizar o atendimento.

E a questão da Socioeducação x segurança? É uma questão bastante polêmica, pois temos que respeitar alguns critérios de deslocamento dos adolescentes entre as áreas, da localização da unidade em alguns terrenos pode ser rejeitada pela comunidade. No caso de XXX ela possui muros altos e alguns espaços para circulação que permite que o adolescente não tenha acesso a determinados espaços sem que haja um controle interno da administração. Tem alguns portões que ficam fechados e impedem a circulação para áreas administrativas, por exemplo. Foram construídos 10 alojamentos para a proteção dos adolescentes que oferecem risco a própria vida e à segurança dos demais internos. São alojamentos que tem janelas que são mais altas e impedem o acesso dos adolescentes, para tentar suicídio, por exemplo. Tem alguns padrões diferenciados para o isolamento desses adolescentes, onde até os registros hidráulicos e elétricos são externos. Os muros altos foram pensados tanto para a segurança interna como externa, tanto para fugas, como para questão de se jogar alguns elementos de fora.

Mesmo assim, é um espaço amplo, humanizado, onde se investiu em cores diferenciadas, amarelo, rosa e azul fortes, o que trás um lado lúdico à unidade também, ela deixa de parecer uma estrutura prisional, para ter a aparência mais de escola, mais voltada para a questão educacional. Espaços gramados internos, permite o contato do jovem com a natureza, humaniza o atendimento, tem também as hortas.

Existe algum dado quanto à reincidência dos jovens? Um dado específico de XXX não, mas no estado inteiro temos um índice de reincidência de 30%. O que a gente observa é que dentro dessa unidade esses casos diminuem, pois podemos trabalhar melhor os adolescentes, avaliando-o gradativamente e o inserindo aos poucos no meio externo, apesar de não termos dados específicos.

Que espaços e elementos contribuem para a visão socioeducativa? A amplitude dos espaços, o pátio para a realização das atividades coletivas, que é gramado e que permite a

convivência de todos os adolescentes e respeita os padrões de liberdade, nele não se vêem grades e há muita semelhança com uma praça, têm-se espaços gramados, bancos e luminárias de praças. Os próprios alojamentos individuais que permitem o respeito ao espaço do adolescente, sem riscos de agressão, guardar os seus objetos pessoais, sem risco de pegarem, há um respeito à individualidade. Espaços para prática de atividades esportivas e os espaços para oficinas. **Quais as oficinas hoje?** Informática, pedagógica e de artes.

Como você define o papel do espaço para a concretização da proposta? A gente acredita que somente o fato da unidade não ter o aspecto prisional, já facilita para que os funcionários possam trabalhar na perspectiva diferenciada rumo à execução da proposta pedagógica, o que é diferente do servidor ir trabalhar em uma unidade que está dentro de um quartel da polícia, por exemplo, nesses casos o servidor acaba assimilando uma característica diferente para o trabalho que é realizado. Ali na unidade a gente tenta trabalhar numa perspectiva diferenciada, já que a própria unidade possui padrões diferenciados para o atendimento desses adolescentes.

Quando começou a ser utilizada a unidade? Em 2008, a construção da unidade durou 4 anos, através de um convênio com a secretaria especial de direitos humanos.

A diferença desta para as outras unidades é que o adolescente passa a enxergar a medida de uma maneira diferente e a se ver de maneira diferente dentro da medida. Quando ele está dentro de um ambiente com características prisionais, ele acaba atribuindo a ele a condição de “bandido”, como se estivesse no cumprimento de uma pena, quando ele vai para uma unidade que contribui para a quebra desses paradigmas, inclusive relacionados aos padrões arquitetônicos ele passa a se ver diferente dentro da medida, considerando inclusive as possibilidades que ele tem de ressocialização dentro desse processo. Há um respeito maior a liberdade de locomoção do adolescente e isso contribuiu muito até para a quebra dessas perspectivas do adolescente com relação ao cumprimento dessas medidas socioeducativas.

Eu acredito que esses padrões arquitetônicos têm que estar em constante revisão, porque mudam os adolescentes que cumprem as medidas, mudam as diretrizes estabelecidas e mudam as perspectivas para o atendimento a nível nacional.

Então os padrões que foram estabelecidos inicialmente para a construção das unidades, antes de 2005, foram modificados a partir do SINASE e mesmo após o SINASE a gente vai ter daqui a algum tempo alguns padrões que não vão servir mais e não vão funcionar para os adolescentes que vamos receber. Então eu acredito que é importantíssima a revisão constante desses parâmetros e dessas diretrizes estabelecidas nacionalmente para que a gente tenha

possibilidade de se adequar aos adolescentes que recebemos e a mudança de paradigmas na questão do sistema socioeducativo nacional.

- **ENTREVISTADO 5 – Arquiteto que desenvolveu o projeto da unidade B**

Na verdade, essa é a primeira vez que estou tendo contato com essa logomarca, o SINASE, o documento que tivemos contato foi com o Ministério da Justiça, foi uma exigência do próprio Ministério. A questão financeira, de liberação de verba, fica amarrada com essas exigências do Ministério, é vista pelo departamento de projetos.

Uma das exigências que foram passadas, isso pessoalmente, foi da quebra de paradigmas no que diz respeito à inclusão do menor infrator na sociedade, a intenção deles é descaracterização física e bem como a mudança administrativa do sistema que existe hoje no país, para a recuperação desse menor infrator.

A pesquisa que fizemos para elaboração do projeto, nós não tínhamos antes nenhum espaço físico que oferecesse condições para a recuperação desse menor, foi um grande desafio, para poder entregar essa nova proposta ao Ministério, que até então não tinha nenhum projeto que quebrasse esse paradigma, no que diz respeito à reputação dos menores.

O projeto é inédito, é uma forma de eles mudarem esse conceito arquitetônico, que antes só focavam adultos, mas não as crianças. E o tratamento do menor infrator deve ser diferenciado, voltado para a educação básica, que eles não têm senão não cometeriam os atos.

As escolas que temos hoje no estado não tem a estrutura que tem o centro socioeducativo e isso cria até um impasse: quem está precisando ser reeducado merece uma estrutura melhor do que uma entidade normal, de pessoas normais? Porque essa estrutura mais complexa? Para mim é como se fosse em casa, onde a mãe dá mais atenção ao filho que tem algum problema e que quer recuperá-lo e para isso a intenção.

O que a gente tem notado é que não existia uma assistência de dentista, médica, psicológica, nessas instituições, isso era esporádico. Com essa nova estrutura, há um apoio direto desses profissionais, com espaços para a realização dessas atividades.

A grande preocupação foi criar essa imagem de escola para essas instituições, descaracterizando totalmente de uma construção rígida, rústica que tirasse essa imagem de cadeia e de penitenciária. Houve preocupação na forma, nas cores, na descaracterização das vedações no que diz respeito às esquadrias. E o grande desafio foi nesse desenvolvimento compatibilizar a beleza com a segurança, descaracterizando totalmente da idéia de uma penitenciária.

Podemos notar também que nessa reeducação, que a preocupação dos envolvidos na elaboração é dar atividades, dando o máximo de ocupação aos jovens, tanto esportes como de educação.

Esse projeto foi o estalo, funcionando como modelo inicial, colocando-o como instituição inovadora dando possibilidades de recuperação do menor infrator. Até as denominações dos setores são diferenciadas: em vez de celas têm-se alojamentos, esses não são coletivos, são individuais, porque assim eles criam uma individualidade e uma responsabilidade com o espaço em que se encontra.

O que temos notado é uma reclamação das pessoas quanto ao número de pessoas que ficam nessas instituições. Em todas as entrevistas o que se percebe são as superlotações, a criação dos alojamentos dá um certo conforto, é um espaço íntimo, individual e que exige uma responsabilidade.

A unidade tem de 70 a 80 reeducandos. São três unidades: protetora, de internação e compartilhada. A compartilhada é como se estivesse num espaço de uma instituição normal, temos crianças de ambos os sexos, como qualquer instituição de educação, o que tira a imagem de um presídio, bem como de um lugar que está reprimindo. As pessoas da equipe técnica devem passar a imagem de uma educação normal e provocar nesses reeducandos a idéia de um espaço onde estão crescendo e tendo novas oportunidades.

Apesar da descaracterização, não podemos esquecer da necessidade de se ter uma convivência protegida, pois nós temos alguns menores infratores, criando espaços onde esses jovens não vão criar problemas para os demais. É uma realidade, é um tipo de uma triagem que é feita nessas instituições, e aí você faz essa diferença, que comportamento você vai dar para determinado grupo, cada grupo que entra na unidade, cada um deles tem um grau de infração e não podem ser tratados iguais, você pode ir premiando e acompanhando essa evolução.

O fato de estar quebrando um paradigma, as barreiras foram muito grandes. Uma é com a própria concepção que temos dessas instituições. Então quando você quer criar um ambiente diferente e que dê respostas imediatas, então os seus desafios são muito grandes, pois se trata de uma escola que você está criando para servir como modelo, e que tem uma responsabilidade muito grande para que isso aconteça, o que não quer dizer que a instituição seja perfeita, é através desse modelo que vamos ver as coisas que precisam ser melhoradas. **Você já viu algo que precise ser melhorado na nova unidade?** Por incrível que pareça a única questão que apareceu foi a divisa geral que separa a instituição do meio externo. O muro ficou de 6m de altura, o que de uma certa forma agrediu a instituição, de uma forma

psicológica. A sugestão do Ministério foi a redução do muro de 6m para 5m. A concertina foi banida para não dar essa idéia de prisão.

Os muros internos não têm nada relacionado com segurança, a idéia foi de criar esses espaços que dessem a idéia de uma instituição comum de educação. A preocupação que tivemos foi na plástica, nas cores aplicadas, os fechamentos desses alojamentos, a descaracterização das vedações, grades nem pensar. Quando se fala em segurança, logo você pensa em grades, mas não é necessário você repetir o que se tem feito até hoje. Você pode criar uma vedação que te dê segurança, mas que tenha um aspecto visual melhor, cores, formas, etc.

Nessa instituição você pode notar que tem piscina olímpica, quadra coberta, campo aberto, blocos que englobam o ensino, salas de informática, blocos de apoio, todo com um aparato para deixar essa instituição independente.

Como se deu o processo de elaboração do projeto? Primeiro foi feito o projeto arquitetônico e depois foi feita a proposta pedagógica. Se você vê, a estrutura é muito grande para o número de reeducandos, mas não é por aí, a idéia não é a repressão, mas a recuperação desses 80 jovens. Nas instituições comuns temos espaços para 5 até 10 reeducandos, nessa é um alojamento para cada reeducando. É caro para a sociedade, mas você está recuperando, se você coloca muitos adolescentes você compromete a reeducação e o objetivo da própria instituição. O que está ocorrendo nas escolas normais também, onde o número de alunos por sala foi reduzido. Então uma instituição que tem tão poucos reeducandos com um complexo tão grande, mas os resultados são favoráveis, pois você tem todas as chances de reeducar esses jovens.

Como os espaços foram pensados? É fundamental as atividades, tanto para os jovens como para os adultos, se você olhar as penitenciárias o pessoal passa muito tempo ocioso, é o que estava acontecendo com nossas crianças. Tem que criar esses apoios, cada região é caracterizada por um tipo de atividade, uma que é muito comum para qualquer região é a área de informática. Pode acontecer em determinada região o artesanato, isso é a proposta pedagógica que vai determinar, você oferece os espaços físicos e eles definem o que deve existir para aquela região. As atividades podem estar relacionadas com agrovilas, plantio, criação de animais, etc.

E a implantação do edifício? Estar de 10 a 15 km do centro, dispor de energia, de acesso e de transporte. Um grande desafio foi a implantação dessas no perímetro urbano, com o preconceito, há uma desvalorização, ninguém quer a unidade como vizinha, quando se quer implantar uma instituição dessas até os políticos não querem, colocam barreiras para a sua

implantação. Politicamente é inviável, para o político é uma decisão que pode prejudicá-lo, eles preferem ficar omissos, para não se comprometerem com a implantação de um projeto desse porte. A implantação é geralmente forçada por força da justiça e tirando totalmente a responsabilidade de um político. Fizemos uma visita a um local e um prefeito nem nos quis receber. É uma questão de cultura, eu não quero que a sociedade me culpe pela implantação de uma instituição dessa natureza, onde os vizinhos serão seus inimigos.

Em campanha política nem pensar. Isso é uma necessidade que precisa ser imposta.

A questão dos acessos: Quando você fala em reeducação não se pode isolar a questão da triagem, tem que ter uma unidade de controle que vai filtrar as visitas, entrada de objetos, horário para visitas. Mesmo você descaracterizando a instituição, tem que existir certo controle.

Questão do conforto térmico com a segurança? A segurança foi pensada não como uma instituição de segurança máxima, a proposta foi criar dificuldades, mas estas não são invioláveis, pois afinal de contas você bate de frente com o que queremos para uma instituição dessas que é a descaracterização do sistema atual. O que tem que ser provocado é que o adolescente tem que se sentir bem, que está tendo melhorias, apoio, aprendizado em atividades, na socialização dos próprios reeducandos.

Como foram pensados cada um dos espaços? A questão da família foi pensada como uma coisa transitória e esporádica. O local não pode ser fora, deve ser filtrada, dentro da unidade, menos na unidade de convivência protegida onde a sua área de contato é isolada e diferente das demais unidades. Convivência protegida apesar de ser uma instituição que fale da quebra de paradigmas, nós não podemos esquecer da realidade: tem menores infratores que tem dois, três crimes, como você pode colocá-lo em convivência com o que teve um delito pequeno?

São estabelecidos turnos para atender todas as áreas, todos os alojamentos devem utilizar todos os espaços, mas em turnos diferentes.

E a escolha da tipologia? Este foi um padrão que nós criamos. Como o custo é muito alto se não tiver a parceria do governo federal, nenhum município tem condição de arcar com a construção dessa instituição. Tem muita gente envolvida para atender 80 reeducandos, se você fizer um levantamento do número de pessoal provavelmente vai superar o número de reeducandos.

E a questão dos fluxos? Teve uma preocupação em criar uma setorização tanto para a segurança entre os reeducandos como em relação à própria área administrativa. Com a

disposição em blocos e isolando eles com um acesso, de uma certa forma, se está filtrando esses fluxos, se for necessário, por exemplo, isolar um bloco do outro isso é permitido, o que não quer dizer que vai ficar o tempo todo. Mas que oferece condições de isolamento oferece.

E a privacidade? Nos alojamentos individuais, tal como apartamentos.

A questão da socioeducação x segurança? É um desafio, pois ao mesmo tempo, que você quer dar liberdade você tem que pensar em segurança, porque de qualquer forma são menores infratores, só que essa segurança é num menor grau possível.

E a flexibilidade e dinamicidade dos espaços? Como se trata de um modelo, é no processo de uso que vão surgir modificações, na setorização, tipos de atividades, o que fizemos a priori foi atender o máximo possível, o que não significa que vai atender a todos.

A questão multidisciplinar: O que foi pensado foi em dar espaços para esses profissionais, agora as atividades que forem surgindo a medida que as instituições estiverem funcionando e se tiver alguma necessidade que tiver sido alertada por algum desses profissionais certamente será aplicada.

Qual o papel do arquiteto? É um projeto que poucos querem fazer porque não é um projeto que vai deixar você orgulhoso por fazer, você está fazendo para o ser humano, você está cumprindo o seu papel e criando espaços que você acredita que são necessários para essa recuperação. Você fica amarrado a muitas coisas, principalmente no que diz respeito à segurança, quando chega o item segurança você derruba muitas propostas. O desafio é criar esses espaços e tornar interessante para quem está sendo reeducado. O papel da unidade administrativa é fazer o jovem se sentir bem, que está aprendendo, que está tendo apoio, a partir do momento que não for pensado dessa forma, o projeto será inviabilizado.

O projeto contribui para a proposta? Claro que sim, essa instituição pelo que está sendo oferecido tem tudo para dar certo, o que esperamos é que a área administrativa cumpra o seu papel, porque não adianta criarmos espaço físico se a administração não está trabalhando para que isso seja uma realidade. São poucos políticos e profissionais da nossa área que estão envolvidos com isso, que contribuem para que isso aconteça e possa trazer resultados satisfatórios para essa área.

Como estão sendo tratados esses profissionais que estão reeducando as nossas crianças? Estão reconhecendo o seu trabalho? Qualificando? Os profissionais que vão trabalhar nessa área precisam ser também bem assistidos, ter bom salário, qualificação, atualização e seu trabalho deve ser avaliado constantemente.

- **ENTREVISTADO 6 – Diretor da unidade socioeducativa B**

Descrição do funcionamento: Os adolescentes só circulam na unidade com os educadores, são raros os que circulam sem educadores.

Enquanto os adolescentes estão nos alojamentos os portões ficam abertos.

Aqui é dividido dos alojamentos é feita em alas: a, b e c, que é a feminina.

O jovem que fica na convivência protegida não circula pela unidade. Ele fica na protegida quando está correndo risco de vida, quando está de medida disciplinar, ou nas 48hrs ou 24hrs que deu entrada na unidade, os outros jovens consideram que quem está lá é “gente errado”: quem estupra, bate em mãe, etc.

O sistema daqui é muito diferente das outras unidades, o espaço é perfeito aqui, só acho que deveria ser mais rígido um pouco. Com o espaço, o educador pode deixar a imaginação fluir.

Atendemos o município de XXX e mais 28 municípios próximos.

Relação com a comunidade: Tentamos fazer um torneio para chamar a comunidade, mas as portas são bem fechadas.

Alguns problemas encontrados durante o uso: não precisa por grade, mas em vez de vidro colocar um material mais resistente. Tivemos que fazer adaptações, porque antes desse trabalho foram 4 fugas. Tiraram as grades da sala de informática, porque os adolescentes estavam quebrando os vidros das janelas dos alojamentos para tentar sair foi aí que mexemos no projeto e colocaram as “grades adaptadas” nos alojamentos.

A janela em cima de pia, não dá, os jovens sobem e acabam quebrando a pia. A questão do chuveiro elétrico seria mais interessante que fosse energia solar, pois chuveiro elétrico dá muito problema com os jovens.

Outra coisa não colocar nenhum tipo de tomada ou eletricidade nos alojamentos ou ao alcance deles, até pela questão da droga, de acender a maconha, por exemplo.

Na oficina de profissionalização não temos espaço suficiente para realizar as atividades que queremos.

A consulta dos arquitetos para a construção da unidade foi só com a secretaria de gestão, com a gente (*diretor e equipe técnica*) não.

Precisamos de um pouco mais de investimento do estado para que o atendimento seja 100% humanizado. Não adianta construir e largar. A unidade está em funcionamento há dois anos, mas está um pouco abandonada.

- **ENTREVISTADO 7 – Diretor do Sistema Socioeducativo do Estado C**

Qual a visão que a instituição tem do SINASE? A nível de Brasil, o sistema socioeducativo precisava de um documento, um “cordão condutor” do sistema socioeducativo, pois cada Estado acabava adotando as suas próprias medidas, cada um fazia de uma forma. Com o SINASE, começa-se a ter uma espinha dorsal de como os Estados devem estar executando as medidas. Então, o SINASE é para todos os que vão trabalhar nessa área, é uma direção das ações, dos procedimentos, para que a gente possa ver as medidas dentro de um único contexto.

Quais os avanços e dificuldades na questão arquitetônica? Se eu considerar as unidades que eu tinha no estado antes, o SINASE, através da orientação arquitetônica, é um ganho muito grande. Antes as unidades eram construídas sem considerar a presença do adolescente ali dentro, sem considerar um ambiente que fosse agregador, voltado para a prática socioeducativa, onde o jovem fosse visto de forma individualizada e realmente um sujeito de direito, era mais um lugar onde as pessoas se aglomeravam.

Com as diretrizes arquitetônicas, há um ganho muito grande, primeiro ele redimensiona a quantidade de adolescente, evitando a formação dos grandes complexos, são padrões para atender um número menor de adolescentes, o que garante que o atendimento do adolescente seja melhor, isso já é um ganho. Quando ele propõe que essas unidades possam ter quartos individualizados ou de até três meninos, isso também já é um ganho.

Eu entendo que quando o SINASE considera esses parâmetros socioeducativos, que nesse espaço aquilo que se pensa, aquilo que se projeta como atividade socioeducativa tem a viabilidade (espaço) de ser aplicado. Numa unidade com menos pessoas, com ambiente mais humanizado, há possibilidade de aplicar melhor a proposta socioeducativa. A questão da segurança e da qualidade de vida das unidades é garantida.

E a questão da socioeducação x segurança? A segurança ela faz parte da dimensão pedagógica, nós não trabalhamos com policiamento, mas com socioeducadores e com técnicos, que devem entender que são educadores. Para que o socioeducativo aconteça tem que ter uma estabilidade na unidade. Não tem como desatrelar o socioeducativo da segurança, porque o perfil do jovem está sempre mudando. A idéia é dar a segurança um cunho pedagógico, não a idéia da contenção que se tinha antigamente, do aprisionamento, mas de um espaço onde adolescentes e profissionais tenham um ambiente seguro para trabalhar.

Quando foi feito o projeto, tinha algum projeto pedagógico? Quando pensamos na unidade XXX, unimos toda a equipe, não foi feita só pela equipe de engenharia, juntou a de segurança e a pedagógica. A idéia era que a gente fizesse uma construção de acordo com o

SINASE e foi a partir desse encontro de informações de todas as equipes que o projeto nasceu e foram feitas várias adaptações, inclusive com as visitas do pessoal de Brasília.

Como foi o processo de elaboração do projeto? Quando a gente começou a planejar, reunimos a equipe para discutir, com a gerência socioeducativa, com o pessoal da segurança, pessoal do pedagógico, pessoal da saúde e jurídico. Pensamos que cada casa deveria ter uma quadra, quando percebemos que o perfil do adolescente vai mudando e muitas vezes têm brigas entre grupos rivais, a quadra serviria para quando um grupo fosse fazer atividade fora, o outro não ficasse sem atividade. Mas aí com as visitas feitas pelo pessoal de Brasília (*SEDH*) veio a discussão como a gente queria ressocializar separando os grupos? Como era que ia reinserir essas pessoas na sociedade? Então resolvemos tirar as quadras.

A partir de alguns episódios de motins e rebeliões aqui e em outros estados foram tomadas outras decisões: retirar os azulejos da unidade, onde os adolescentes muitas vezes utilizam o azulejo como arma. Em outra visita, resolvemos tirar os chuveiros, descargas e vasos porque também iriam servir como arma. Aí partimos para a compra do que era envelopado, compramos da Argentina, cada conjunto por 6.000 reais, hoje se faz no Paraná por 1.800 reais.

Como assim, está mudando o perfil do adolescente? Há 5, 6 anos atrás o ato mais comum era o crime contra o patrimônio, hoje o homicídio e o envolvimento com o tráfico aumentou bastante, cerca de 90% dos nossos jovens são usuários ou estão envolvidos de alguma forma com as drogas e eles sempre vêm com uma ligação lá fora com algum grupo. Quando ele chega à unidade, envolvido com o tráfico ou com substâncias psicoativas é muito difícil de trabalhar com eles. Muitas vezes eles também já vêm de grupos externos que são rivais, então jogar no mesmo horário, ou fazer algum tipo de atividade junto com esses dois grupos é bem complicado.

No caso de estupro, de assalto de ônibus, bater em mãe, por exemplo, o jovem acaba sofrendo uma dupla medida, porque os jovens de dentro da unidade rejeitam mesmo ele. Um jovem ficou conosco durante 8 meses e não pode ter contato com os outros jovens, pela gravidade do ato, nem ele próprio queria e nem os demais.

A respeito da implantação e localização dessa unidade? Em XXX já é um terreno nosso e não tivemos problema nenhum, nem com a comunidade e nem com a prefeitura, a nossa unidade é vizinha a uma unidade já existente, próximo de uma faculdade e de vários condomínios. Já em outro município, nós tivemos dificuldades, pois a comunidade pensa que se trata de um presídio para jovens, mas aí explicamos para todos os envolvidos, vereadores, secretário, prefeito e aí conseguimos dizendo que era uma comunidade socioeducativa, então

ou é socialização ou não é socialização. Se a gente quer integrar e não excluir a unidade não pode ser no meio do nada, a idéia geral é de que quanto está mais longe da sociedade melhor, mas quando esse menino volta, ele volta para a sociedade.

Que espaços e elementos você considera que contribuem para essa visão socioeducativa dos projetos? A gente tem que pensar a unidade como um todo, no caso da unidade XXX, o espaço da polícia tem visão para a parte administrativa da unidade, o que para nós é negativo, porque já tivemos caso de policiais tirando fotos de meninos, o que deve ser revisto. A gente entende que o espaço é de ressocialização, então se todos os ambientes não favorecerem para que ele viva essa experiência, isso já dificulta. Você vai ver que nas moradias tem um refeitório com um espaço para sentar numa mesa e se socializar com os seus. As camas são bem feitas, tem espaço para ele colocar os seus pertences. Se ele tem um espaço para dormir, para comer, para praticar atividades, para capacitação profissional, tudo isso foi muito pensado para que o jovem pudesse ter o melhor atendimento possível. Nós cedemos um espaço para que o sistema de garantia de direitos fique na unidade, o pessoal da promotoria, juiz, etc. estão na unidade para que o menino não fique exposto, não seja hostilizado, o que é uma coisa muito importante. Tem muita área livre para a gente trabalhar com árvores e com hortas e também porque outras coisas foram programadas e a gente teve que retirar, por questões financeiras. Nós retiramos os telhados, porque também podia ser usado como arma e aí eles quebravam tudo. A gente pensou muito nesses detalhes, de ter camas baixas, sem ser beliche, pois já tivemos um caso de um suicídio de um beliche, um enforcamento.

Qual a previsão para inauguração? Entrega no final de janeiro de 2011.

Como o espaço para a concretização da proposta pedagógica? Na maneira como o socioeducador se comporta e como os jovens se comportam em unidades diferentes é diferente, tanto o socioeducador como o jovem. Um atendimento mais humanizado há uma capacidade maior de ressocialização. A questão é o lugar, mas também a forma de atendimento do jovem. A gente espera com essas novas unidades é que o menino seja visto individualmente. Essa unidade vem com uma característica diferente das demais, que é a garantia das visitas íntimas, não como motéis, mas a idéia de uma família, do bate-papo, do namoro, para que o jovem sinta e possa partilhar, conversar.